

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA E
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

COOPERAÇÃO ENERGÉTICA ENTRE BRASIL E BOLÍVIA:
UMA ANÁLISE DOS ACORDOS DE 1990 A 2011

Rafaele Brito da Silva

Linha de Pesquisa: Cooperação Internacional

JOÃO PESSOA
2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA E
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

COOPERAÇÃO ENERGÉTICA ENTRE BRASIL E BOLÍVIA:
UMA ANÁLISE DOS ACORDOS DE 1990 A 2011

Rafaele Brito da Silva

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública e Cooperação Internacional da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Gestão Pública e Cooperação Internacional.

Linha de Pesquisa: Cooperação Internacional

Orientadora: Aline Contti Castro

Coorientador: Henry Iure de Paiva Silva

JOÃO PESSOA

2018

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586c Silva, Rafael Brito da.

Cooperação Energética entre Brasil e Bolívia: uma análise dos acordos de 1990 a 2011 / Rafael Brito da Silva. - João Pessoa, 2018.

105 f.: il.

Orientação: Aline Castro.

Coorientação: Iure Paiva.

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCSA.

1. Cooperação Internacional. 2. Acordos Energéticos. 3. Relação Brasil-Bolívia. I. Castro, Aline. II. Paiva, Iure. III. Título.

UFPB/BC



FOLHA DE APROVAÇÃO

RAFAELE BRITO DA SILVA

**COOPERAÇÃO ENERGÉTICA ENTRE BRASIL E BOLÍVIA: UMA ANÁLISE DOS
ACORDOS DE 1990 A 2011.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública e Cooperação Internacional da Universidade Federal da Paraíba como exigência final para a obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Aline Contti Castro

Coorientador: Henry Iure de Paiva Silva

Data de aprovação: 27/07/2018

Banca examinadora:

Aline Contti Castro

Orientador/ Presidente da banca examinadora

Henry Iure de Paiva Silva

Coorientador/Examinador Externo

Pascoal Teófilo carvalho Gonçalves

Examinador Interno

“If you can dream it, you can do it”

Walt Disney

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente e diariamente a Deus pelo Dom da vida e pela eterna bondade para que dia após dia me torne forte e perseverante para buscar ser uma pessoa melhor e seguir buscando meus sonhos. Por me fazer compreender em diversos momentos que tudo tem o seu tempo e que acalmar o coração e esperar, muitas vezes é a opção mais sábia. Esperei muito por este momento em minha vida, e dedico a Ele toda a felicidade que agora transborda em mim.

Em seguida, deixo aqui registrada minha eterna gratidão pessoa mais importante da minha vida, a minha mamãe, Consuelo. Agradeço a ela pelos ensinamentos de toda uma vida, pelo acompanhamento e pela força! Obrigada mamãe por sempre estar ao meu lado quando tudo parecia perdido e com sua calma me mostrar que bastava apenas mais um pouco de esforço para que tudo tivesse um final feliz. Sou grata a cada etapa da vida que venço ao seu lado. Te amo!

Ao meu companheiro de tantos anos, Bruno, obrigada pela paciência, companheirismo e compreensão. Obrigada por ouvir cada mudança de plano com atenção e por tentar me orientar mesmo sem entender muito sobre o que estava falando. Obrigada pelos diversos abraços a cada lágrima que derramei durante toda a minha vida acadêmica e por me acalmar me fazendo acreditar em quanto sou capaz de enfrentar tudo.

Aos meus familiares e amigos mais próximos, gratidão por cada olhar de esperança nas minhas escolhas e por acreditarem assim como eu, que tudo que se pode sonhar, pode ser realizado. Deus me permita ter vocês em muitos momentos para compartilhar alegrias e ensinamentos. Essa vitória também é de vocês.

Caros colegas do PGPCI, quão guerreiros é cada um de vocês. Fui muito feliz ao conhecer cada um, em poder me aproximar de pessoas tão diferentes e tão grandiosas. Obrigada por cada sofrimento compartilhado, cada xingamento dividido, cada resumo enviado. Vivenciar com vocês, ser a turma pioneira deste grande projeto foi maravilhoso e muito construtivo.

Aos meus amigos de linha de pesquisa, ao núcleo de cooperação internacional, Nivaldo, Gary, Juliana, Atos e Fabrício meus maiores reconhecimentos. Vocês são pessoas extraordinárias! Cada um com sua história de vida, seus sonhos e seus anseios, me fizeram uma pessoa melhor e mais confiante. Obrigado a vocês pela compreensão nessa intensa jornada. Obrigada por compartilhar sorrisos, medos, alegrias e muito desespero. Foi espetacular vivenciar com vocês essa experiência, vocês tornaram esse

mestrado uma experiência ainda mais singular. Deus nos abençoe e que possamos nos encontrar para dividir muitas alegrias pela jornada da vida.

Aos professores do PGPCI, muitíssimo obrigada pelas dores de cabeça e noites mal dormidas, elas me fizeram crescer e me transformaram a cada segundo. Obrigada pelos inúmeros momentos em que compartilharam suas experiências, me fazendo acreditar que seria capaz de um dia me tornar uma profissional tão boa quanto vocês. Agradeço por cada aula, cada momento em que me fizeram pensar e ampliar os meus horizontes para além daquilo que estava habituada.

Em especial, deixo aqui meus agradecimentos à professora Ana Lúcia Coelho pela disciplina ministrada que tanto marcou minha trajetória pessoal e acadêmica, me fazendo compreender um lado sempre positivo das situações e por ter nesses momentos sempre transmitido uma energia tão boa.

Aos professores Diego Bonaldo por mesmo que em poucas aulas ministradas me levou a pensar tão além, e a compreender o mundo das relações internacionais de uma forma tão sistêmica, e Alexandre César que me acompanhou desde a graduação e que me recebeu no mestrado com um pensamento muito positivo me fazendo acreditar que posso ir muito além do que imagino.

À minha orientadora e conselheira Aline Contti, agradeço pelos encontros sempre bem organizados, pelos bons direcionamentos e pela liberdade de escolha sempre a mim concedida. Obrigada pela paciência, pela grande compreensão quando precisei me afastar de tudo por motivos de trabalho e pela oportunidade de acompanhar em meu estágio docência uma professora tão humana e inteligente.

Ao meu coorientador, agradeço pela aceitação dessa difícil missão que foi acompanhar essa dissertação e por sempre estar disponível para se tornar o meu porto seguro. Obrigada pela oportunidade de fazer parte do grupo de pesquisa GESENE e por sempre fazer indicações precisas e muito bem direcionadas.

Aos colegas do GESENE (Grupo de Estudos sobre Segurança Energética), obrigada pela contribuição para o meu trabalho e pelos poucos encontros que estive presente onde pudemos nos conhecer e conversar um pouco mais sobre a temática energética que tanto me encanta.

Por fim, agradeço a todos os colegas de trabalho e em especial “*ao chefe*” pois, sempre acreditaram em mim e acompanharam dia após dia minha preocupação com a pesquisa. A vocês, meus queridos, um grande abraço.

*“No hay mejor prueba del progreso de la civilización
que el progreso del poder de cooperación.”*

John Stuart Mill

RESUMO

A energia que há muito tempo é debatida, ganha maior destaque com o fim da guerra fria quando o cenário mundial foi modificado e novos assuntos surgiram e ganharam espaço no sistema internacional, como por exemplo, meio ambiente, energia, direitos humanos, entre outros. A energia a partir deste momento ganhou mais destaque e passou a ser motivo de intensos debates e razão para a consolidação de acordos entre muitos países. Neste cenário, a cooperação também ganha força e acaba sendo meio para que as relações energéticas se tornassem mais vantajosas para os participantes dos acordos. Este trabalho dedica-se a analisar a cooperação energética tendo como unidade de análise a América do Sul e mais precisamente a relação estabelecida entre o Brasil e a Bolívia. Tendo como objetivo geral analisar a natureza da cooperação energética entre Brasil e Bolívia revelada através dos acordos firmados entre os países para responder: quais foram os momentos de aproximação/afastamento entre Brasil e Bolívia? Para isso, o trabalho está dividido em três capítulos: o primeiro trata de energia como elemento da agenda internacional, trazendo a cooperação como caminho para concretização dessa agenda. O segundo expõe os antecedentes históricos da relação escolhida para a análise e dá início a análise dos acordos. E por fim, o terceiro capítulo narra a virada para a esquerda na América do Sul e continua a análise dos acordos após essa mudança política. A análise dos acordos foi realizada tendo como norte a análise de conteúdo definida por Bardin (2010). Cabe ainda ressaltar que a temática energética foi escolhida devido a sua importância e relevância no sistema internacional e a análise da América do Sul por ser a mesma rica em recursos energéticos, e a relação Brasil – Bolívia por apresentar pontos em que a cooperação internacional sempre esteve presente e foi escolhida como caminho para minimizar conflitos e maximizar ganhos.

Palavras chave: Cooperação Internacional; Acordos Energéticos; Relação Brasil-Bolívia.

ABSTRACT

With the end of the cold war the world scenario was modified, new issues emerged and gained space in the international system, for example, environment, energy, human rights, among others. Energy from this moment has gained more prominence and has become the subject of intense debate and reason for the consolidation of agreements between many countries. In this scenario, cooperation also gains strength and ends up being a means for energy relations to become more advantageous for the participants in the agreements. The purpose of this paper is to analyze energy cooperation, having as a unit of analysis South America and, more precisely, the relationship established between Brazil and Bolivia, with the general aim of analyzing the energy cooperation between Brazil and Bolivia revealed by agreements firmings between the countries to answer which were the moments of rapprochement between Brazil and Bolivia? For this, the work is divided into three chapters: the first deals with energy as an element of the international agenda, bringing cooperation as a way to achieve this agenda, the second presents the historical background of the relationship chosen for the analysis and begins the analysis of the agreements and finally, the third chapter tells the left turn in South America and continues the analysis of the agreements after this political change. The analysis of the agreements was carried out with the analysis of content as defined by Bardin (2010). It should also be noted that the theme of energy was chosen because of its importance and relevance in the international system and the analysis of South America because it is rich in energy resources, and the Brazil - Bolivia relationship for presenting points in which international cooperation has always been and was chosen as a way to minimize conflicts and maximize gains

Keys word: International Cooperation; Energy Agreements; Brazil - Bolivia relationship.

LISTA DE ABREVIATURAS

CAN – Comunidade Andina

ENDE – Empresa Nacional de Eletricidade Bolívia

ELETROSUL – Eletrosul Centrais Elétricas S.A.

EMBRATEL – Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A

ENTEL – Empresa Nacional de Telecomunicaciones

GASBOL – Gasoduto Brasil - Bolívia

IIRSA – Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul Americana

MAS – Movimento al Socialismo

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

MRN – Movimento Nacional Revolucionário

PETROBRAS – Petróleo Brasileiro S.A

PT – Partido dos Trabalhadores

UNASUL – União nas Nações Sul-Americanas

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Contribuição de cada fonte de energia no mercado energético global.....	19
Figura 2. Temas da agenda global de energia.....	21
Figura 3. Pirâmide de políticas energéticas prioritárias.....	22
Figura 4. Tipos de Cooperação Internacional.....	24
Figura 5. Matriz de Oferta Interna de Energia – 2015.....	28
Figura 6. Geração Interna de eletricidade, por fonte e por país – 2015.....	29
Figura 7. Interconexões entre os países sul americanos – Gasodutos.....	30
Figura 8. Interconexões entre os países sul americanos – Hidroelétricos.....	32
Figura 9. Complexo Hidroelétrico de Cachuela Esperanza.....	40
Figura 10. Rota do GASBOL.....	43
Figura 11. Matriz Energética nas Negociações entre Brasil e Bolívia (1990 a 1992)...	44
Figura 12. Assuntos dos acordos entre Brasil e Bolívia (1992 a 1995)	49
Figura 13. Matriz Energética nas Negociações entre Brasil e Bolívia (1992 a 1995)....	50
Figura 14. Assuntos dos acordos entre Brasil e Bolívia (1995 a 2003).....	55
Figura 15. Matriz Energética nas Negociações entre Brasil e Bolívia (1995 a 2003)....	56
Figura 16. Adesão ideológica dos Governos 2005 – 2009	59
Figura 17. Preço do gás no Brasil, em US\$/milhão de BTU no city gate.....	65
Figura 18. Preço do gás no Brasil, em US\$/milhão de BTU no city gate.....	67
Figura 19. Exportações de gás natural boliviano.....	67
Figura 20. Arrecadação e Superávit Fiscal da Bolívia.....	68
Figura 21. América do Sul: Eixos de integração e desenvolvimento definidos pela IIRSA.....	70
Figura 22. Quantidade de projetos e investimentos estimados da IIRSA.....	71
Figura 23. Assuntos dos acordos entre Brasil e Bolívia (2003 a 2011).....	73
Figura 24. Discurso do Presidente Lula na cerimônia de entrega dos trechos Arroyo Concepción/El Carmen e El Carmen/Roboré do Corredor Bioceânico.....	74
Figura 25. Matriz Energética nas Negociações entre Brasil e Bolívia (2003 a 2011)...	75

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	ENERGIA NA AGENDA INTERNACIONAL.....	17
2.1	O Papel da Cooperação Internacional.....	23
2.2	Energia e Cooperação na América do Sul.....	28
3	ANTECEDENTES HISTÓRICOS: COOPERAÇÃO ENERGÉTICA ENTRE BRASIL E BOLÍVIA	35
3.1	Acordos Energéticos nos Governos de Fernando Collor e Jaime Paz Zamora	40
3.2	Acordos Energéticos nos Governos de Itamar Franco e Gonzalo Sanchez de Lozada	45
3.3	Acordos Energéticos nos Governos de Fernando Henrique e Sanchez de Lozada	50
4	COOPERAÇÃO ENTRE BRASIL E BOLÍVIA NOS GOVERNOS LULA E MORALES.....	57
4.1	Virada para a Esquerda e a ascensão de Morales.....	59
4.2	Nacionalização do gás natural Boliviano.....	63
4.3	Acordos energéticos nos Governos de Lula e Morales.....	69
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
	ANEXOS	80
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	85

1 INTRODUÇÃO

Com o final da Guerra Fria, novos temas surgiram no cenário internacional. O debate sobre manutenção da segurança e crescimento econômico que até então dominavam os encontros internacionais cedeu espaço para o surgimento de novos temas, como meio ambiente, direitos humanos, energia, saúde, entre outros.

Esses novos temas começaram a ter maior importância e fóruns específicos para tratar sobre cada um deles. Meio ambiente e energia, temas intimamente ligados começaram a ganhar atenção a partir do protocolo de Kyoto. A energia que antes tinha como fonte carvão e madeira, nocivos ao meio ambiente, começou a dar atenção a estudos que destacassem matrizes energéticas menos poluentes.

Nesse contexto, o petróleo ganha força. A partir desse momento, a energia começou a ser vista como fonte de riqueza, e com o advento da globalização e modernização da sociedade, que estava cada vez mais dependente das fontes energéticas, a energia também passou a ser questão de segurança nacional.

Garantir o abastecimento energético de cada país a partir de fontes menos nocivas ao meio ambiente passou a ser importante para cada nação. E com isso, as relações entre os países também se transformaram. A cooperação internacional poderia contribuir para que os recursos naturais fossem utilizados de maneira devida, gerando benefícios para a população, sem deixar que os recursos se tornassem fontes de conflitos.

Sendo então assunto de crescente discussão entre as lideranças políticas, a temática da matriz energética, localizada na fronteira entre desenvolvimento e sustentabilidade vem ganhando cada vez mais espaço no debate acadêmico. Desta forma, o debate sobre energia tanto no âmbito acadêmico, quanto nas discussões internacionais enfatiza a necessidade de cada país buscar alcançar a sua segurança energética. Esse maior destaque vem sendo concebido devido ao maior entendimento sobre a importância da segurança energética¹ que cada país deve perseguir.

Para buscar consolidar a segurança energética do seu país, vários acordos de cooperação nessa área vêm sendo firmados ao redor do mundo. Essa realidade não é diferente na América do Sul, onde a cooperação energética além de garantir a segurança energética de cada país, tem como objetivo mitigar os conflitos energéticos da região.

¹ Necessidade de se garantir os recursos energéticos essenciais à subsistência e ao desenvolvimento de um Estado e de sua população como um todo (PAIVA, 2015, 3).

A América do Sul é uma região com vasta diversidade de recursos naturais, dos quais os países se utilizam principalmente para gerar energia. Podem ser citados como exemplo a utilização da água nas usinas hidroelétricas ou a utilização do gás natural também com o objetivo de gerar energia. Entretanto, mesmo a América do Sul sendo uma região muito rica em recursos energéticos, esta riqueza encontra-se distribuída de forma desigual.

Esta diversidade de recursos energéticos combinada com a má distribuição culminou em divergências entre os países principalmente na década de 1990. Estes impasses tinham como cenário principal os suprimentos energéticos: gás natural, petróleo e hidroeletricidade. Como exemplo de divergência, destacou-se a tensão entre Brasil e Bolívia em 2006, quando o novo presidente boliviano Evo Morales anunciou a nacionalização dos hidrocarbonetos do país. Tal episódio marcou o relacionamento entre os dois países pois evidenciou a importância da cooperação para maximizar ganhos e diminuir conflitos.

Nesse contexto, tem-se como caminho para solucionar tais conflitos a cooperação na área energética, sendo esta vista como meio para manter a paz e assegurar a complementaridade energética na região. Tal cooperação, conforme definida por Axerold e Keohane (1985) ocorre quando os atores compreendem que cooperar é o caminho para alcançar interesses e objetivos em comum e acabam por ajustar seus comportamentos às preferências atuais ou antecipada do outro².

Mas esta cooperação entre os países só começa a acontecer quando os atores, nesse caso os Estados, descobrem objetivos ou interesses em comum e passam a ter uma percepção positiva sobre o outro. Jervis (1978) aponta que essa percepção é alterada quando o Estado acredita que o outro não é apenas um adversário, mas tem suficientes interesses em comum para ser um aliado³.

Trazendo este entendimento sobre cooperação para a realidade sul americana, pode-se afirmar que, na região em estudo, as relações bilaterais consolidadas entre os países são marcadas pelos interesses em comum entre os atores que acabam por ver no outro aliado para cooperar e aumentar os ganhos nacionais e regionais.

² Cooperation occurs when actors adjust their behavior to the actual or anticipated preferences of others. (AXEROLD; KEOHANE, 1985).

³ Indeed, when a state believes that another is not likely to be an adversary, but has sufficient interests in common with it to be an ally, then it will actually welcome an increase in the other's power. (JERVIS, 1978)

Desta forma, as relações entre os países sul-americanos são firmadas principalmente em projetos binacionais, como é o caso da relação entre Brasil e Bolívia para exploração do gás natural e consolidação da construção do GASBOL; entre Brasil e Paraguai, na Hidrelétrica de Itaipu Binacional; entre Argentina e Paraguai, com a Hidrelétrica Binacional de Yacyretá; e entre Argentina e Uruguai, na Hidrelétrica Binacional de Salto Grande.

Tais relações se caracterizam sobretudo por troca de excedente de energia e podem ser consideradas como arranjos de cooperação por terem sido firmadas principalmente a partir dos interesses em comum dos países envolvidos, que ajustaram suas preferências e comportamento ao outro. Destarte, estas relações bilaterais são de extrema importância pois são instrumentos para assegurar segurança energética nacional e conseqüentemente a segurança energética da região

Mesmo caracterizadas pela troca de excedentes e por interligações físicas, as relações estabelecidas entre os países da região, são exemplos claros de relação de cooperação, principalmente a estabelecida entre Brasil e Bolívia no setor do gás natural e por este motivo, a relação entre os mesmos é tomada como unidade de análise da pesquisa, que irá analisar esta relação desde meados de 1990 até 2011. Tendo como objetivo geral analisar a natureza da cooperação energética entre Brasil e Bolívia revelada através dos acordos firmados entre os países para responder: quais foram os momentos de aproximação/afastamento entre Brasil e Bolívia?

Tendo então como objetivos específicos: 1) situar a energia no debate internacional; 2) compreender a cooperação internacional; 3) analisar a cooperação energética na América do Sul; 4) explorar os acordos firmados entre Brasil e Bolívia.

Para isso, o trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro traz o contexto histórico de evolução da energia e mostra como o tema influenciou a formação da agenda internacional, passando pelo papel da cooperação para a consolidação de acordos energéticos e finalizando com uma análise sobre os recursos energéticos na América do Sul e a cooperação na região.

No capítulo dois é trazido o antecedente histórico da relação entre Brasil e Bolívia, explicitando como os países deram início a sua relação energética e os principais pontos desta relação. Em seguida, dá-se início ainda no capítulo dois a análise dos acordos firmados entre os países durante os governos de Collor de Melo e Jaime Paz Zamora (1990 – 1992), Itamar Franco e Gonzalo Sanchez de Lozada (1992 – 1995) e Fernando Henrique Cardoso e Gonzalo Sanchez de Lozada (1995 – 2002).

O terceiro capítulo continua a análise dos acordos firmados entre Brasil e Bolívia durante os governos de Lula e Evo Morales (2003 – 2011), no entanto, antes dessa análise o capítulo traz a mudança ideológica acontecida na América do Sul, a virada para a esquerda, principalmente com a eleição de Evo Morales e Lula e também narra o momento de acirramento da relação em 2006, quando Morales anunciou a nacionalização do gás natural boliviano.

Se faz importante descrever que os documentos analisados nos capítulos dois e três são Acordos, Memorandos de Entendimento e Declarações Conjuntas que foram extraídas do site do governo brasileiro⁴ a partir de tabela elaborada pelo grupo de estudos GESEne⁵.

A metodologia utilizada para a análise dos mesmos foi a análise de conteúdo de Bardin (2010) que tem as seguintes fases para a sua condução: a) organização da análise; b) codificação; c) categorização; d) tratamento dos resultados, inferência e a interpretação dos resultados.

Na fase da organização dos conteúdos deste trabalho foram selecionados os documentos a serem analisados, que estavam antecipadamente separados por ano e Governos como pode ser visto na tabela que está em anexo. Em seguida, na fase de codificação houve recorte sobre a que seria dada maior atenção durante a leitura dos documentos, nesse caso a cooperação. Neste momento, os acordos foram lidos dando atenção a quantas vezes a palavra cooperação era repetida, e qual tema estava vinculado a mesma.

Na fase da categorização, foram enumeradas quantas vezes as palavras referidas ao tema cooperação eram citadas ao longo de cada documento, onde foram elaboradas tabelas que mostravam quantas vezes essas repetições aconteciam e era anotadas simultaneamente, a que tema a cooperação estava vinculado. Como por exemplo, se a cooperação era ambiental, energética ou de segurança. Tendo tomado nota também por quais representantes os acordos foram firmados, seus respectivos anos e locais de celebração.

⁴ < <https://concordia.itamaraty.gov.br> > Acesso em: 15 de set. de 2017.

⁵ **Grupo de Estudos sobre Segurança Energética (GESEne)** do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba (DRI/UFPB) foi criado em 2016 com o objetivo de desenvolver estudos sobre segurança energética, a qual compreende uma diversidade de questões relativas ao adequado suprimento de recursos energéticos essenciais ao desenvolvimento de um país e de sua sociedade em geral, como no caso do Brasil, abordando aspectos nacionais e internacionais.

Por último foi feito o tratamento dos resultados, a partir das informações que foram colocadas em tabelas na fase anterior, e neste momento foram elaborados gráficos que serão utilizados nesse trabalho.

Por fim, cabe ressaltar que a temática energética foi escolhida devido a sua importância e relevância no sistema internacional, a análise da América do Sul por ser a mesma rica em recursos energéticos, e a relação Brasil – Bolívia por apresentar pontos em que a cooperação internacional sempre esteve presente e foi escolhida como caminho para minimizar conflitos e maximizar ganhos.

Ademais, este trabalho visa contribuir através de análise exploratória dos acordos firmados entre o Brasil e a Bolívia no marco temporal delimitado com uma melhor compreensão sobre como os países tem cooperado, em que áreas os mesmos tem maior aproximação e em qual período estiveram mais aproximados e/ou afastados. Além disso, o trabalho enaltece a importância da relação com o país vizinho, por ser o mesmo estratégico na geração de energia no Brasil e de manter domínio sobre os temas debatidos nas relações sul americanas.

2 ENERGIA NA AGENDA INTERNACIONAL

A agenda internacional caracteriza-se pela mudança contínua. Essa característica é uma decorrência da própria natureza do meio internacional, composto de atores em contínua transformação, e também altamente sensível a mudanças nos padrões econômicos e sociais (SATO, 2000, 138).

Preocupação com os direitos humanos, economia, meio ambiente e energia passaram a cercar as discussões entre os países. Discussões acerca do meio ambiente antes ignorada passaram a ser mais intensas e a ocupar espaço nos encontros mundiais e houve importante na mudança da agenda internacional.

A mudança não apareceu de modo tão evidente na composição dessa agenda, mas sim no grau de importância atribuída às diversas questões (SATO, 2010, 141). Essa mudança repentina nos temas debatidos entre os países foi trazida principalmente pelo fenômeno da globalização, que fez nascer entre as nações a preocupação com as ações do outro, pois estas teriam consequências para além das fronteiras.

E em um mundo cada vez mais globalizado e interconectado, assistiu-se ao aumento da competição entre os Estados em áreas antes subordinadas à preocupação com a segurança. O que se pode observar neste momento foi o surgimento de novos temas na agenda internacional que acompanharam as mudanças ocorridas no dia a dia da sociedade.

A partir deste momento, a energia antes pouco valorizada pelas pessoas, passou a fazer parte do seu cotidiano no uso de eletros e nos afazeres domésticos. A madeira, tradicionalmente chamada de lenha e, nessa forma, sempre ofereceu histórica contribuição para o desenvolvimento da humanidade, tendo sido sua primeira fonte de energia, inicialmente empregada para aquecimento e cocção de alimentos (BRITO, 2007, 185).

Em seguida o carvão mineral⁶ surge ganhando maior destaque ao ser utilizado nas máquinas a vapor dos ingleses com a escassez da madeira. Sua aplicação na geração de vapor para movimentar as máquinas foi um dos pilares da Primeira Revolução

⁶ O carvão mineral foi o primeiro desses combustíveis utilizado em grande escala, ao substituir a lenha e ser usado na combustão direta para a produção de vapor nas máquinas. Formado por troncos, raízes, galhos e folhas de árvores gigantes que cresceram há mais de 250 milhões de anos em pântanos rasos, essas partes vegetais, após morrerem, depositaram-se no fundo lodoso e ficaram encobertas. As condições de pressão da terra e o tempo transformaram o material acumulado em uma massa negra homogênea, as jazidas de carvão (FARIAS; SELLITTO, 2011, 10).

Industrial, iniciada na Inglaterra no século XVIII. Já no fim do século XIX, o vapor foi aproveitado na produção de energia elétrica (ANEEL, 2009, 131).

Com o advento da Segunda Revolução Industrial, o petróleo⁷ ganhou ainda mais força e destaque no cenário mundial, abundante e barato ofereceu as condições básicas para o vertiginoso desenvolvimento da indústria automobilística, com seus fornecedores e subfornecedores – e uma poderosa estrutura de comercialização que se estende por todo o mundo em paralelo à rede de distribuição de combustíveis (CARVALHO, 2014, 28).

O comércio internacional de carvão não apresenta a mesma magnitude do mercado de petróleo. O carvão tampouco rivaliza com o petróleo – ou mesmo com o gás natural – em termos de relevância política e estratégica (BENEVIDES, 2011, 33).

O petróleo é a principal fonte de energia utilizada globalmente e junto com ele emerge a utilização do gás natural⁸ para geração de energia e como combustível. A elevação dos preços do petróleo tem contribuído para incrementar a participação do gás na produção de energia elétrica, no setor industrial e para uso em residências (BENEVIDES, 2011, 39).

E, na medida em que iam sendo descobertas e usadas, as fontes de energia imprimiam novos rumos para a evolução da sociedade humana (CARVALHO, 2014, 25). A partir de então, a energia ganhou destaque também no debate entre as nações que voltaram seus esforços para garantir abastecimento para a suprir a demanda do seu país e vislumbraram na mesma fonte de riqueza.

Junto com esse novo olhar sobre a energia vem o problema ambiental, pois a produção e consumo de energia primária no mundo revela, em primeiro lugar, forte preponderância de carvão, petróleo e gás natural (BENEVIDES, 2011, 31). E esse

⁷ O ano de 1859 é considerado o marco zero da industrialização do petróleo, quando Edwin Drake descobriu petróleo a uma profundidade de 21 metros em Tutsville, nos EUA. Até então, o petróleo aproveitado era o que aflorava na superfície, o que era possível devido a sua característica de constante movimentação no subsolo, no caso de não encontrar formações rochosas. O petróleo é outro combustível fóssil, de provável origem de restos de vida aquática animal acumulados no fundo de oceanos primitivos e cobertos por sedimentos (FARIAS; SELLITTO, 2011, 10).

⁸ O combustível é formado, na realidade, por uma mistura de gases, sobretudo metano, mas também nitrogênio, CO₂, butano e propano. Na maioria das vezes, encontra-se acumulado em rochas porosas no subsolo da Terra, em associação com o petróleo, constituindo depósitos naturais, seja no continente (onshore), seja na plataforma continental (offshore). Quando produzido em jazidas sem petróleo, é denominado gás natural não associado, como no caso dos poços da província gasífera do Juruá, no estado do Amazonas. Pode originar-se, também, de fontes como o carvão mineral (hulha), o xisto betuminoso, matéria orgânica em decomposição e os hidratos de gás submarino, ainda não explorados comercialmente. A combustão do gás natural tem menor impacto na emissão de gases do efeito estufa em comparação ao petróleo e ao carvão. O consumo do gás apresenta, portanto, vantagens do ponto de vista das políticas de combate ao aquecimento global (BENEVIDES, 2011, 38).

predomínio das fontes fósseis também existe na geração de energia elétrica, onde as principais fontes utilizadas para geração de energia elétrica no mundo foram carvão (41%) (BENEVIDES, 2011, 31)

Mesmo com os impactos ambientais sendo nítidos e preocupantes⁹, o consumo de energia no mundo cresce 2% ao ano e poderá dobrar em 30 anos se prosseguirem as tendências atuais (MONTEIRO, 2004, 16). De acordo com Holanda (2001, p. 19), a evolução dos sistemas energéticos nas últimas décadas do século XX se deu numa conjuntura internacional dominada pela liberalização e globalização na esfera econômica, e pelo reforço das estruturas democráticas no campo político. Surgindo assim, um novo quadro energético global.

A energia agora era sinônimo de riqueza, produto comercial. E neste sentido, cada matriz energética tem o seu lugar no mercado, como pode ser visto abaixo:

Figura 1. Contribuição de cada fonte de energia no mercado energético global

⁹ Apesar das iniciativas em curso, que buscam reduzir emissões de carbono e ampliar a produção de energia renovável, de maneira a combater o aquecimento global, não há expectativa de redução, pelo menos no curto e médio prazos, da participação dos combustíveis fósseis na matriz energética global. No setor de transportes, o crescimento do consumo de combustíveis renováveis, como etanol e biodiesel, é dificultado pela imposição de barreiras tarifárias e não tarifárias ao comércio internacional do etanol e por resistências aos biocombustíveis, que têm prejudicado as discussões sobre a conformação de um mercado internacional para o etanol. No setor elétrico, observam-se, da mesma forma, dificuldades para o crescimento das fontes renováveis, como a hidroeletricidade e a energia solar e eólica. O potencial de produção hidrelétrica, por exemplo, já foi amplamente explorado pela maioria das economias industrializadas. O poder de influência das organizações ambientalistas junto às agências de financiamento, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), representam forte obstáculo à construção de novas usinas hidrelétricas nos países em desenvolvimento. Os custos financeiros elevados e a incerteza associada ao funcionamento das usinas solares e eólicas impedem a expansão global das respectivas indústrias. (BENEVIDES, 2011, 32).

Fonte de energia	%
Combustíveis fósseis:	80,9
Petróleo	34,4
Carvão	26,0
Gás natural	20,5
Nuclear	6,20
Energias renováveis:	12,9
Hidroelectricidade	2,20
Biomassa	10,1
Geotérmica, solar, eólica, marés e ondas	0,6

Fonte: LAVADO, 2009, 33.

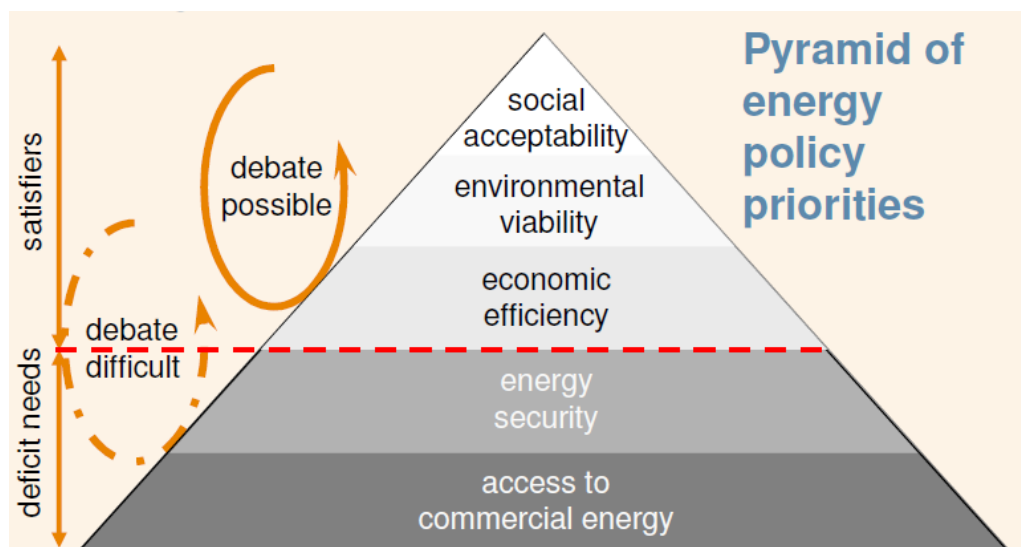
A evolução do consumo mundial de energia, baseada em combustíveis fósseis, conduziu a humanidade para uma matriz energética insegura, cara e, sobretudo, bastante negativa para o meio ambiente (BRITO, 2007,185). E em um mundo cada vez mais dependente das fontes energéticas para o andamento das atividades, as crises do petróleo entre os anos de 1973 e 1976, levaram o mundo a refletir sobre o uso de novas fontes de energias alternativas ao petróleo, que além de suprir as suas necessidades energéticas também fossem suficientes para responder as questões ambientais que vem sendo levantadas e cobradas desde o Protocolo de Kyoto¹⁰.

A produção de energia renovável atenderia não apenas aos objetivos de segurança energética (redução da dependência externa, diversificação da oferta, aumento da produção doméstica), mas também às políticas de proteção ambiental (redução de emissões de gases do efeito estufa), desenvolvimento rural e agrícola (BENEVIDES, 2011, 97).

¹⁰ O objetivo principal do Protocolo de Kyoto foi o de estabelecer metas concretas de redução de emissão de gases causadores do efeito estufa. O artigo 3.1 do Protocolo estabeleceu que os países do Anexo I, o qual inclui 40 países desenvolvidos e em transição para economias de mercado, deveriam reduzir suas emissões totais de gases de efeito estufa, chegando a uma média de 5,2% abaixo das emissões de 1990, entre os anos de 2008 e 2012, período este conhecido como o primeiro período de compromisso. No entanto, há uma grande variação nas metas de cada país, indo de uma redução de 8% até um aumento de 10% do nível de emissões de 1990. Especificamente, estes países se comprometeram a: Adotar políticas nacionais e medidas que levem à redução das emissões de dióxido de carbono na atmosfera aos níveis de 1990; Comunicar seus inventários nacionais de emissões discriminadas por tipo de fonte como também remoções dos gases através dos sumidouros; Submeter relatórios sobre políticas públicas e medidas implementadas (IPAM).

De tal forma, a energia começou a ser assunto das políticas nacionais e internacionais. A política global de energia está preocupada com uma ampla gama de questões, incluindo a segurança do fornecimento, a diminuição das questões de pobreza energética, a governança energética doméstica e a sustentabilidade¹³ (ZELLY *et al*, 2013, 342).

Figura 3. Pirâmide de políticas energéticas prioritárias



Fonte: FREI, 2010, 4.

Com o mundo transformado, problemas de cunho econômico, social e ambiental que ultrapassam a escala local e não se restringem às fronteiras nacionais passaram a exigir a mobilização conjunta de diferentes Estados (FRAGA; VIANA; ARAÚJO, 2014, 40). A energia passou a pedir mais atenção e a demandar mais assistência tanto para que a mesma seja bem aproveitada quanto para que não se torne causa de conflitos entre os países. Por isso, as políticas em torno do tema buscam principalmente equilibrar/garantir o acesso à energia a todos.

A Agenda Energética a partir de então descreve as escolhas a serem feitas e as etapas que devem, em qualquer caso, ser tomadas. A energia fazendo parte da agenda internacional, esperasse que com a implementação dos acordos energéticos e suas metas,

¹³ Global energy policy is concerned with a broad range of questions, including supply security, decreasing energy poverty questions of domestic energy governance, and sustainability (ZELLY *et al*, 2013, 342).

passos importantes sejam dados no campo da produção de energia renovável, conservação de energia e inovação¹⁴.

No novo quadro energético que emerge, a ênfase ao auto abastecimento – dominante nas políticas energéticas dos períodos procedentes – cedeu progressivamente lugar à busca por opções mais econômicas, baseadas em parcerias com outros sistemas energéticos nacionais. Em consequência, as políticas energéticas estão incorporando crescentemente uma dimensão extranacional, por meio da busca de sinergias com parceiros regionais ou extra regionais (HOLANDA, 2001, p. 20).

Foi sendo estabelecido no sistema internacional um cenário em que a energia passou a fazer parte da preocupação dos Estados e onde, “os mesmos passaram a buscar arranjos cooperacionais e integrativos com parceiros regionais. Um claro exemplo de arranjo energético acontece na região da América do Sul, estabelecido na relação consolidada entre Brasil e Bolívia que será analisada adiante. Antes dessa análise, se faz necessário compreender o que é a cooperação internacional e o seu papel nesse contexto.

2.1 Papel da Cooperação Internacional

Desde o fim do século XIX, à medida que as relações internacionais se tornavam mais interconectadas e complexas, os tratados gerais e as organizações internacionais começaram a se formar ativamente. Já, sob o controle da Organização das Nações Unidas, os esforços internacionais concentraram-se para manutenção da paz internacional. Neste contexto, a cooperação internacional surge como tema em 1945 na Carta das Nações Unidas, especificamente no capítulo IX que é dedicado a cooperação internacional econômica e social.

Esta possibilidade de cooperação entre os atores internacionais cresceu à medida que os interesses comuns se intensificaram. Algumas áreas eram mais sensíveis do que outras, casos econômicos possuíam uma maior tendência de serem beneficiados pela cooperação. Comprovação disto é que, em seu primeiro momento, a cooperação partia dos países do Norte para os países do Sul que estavam devastados pela guerra e tinha cunho totalmente econômico. Exemplo desse tipo de cooperação foi o Plano Marshall que influenciava diretamente na reconstrução da Europa Ocidental após a segunda Guerra Mundial.

¹⁴ With the implementation of the Energy Agreement, with targets aiming at 2020 and 2023, important steps have been taken in the field of renewable energy production, energy conservation and innovation (ENERGY AGENDA, 2017, 17).

Ainda nesse momento, conforme Milani (2012) existiam ideias pontuais de ajuda humanitária, alguns projetos de assistência técnica e algum apoio de desenvolvimento de ex colônias. No entanto, a cooperação norte - sul de início foi marcada por ter como principal característica o assistencialismo as ex colônias e ajuda para diminuir a ameaça do comunismo. (LANCASTER, 2007)

Logo após a Grande Guerra, a cooperação tinha como objetivo o desenvolvimento internacional. Após a Segunda Guerra, a cooperação para desenvolvimento se tornou premente, diante da situação caótica em que ficaram os países envolvidos no conflito. A ajuda nesse momento partia dos Estados Unidos e da União Soviética para os países destruídos pela guerra. Para Lancaster (2007) uma das razões pelas quais os EUA enveredaram pela cooperação para desenvolvimento é que o país estava precisando escoar sua superprodução e, portanto, precisando de mercados. Mercados estes que só se desenvolveriam em Estados estáveis: capitalistas, independentes e democráticos. A URSS também auxiliava os países de sua esfera.

No entanto, com o término da Guerra Fria, houve significativa mudança no conceito de desenvolvimento, que a partir de então não estava só relacionado a economia. Neste momento preocupação com meio ambiente, democracia e paz começaram a tomar espaço nas discussões entre os países, onde também a energia começou a ocupar espaço no âmbito da cooperação. No entanto, antes de analisar a cooperação no âmbito energético, se faz necessário compreender a definição de cooperação.

A cooperação internacional é definida por várias escolas de pensamento e pode acontecer de variadas formas¹⁵. A mesma pode assumir diferentes formas e acontecer entre atores diferentes, conforme cada definição, o ambiente que irá ocorrer e os atores que nela estão envolvidos, conforme pode se observar no quadro abaixo:

Figura 4. Tipos de Cooperação Internacional

¹⁵ *Cooperación técnica*: cuando la acción consiste en la transferencia de una capacidad técnica, administrativa o tecnológica, por ejemplo mediante el envío de un experto capacitador, la recepción de pasantes del país receptor para capacitarse en el país oferente, la donación de equipos tecnológicos, etc.; *cooperación financiera*: consiste en la donación de fondos(no reembolsable) o el otorgamiento de créditos blandos(reembolsable), generalmente para la implementación de programas que favorezcan al desarrollo del beneficiario; *cooperación cultural*: es aquella destinada a fomentar las actividades intelectuales y creadoras en los campos de la educación, la ciencia y la cultura; *cooperación por la paz*: acciones llevadas a cabo con el fin de evitar conflictos bélicos (paz negativa). Asimismo, podrían incluirse dentro de este ítem aquellas acciones destinadas a disminuir las desigualdades que muchas veces son origen de las confrontaciones (paz positiva); *ayuda alimentaria*: envío de alimentos o promoción de la producción de los mismos en países o regiones de pobreza extrema; *ayuda humanitaria y de emergencia*: es la que se destina a aquellos lugares que han sufrido catástrofes, sean naturales o provocadas por el hombre (guerras), a donde se envían bienes de primera necesidad para paliar las consecuencias de las mismas (CHIANI, 2009, 25).

Cooperación internacional Acciones llevadas a cabo por Estados-nación u organizaciones de éstos, actores estatales subnacionales u ONGs de un país, con otro/s de estos actores perteneciente/s a otro/s país/es, para alcanzar objetivos comunes en el plano internacional y/o en el nacional de uno de los actores.	Centralizada Siempre de carácter oficial, llevada a cabo por Estados-nación u organizaciones de éstos.	Bilateral Llevada a cabo entre dos Estados-nación.	Vertical o Norte-Sur Donante desarrollado - receptor en desarrollo.
			Horizontal o Sur-Sur Donante y receptor en desarrollo.
		Triangular Dos Estados se unen para cooperar con un tercero.	
	Multilateral Donante: organización internacional oficial.		
	Descentralizada Llevada a cabo por organismos subnacionales públicos u organizaciones privadas sin fines de lucro.	Oficial o pública Realizada por entidades públicas subnacionales.	Directa Basada en el establecimiento de relaciones directas entre gobiernos subnacionales de diferentes países.
			Indirecta En este caso las acciones no implican el establecimiento de una relación directa entre los actores.
No oficial Realizada por organizaciones privadas sin fines de lucro.			

Fonte: CHIANI, 2009, 24

Além dos tipos de cooperação acima explicados, surge em conjunto com a consolidação dos Objetivos do Milênio (ODM)¹⁶ a cooperação internacional para o desenvolvimento (CDI), definida por Chiani (2009) como o conjunto de ações realizadas

¹⁶ Estos objetivos que se han propuesto alcanzar las 189 naciones que suscribieron la Declaración del Milenio (actualmente 192), convenida en septiembre de 2000 durante la Cumbre del Milenio de las Naciones Unidas, abarcan grandes temas, como combatir la pobreza, el hambre, las enfermedades, el analfabetismo, la degradación del ambiente y la discriminación contra la mujer. Lo que caracteriza estos objetivos es que dentro de cada uno de ellos fueron establecidas una o más metas, cada una con indicadores cuantificables además de haber sido establecido un plazo definido para su cumplimiento: el año 2015 para la mayoría de ellos. (CHIANI, 2009, 27). Desde 2016, com o sucesso dos ODM, a ONU lançou os ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) que são um chamado universal para a ação contra a pobreza, proteção do planeta e para garantir que todas as pessoas tenham paz e prosperidade. Esses 17 objetivos foram construídos com o sucesso dos ODM, incluindo novos temas, como a mudança global do clima, desigualdade econômica, inovação, consumo sustentável, paz e justiça, entre outras prioridades (ODM. Disponível em < <http://www.br.undp.org> >, acesso de 13 de julho de 2018).

por atores públicos ou privados – entre países de diferentes níveis de renda – com o objetivo de promover o progresso econômico e social dos países receptores¹⁷.

A cooperação para o desenvolvimento é a destinada a países com menores recursos com o fim de poder melhorar aspectos básicos, como os direitos humanos, a educação, as condições ambientais, entre outros¹⁸. Esta cooperação pode ocorrer conforme os tipos explicados na Figura 5. Podendo então ocorrer de forma bilateral, apenas entre dois países ou triangular, onde dois estados se unem para cooperar com um terceiro, por exemplo.

No entanto, a definição de cooperação adotada neste trabalho é descrita por Ayllón (2006) que expõe a cooperação como um conjunto de atuações de caráter internacional realizadas pelos atores públicos e privados, entre países de diferentes níveis de renda, para promover o progresso econômico e social e conseguir um progresso mais justo e equilibrado no mundo.

A medida que Axerold e Keohane (1985) afirmam que a cooperação ocorre quando os atores compreendem que cooperar é o caminho para alcançar interesses e objetivos em comum e acabam por ajustar seus comportamentos as preferências atuais ou antecipada do outro. Pode-se compreender que a cooperação é uma relação estabelecida entre os países com o objetivo de alcançar metas semelhantes.

Ou seja, a cooperação internacional descreve interações para alcançar objetivos comuns quando as preferências dos atores são idênticas (harmonia) ou irreconciliáveis (conflito)¹⁹. Dessa forma pode-se compreender que a cooperação são ações tomadas pelos Estados para alcançar objetivos comuns no plano nacional e internacional e também que todas essas ações tendem a contribuir com o processo de desenvolvimento das sociedades.

Mas inicialmente, a realidade da cooperação internacional era de ajuda dos países ricos do Norte as pobres do Sul. A cooperação naquele momento vinha em forma de assistência financeira e era uma maneira dos países perpetuarem sua ideologia para os países que estavam recebendo assistência.

É um modelo surgiu em meados do século passado, quando estava se formando

¹⁷ La cooperación al desarrollo, en cambio, comprende el conjunto de actuaciones realizadas por actores públicos y privados – entre países de diferente nivel de renta – con el propósito de promover el progreso económico y social sostenible de los países receptores (CHIANI, 2009, 140).

¹⁸ La *cooperación internacional al desarrollo* es la destinada a los países con menores recursos con el fin de poder mejorar algunos aspectos básicos, como son los derechos humanos, la educación y las condiciones ambientales, entre otros (CHIANI, 2009, 26).

¹⁹ Therefore, (international) cooperation describes interactions to achieve common objectives when actors' preferences are neither identical (harmony) nor irreconcilable (conflict) (PAULO, 2014, 3).

a Guerra Fria. Os estados-nação ainda eram os protagonistas indiscutíveis das relações internacionais e o fenômeno da globalização não tinha entrado no cenário internacional com o peso que hoje tem. A lógica e dinâmica desse mundo bipolar, onde as duas superpotências mundiais (Estados Unidos e a União Soviética) procuravam consolidar suas respectivas áreas de influência, permitir-lhes explicar em parte, as características distintivas do sistema de cooperação internacional atual naquele momento ²⁰(CHIANI, 2009,30).

Esta realidade começa a ser modificada após 1950 quando os países do terceiro mundo começaram a se introduzir com mais propriedade no sistema internacional, apoiados principalmente na descolonização e em uma maior consciência adquirida sobre as relações entre os Estados.

Surge nesse momento a cooperação sul-sul²¹, que acontece entre os países tem seu auge em 1970, sobre a qual Aylón (2006) pontua como principais características: ajuda integral a partir de problemas iguais, países seguem seus interesses e não os impostos a ele como na cooperação norte-sul e relação não passiva entre os países. Aqui, de acordo com Cesarino (2015) os países do Sul começaram a usar suas experiências de ajuda e tornaram-se doadores para os outros países do sul global.

A cooperação sul-sul ganha força no Brasil durante o governo Lula, o qual, segundo Faria (2013) tinha como objetivo priorizar esta cooperação por apresentar como principal característica a sua tendência solidária e humanitária, além claro, de estar seguindo com sua estratégia de inserção internacional. Nesse mesmo sentido, Leite (2013) coloca que o país começa a ter esse engajamento pois apresenta uma recuperação da sua macroeconomia e significativos avanços na inclusão social. Sendo estes então, motivos para passar seu aprendizado adiante.

Exemplo dessa cooperação sul-sul brasileira bem-sucedida é o programa PROSAVANA²² que envolve os governos do Brasil, Moçambique. Todavia a cooperação

²⁰ Se trata de un modelo surgido hacia mediados del siglo pasado, cuando se estaba gestando la Guerra Fría. Los Estados-nación eran aún los protagonistas indiscutibles de las relaciones internacionales y el fenómeno de la globalización no había irrumpido en la escena internacional con el peso que hoy tiene. La lógica y dinámicas propias de aquel mundo bipolar, en donde las dos superpotencias mundiales (Estados Unidos y la Unión de Repúblicas Socialistas Soviéticas) buscaban consolidar sus respectivas áreas de influencia, permiten explicar en parte los rasgos distintivos del sistema de cooperación internacional vigente en aquel entonces (CHIANI, 2009, 30).

²¹ La cooperación Sur-Sur, definida en sentido amplio como el intercambio de colaboraciones en el ámbito técnico, político y económico entre países en desarrollo, ha venido consolidándose desde hace varias décadas como una modalidad alternativa de cooperación internacional que opera en paralelo a los mecanismos tradicionales de asistencia oficial para el desarrollo (CEPAL, 2010, 5).

²² Triangular Co-operation Programme for Agricultural Development of the Tropical Savannah in Mozambique and the objective is create new agricultural development models, taking into account the natural environment and socio-economic aspects, and seeking market-orientated agricultural/rural/regional development with a competitive edge. (PROSAVANA, 2017)

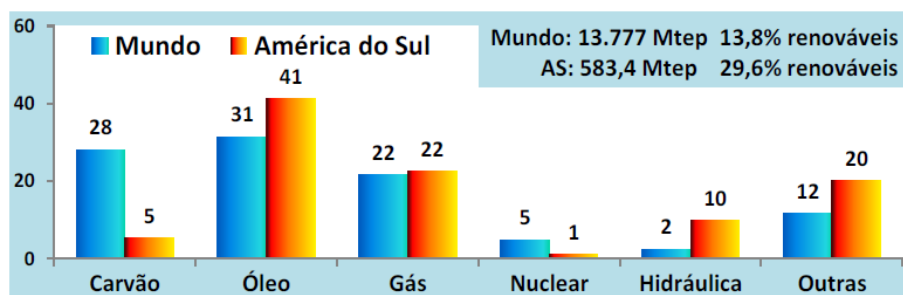
sul-sul brasileira vai além das áreas sociais e também pode ser vista em outros setores, como no setor energético, principalmente quando se tem como parceiro um dos seus vizinhos, como o é caso das relações com a Bolívia, Paraguai e Argentina.

E tendo em mente que será cada vez mais difícil e oneroso planejar o suprimento nacional de energia em um contexto isolado atendendo simultaneamente aos requisitos de segurança, sustentabilidade ambiental e acessibilidade econômica da população ao serviço, a América do Sul que sempre buscou a integração da região, busca constantemente por meio da cooperação alcançar a integração energética²³ na região.

2.2 Energia e Cooperação na América do Sul

A América do Sul é uma região com vasta diversidade de recursos naturais, dos quais os países se utilizam principalmente para gerar energia. Pode-se citar como exemplo a utilização da água nas usinas hidroelétricas e como será estudado ao decorrer do trabalho, a utilização do gás natural também com o objetivo de gerar energia. Para Almeida (2010, p. 52), a América do Sul é uma região muito rica em recursos energéticos. Recursos estes que são aproveitados para demanda de oferecimento de energia.

Figura 5. Matriz de Oferta Interna de Energia – 2015



Fonte: MME, 2016, 2.

No entanto, esta riqueza encontra-se distribuída de forma desigual na região, possibilitando um grande potencial de complementação entre produtores e consumidores. Defendendo o potencial energético da América do Sul, Neves (2007) argumenta:

²³ A constituição de uma política energética comum, por meio da unificação de mercados de energia. Este processo exige uma mobilização política conjunta dos países envolvidos, mas pode iniciar-se por meio de empreendimentos pontuais (FRAGA; VIANNA; ARAÚJO, 2014, 40).

Considerando-se suas fontes, a região pode se tornar um exemplo de produção energética ecologicamente viável para todo o mundo. Contudo, a realização desse potencial depende das atitudes políticas dos dirigentes dos países envolvidos, criando meios políticos, institucionais, e jurídicos que garantam uma integração efetiva (NEVES, 2007, p. 13-14).

Devido à abundante diversidade dos recursos naturais na região, a integração energética é o caminho para o abastecimento energético de toda a região. A integração se concretiza por meio de empreendimentos como hidrelétricas, gasodutos, oleodutos, mas principalmente pela instituição de políticas energéticas compartilhadas entre os países, como forma de regular a oferta e demanda energética na região (FRAGA; VIANNA; ARAÚJO, 2014, 41).

Esse processo de integração entre os países sul americanos só é possível devido à grande diversidade energética da região como dito acima e a capacidade de geração interna, pois alguns países acabam por fazer interligações físicas para troca de excedentes.

Figura 6. Geração Interna de eletricidade, por fonte e por país – 2015

País	Carvão Mine- ral	Óleo Natu- ral	Gás Natu- ral	Nu- clear	Hi- draú- lica	Outras	Total	Total (Mtep)	% Reno- váveis	% Fós- seis
Argentina	2	39	49	2	5	4	100	87	9	89
Bolívia	0	44	41	0	2	13	100	9	15	85
Brasil	6	37	14	1	11	30	100	299	41	58
Chile	17	45	10	0	5	22	100	37	28	72
Colômbia	13	41	23	0	12	11	100	35	23	77
Equador	0	81	4	0	8	7	100	14	15	85
Guiana	0	78	0	0	0	22	100	1	22	78
Paraguai	0	33	0	0	25	42	100	5	67	33
Peru	3	43	34	0	8	12	100	25	20	80
Suriname	0	76	0	0	17	7	100	1	24	76
Uruguai	0	45	1	0	16	38	100	5	54	46
Venezuela	0	52	35	0	12	1	100	65	13	87
Total AS	5	41	22	1	10	20	100	583	30	69

Fonte: MME, 2016, 4.

Estas interconexões internacionais são um meio para que os consumidores tenham acesso a um serviço energético mais eficiente, com melhor qualidade e com menor incerteza para o abastecimento (UDAETA, 2009, 3). Neste sentido, a região sul americana tem no petróleo e gás natural suas principais fontes de energia, correspondendo a mais de 65% de toda a sua produção. É uma região exportadora de energia, possuindo uma balança comercial energética global favorável.

Sendo importante mencionar que a comercialização das *commodities*²⁴ de energia (petróleo e carvão mineral) ocorre em maior intensidade com os Estados Unidos e outros países não sul-americanos. Mas o mercado regional não é deixado de lado e representa para os países sul americanos relações cooperativas que podem levar a região a alcançar integração energética²⁵.

Ou seja, é em busca de lucros e facilitação ao acesso a energias que os países almejam estreitar suas relações e construir interações sólidas e duradouras em uma região com variedade de recursos disponíveis, consolidando nestes momentos acordos de cooperação. Tomando então como parâmetro as relações de cooperação na região da América do Sul, se faz correto afirmar que as mesmas são consolidadas principalmente em projetos binacionais.

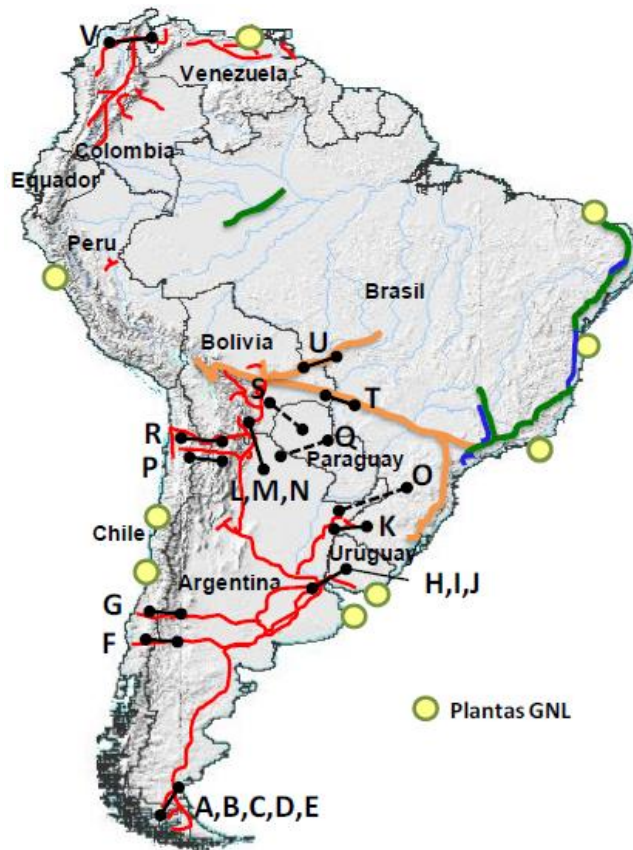
Os projetos energéticos desenvolvidos constituem-se basicamente de empreendimentos bilaterais, com destaque para os grandes aproveitamentos hidrelétricos binacionais de rios fronteiriços, incluindo o mais importante projeto de integração elétrica das Américas que é a central Itaipu Binacional brasileiro-paraguaio. Merecem ser assinaladas também as centrais hidroelétricas de Yacyretá e Salto Grande, respectivamente projetos paraguaio-argentino e argentino-uruguaio. A esses projetos, somam-se o gasoduto Brasil-Bolívia, a interligação Colômbia-Ecuador no âmbito da Comunidade Andina de Nações (CAN) e outras interligações entre o Brasil e alguns vizinhos como Argentina, Uruguai e Venezuela por meio de linhas de transmissão (CASTRO; LEITE; ROSENTAL, 2012, 7).

As relações sul americanas em seus projetos binacionais estão majoritariamente ligadas a interligações tendo como matriz energética o gás natural ou a hidroeletricidade e o aumento dessas interconexões produzirá maior eficiência econômica e uma maior segurança energética. Abaixo, pode-se observar como os países sul americanos estão interligados atualmente.

Figura 7. Interconexões entre os países sul-americanos – Gasodutos

²⁴ São produtos sem os quais as pessoas não vivem e que são negociados diariamente numa escala global, e por serem de importância fundamental e mundial, seu preço é normalmente determinado pelo mercado internacional, e varia de acordo com a oferta e a demanda.

²⁵ A integração energética permite o aproveitamento ótimo dos recursos energéticos ao mesmo tempo em que transforma estes recursos em renda. Por outro lado, o processo de integração é compatível com a necessidade de promoção da segurança do suprimento a preços competitivos por aumentar a confiabilidade do suprimento concomitantemente aos ganhos de produtividade derivados do aumento de escala (CASTRO; LEITE; ROSENTAL, 2012, 9).



Ref. Mapa	Países	Gasoduto	Diâmetro (Polegada)	Capacidade (Mm³/d)	Situação
A	AR - CL	San Sebastián (AR) - Pta. Arenas (CL) (Bandurria)	10	4	Oper.
B	AR - CL	Bateria de Recepción 7 - T del Fuego	6	1,5	Oper.
C	AR - CL	Pta Dungeness (AR) - C.Negro (CL) (Dungeness)	8	2	Oper.
D	AR - CL	El Cóndor (AR) - Posesión (CL)	12	2,3	Oper.
E	AR - CL	Pta . Magallanes (Ar) - Posesión (CL)	18	1	Oper.
F	AR - CL	L. La Lata (AR) - Concepción (CL) (Gas Pacífico)	24-20	3,5	Oper.
G	AR - CL	La Mora (AR) - Santiago (CL) (Gasandes)	24	10	Oper.
H	AR - UY	Gto.Enterrriano (AR) - Pay sandú (UY) (Del Litoral)	10	1	Oper.
I	AR - UY	Gto.Enterrriano (AR) - Casa Blanca (UY)	16	5-2	Oper.(*)
J	AR - UY	Bs. Aires (AR) - Montevideo (UY) (Cruz del Sur)	24	6	Oper.
K	AR - BR	Aldea Brasileira (AR) - Uruguiana (BR)	24	15-10	Oper.
L	AR - BO	Ramos (AR) - Bermejo (BO)	8-13	1,2	Oper.
M	AR - BO	Campo Durán (AR) - Madrejones (BO)	24	7	Oper.
N	AR - BO	Miraflores (AR) - Tupiza (BO) (Puna)	-	-	Proj.
O	AR - BR	Cnel. Cornejo (AR) - São Paulo (BR)	-	-	Proj.
P	AR - CL	Cnel. Cornejo (AR) - Mejillones (CL) (Casatacama)	20	9	Oper.
Q	AR - PY	Cnel. Cornejo (AR) - C.del Este (PY)	-	-	Est.
R	AR - CL	Gasod. Norte (AR) - Tocopilla (CL) (Norandino)	20	8,5	Oper.
S	BO - PY	Vuelta Grande (BO) - Asunción (PY)	-	-	Est.
T	BO - BR	Río Grande (BO) - São Paulo (BR) (Gasbol)	32	30	Oper.
U	BO - BR	Río Grande (BO) - Cuiabá (BR)	18	2,8	Oper.
V	CO - VE	Est. Ballena (CO) - Maracaibo (VE)	18	4,2	Oper.

(*) Nunca se usou

Fonte: MME, 2016, 7

Figura 8. Interconexões entre os países sul-americanos - Hidroelétricas



Ref.	Países	Local	Tensão (kV)	Potência (MW)	Status
A	AR - UY	Salto Grande (AR) - Salto Grande (UY)	500	1.890	oper.
B	AR - UY	Concepción (AR) - Paysandú (UY)	132-150	100	oper.
C	AR - UY	Colonia Elia (AR) - San Javier (UY)	500	1.386	oper.
D	BR - UY	Pres. Médici (BR) - San Carlos (UY)	500	500	constr.
E	BR - UY	Livramento (BR) - Rivera (UY)	230-150	70	oper.
F1	AR - BR	Rincón S.M. (AR) - Garabi/Itá (BR)	500	2.200	oper.
F2	AR - BR	-	-	2.200	est.
G	AR - BR	Paso de Los Libres (AR) - Uruguiana (BR)	132-230	50	oper.
H	BR - PY	Saídas de Itaipu	750-500	14.000	oper.
I	BR - PY	Foz do Iguaçu (BR) - Acaray (PY)	230-138	70	oper. (*)
J	AR - PY	Clorinda (AR) - Guarambaré	132-220	90	oper.
K	AR - PY	Saídas de Yacretá	500	3.200	oper.
L	AR - PY	ElDorado (AR) - Mcal. A López (PY)	230-132	30	oper.
M	AR - CL	C.T.TermoAndes (AR) - Sub. Andes (CL)	345	633	oper.
N	BO - PE	La Paz (BO) - Puno (PE)	230-220	150	est.
O	PE - BR	-	-	7.000	est.
P	EC - PE	Machala (EC) - Zorritos (PE)	230	100	oper.
Q	CO - EC	Pasto (CO) - Quito (EC)	230	250	oper.
R	CO - EC	Jamondino (CO) - Santa Tosa (EC)	230	250	oper.
S	CO - EC	Ipiales (CO) - Tulcán/Ibarra (EC)	115-138	113	oper.
T	BR - VE	Boa Vista (BR) - Santa Helena/Guri (VE)	230	200	oper.
U	CO - VE	Cuestecita (CO) - Cuatricentenario (VE)	230	150	oper.
V	CO - VE	Tibú (CO) - La Fría (VE)	115	80	oper.
X	CO - VE	San Mateo (CO) - El Corozo (VE)	230	150	oper.
Z	CO - PA	Cerromatoso (CO) - Panamá (PA)	-	300	est.
W	BR - GY	-	-	1.100	est.

(*) Inativo

Ref.	Países	Nome	Rio	Potência	Situação
1	AR - UY	Salto Grande	Uruguai	1.890	Operação
2	AR - BR	Garabi/Panambi	Uruguai	2.200	Estudo
3	AR - PY	Corpus	Paraná	3.400	Estudo
4	AR - PY	Yacyretá	Paraná	3.200	Operação
5	BR - PY	Itaipu	Paraná	14.000	Operação

Fonte: MME, 2016, 7

Com relação ao gás natural, há uma progressiva importância da posição deste insumo energético na América do Sul. Atualmente o gás natural²⁶ já é a base da matriz energética da Argentina, Bolívia e Chile, a região possui 4,0% das reservas de gás natural do mundo (CASTRO; LEITE; ROSENTAL, 2012,5). Já as hidroelétricas²⁷ representam o pensamento dos países na geração de energia por meio de uma matriz energética renovável.

Além de projetos na área energética, os países sul americanos também cooperaram e outras áreas principalmente na área de infraestrutura, sendo estes projetos impulsionados pela IIRSA (Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul Americana). Dos diversos Eixos de Integração e Desenvolvimento da Iniciativa (EID) destacam-se:

(i) o Projeto interoceânico central, que visa aperfeiçoar a rede de transportes e acelerar a exportação de produtos agrícolas e minérios tanto pelo Oceano Pacífico, como pelo Oceano Atlântico, envolvendo Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Peru; (ii) a interligação Peru-Brasil-Bolívia, que busca facilitar a logística de transporte das regiões Sul do Peru, Acre e Rondônia no Brasil e Beni e Santa Cruz na Bolívia; e da (iii) Hidrovia Paraguai-Paraná que visa integração dos transportes fluviais, produção de energia hidrelétrica, utilização compartilhada das redes de distribuição de energia elétrica e envolve Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai (WAISBICH; POMEROY, 2015, 8).

Nesse contexto, a cooperação foi vista pelos países sul americanos como um caminho para evitar conflitos regionais e proporcionar complementaridade,

²⁶ Venezuela e Bolívia são os países que possuem as maiores reservas de gás natural da região. Com a construção do gasoduto que faz interconexão entre Bolívia e Brasil (Gasbol), e do gasoduto que faz interconexão entre Argentina e Bolívia, este país se tornou grande exportador deste insumo ganhando uma posição determinante na oferta na região (CASTRO; LEITE; ROSENTAL, 2012, 5).

²⁷ A América do Sul possui três usinas hidroelétricas binacionais. A maior delas, ainda a maior do mundo, é a Binacional Itaipú, na fronteira entre Paraguai e Brasil, com capacidade instalada de aproximadamente 14.000 MW. A Binacional Salto Grande, entre Argentina e Uruguai, tem 1.890 MW de capacidade instalada e a Binacional Yacyreta, entre Argentina e Paraguai tem 3.200 MW de capacidade instalada (CIPLATA, 2005 *apud* CASTRO; LEITE; ROSENTAL, 2012, 8).

principalmente complementaridade energética²⁸, sendo este então visto como caminho para que a integração seja consolidada na região.

Tiryaki (2008, 3) afirma que o principal argumento em prol da integração energética ²⁹é que tais projetos envolvem ganhos de escopo e escala permitindo não somente a flexibilização no acesso a insumos energéticos, mas também a redução nos seus preços. Dougherty e Pfaltzgraff (2003, 649) defendem que o comportamento integrador é adotado devido às expectativas relativas, às recompensas que derivam desse comportamento e às sanções que derivam do seu fracasso.

Para Vainer e Nuti (2008, p. 12), a integração energética entendida como possibilidade de importação-exportação de energia elétrica entre países vizinhos, começou a ganhar maior espaço na pauta das relações entre países do continente a partir dos anos 1990. Quando estas interações entre os Estados sul americanos (Hidroelétrica de Itaipu, GASBOL, por exemplo) se tornaram possíveis devido à abundância de recursos na região, tinham como base principal os interesses dos países em obter vantagens respondendo ao interesse energético nacional.

Por fim, vale ressaltar que a integração energética permitiria maior otimização do rendimento hidráulico e da infraestrutura de transmissão, que possibilitaria a utilização de caminhos alternativos frente a situações de emergência (CASTRO; LEITE; ROSENTAL, 2012, 10).

Assim, adota-se a premissa de um cenário regional em que as relações energéticas são baseadas na troca de excedentes, buscando complementaridade energética por meio de arranjos cooperativos e sendo assim possível atingir a integração na região. O trabalho a partir de então irá analisar os acordos estabelecidos entre o Brasil e a Bolívia na área energética tendo como principal matriz energética o gás natural, mas não deixando de lado os demais assuntos tratados nos encontros entre os representantes dos países vizinhos.

²⁸ A complementaridade de insumos energéticos nos países da América do Sul pode garantir uma segurança ímpar e estratégica na região, capaz de viabilizar ciclos de crescimento mais acelerados e dar maior competitividade econômica aos países da região (CASTRO; LEITE; ROSENTAL, 2012, 4).

²⁹ Em relação aos benefícios de impacto qualitativo, a integração energética propiciaria: i) Redução do impacto ambiental como consequência da otimização do despacho com redução de combustíveis; ii) Melhoria da segurança de abastecimento associado à malha de redes nacionais; iii) Incremento da qualidade do abastecimento graças à aplicação de critérios de uso do sistema que permita aos operadores dos sistemas acordarem intercâmbios em situação de emergência; e v) Integração de regiões isoladas (CASTRO; LEITE; ROSENTAL, 2012, 11).

3 ANTECEDENTES HISTÓRICOS: COOPERAÇÃO ENERGÉTICA ENTRE BRASIL E BOLÍVIA

Em um novo cenário mundial como foi descrito acima, onde a energia passou a ser de sua importância e a cooperação internacional passou a ter papel fundamental e estratégico na configuração de arranjos regionais e mundiais, muitas relações nascidas a partir de então podem ser analisadas como exemplo por ter seguido esse novo padrão de comportamento. Exemplo de tal relação é a construída entre o Brasil e a Bolívia na América do Sul.

A relação entre Brasil e Bolívia teve início em 1938 com a assinatura do Tratado sobre Saída e Aproveitamento do Petróleo Boliviano³⁰, o qual conforme França (2015, 49) foi o primeiro intento de estabelecer o fornecimento de hidrocarbonetos ao país a partir de um vizinho sul americano.

Naquela época o tratado teve como principal razão o receio do governo brasileiro no suscitador da Segunda Guerra Mundial e que o conflito se espalhasse pelas áreas produtoras de petróleo onde as necessidades do Brasil eram supridas. Diante disso, o Brasil logo tratou para assegurar a normalidade de seu abastecimento nas proximidades de suas fronteiras, firmando naquele momento o tratado com a Bolívia.

Logo após o tratado de 1938 as relações entre os países continuou de forma mais frígida com conversas entre os vizinhos, no entanto, passou a se intensificar quando em 1956 com a posse do Presidente Juscelino Kubistchek, o Itamaraty recebeu autorização

³⁰ O documento compunha-se de 11 artigos estabelecendo as obrigações das partes contratantes e fixando os critérios de distribuição de vantagens entre os dois países. Em síntese, cada um desses artigos propunha as seguintes obrigações: 1) os governos dos dois países efetuariam sondagens topográficas e geológicas com o objetivo de verificar as reais potencialidades das jazidas petrolíferas da zona sub andina boliviana; 2) os estudos seriam desenvolvidos por técnicos dos dois países interessados, que constituiriam uma comissão composta de geólogos, engenheiros, petrógrafos e topógrafos; 3) os governos do Brasil e da Bolívia seriam responsáveis pelo custeio das despesas relacionadas com o trabalho de campo executado, calculado na época em um milhão e meio de dólares; 4) as entidades beneficiadas com as pesquisas reembolsariam os governos brasileiro e boliviano; 5) para início dos trabalhos de sondagens, o Brasil adiantaria a cifra de 750 mil dólares; 6) a exploração da zona sub andina teria de ser efetuada por sociedades mistas brasileiras e bolivianas; 7) às empresas mistas de procedência brasileira e boliviana seriam concedidos privilégios para a construção de oleodutos; 8) o Brasil se comprometeria a criar entidade autárquica de refinaria, meios de transportes e sistema de distribuição de derivados, dando preferência à compra do petróleo boliviano; 9) ambos os governos dariam, em seus territórios, garantias para o desenvolvimento de atividades industriais relacionadas com o aproveitamento do petróleo boliviano; 10) o Brasil daria livre trânsito, em seu território, ao petróleo boliviano destinado à exportação; 11) os dois países formalizavam compromissos para cumprimento dos ajustes constantes dos itens anteriores (SILVEIRA; COUTINHO, 1959)

para voltar as negociações com a Bolívia tendo como objetivo principal renovar o contrato já existente. Para isso o Brasil propôs a Bolívia associação à YPFB para a constituição de uma empresa para iniciar pesquisas exploratória no subandino Boliviano. Conforme França (2015) a proposta brasileira não foi aceita pois o então Presidente boliviano Jorge Córdova aprovou nova lei do petróleo – liberal, privatista e destinada a atrair capitais estrangeiros ao país.

Diante dessa nova realidade na perspectiva boliviana, os países seguiram discutindo sobre como deveria ser o investimento na exploração do petróleo boliviano. Sem lograr êxito nas negociações, em 1957 após convite do então Presidente boliviano Hermán Siles Suazo ao Presidente brasileiro Juscelino Kubistchek com a intenção de retomar as conversações, o diálogo foi retomado em um encontro que ocorreu no Rio de Janeiro em janeiro de 1958.

Dando continuidade as conversas, em março do mesmo ano na cidade de La Paz na Bolívia, os Chanceleres Manoel Barrau e Macedo Soares, boliviano e brasileiro, respectivamente, firmaram um conjunto de trinta acordos que foram conhecidos como os “Acordos de Roboré” que estabeleceram a construção de um oleoduto e de um gasoduto financiados pelo Brasil, ambos pertenceriam à *Yacimientos Petrolíferos Fiscales de Bolivia* (YPFB) (GOSMANN, 2011).

Em 29 de março de 1958, Brasil e Bolívia assinaram os Acordos de Roboré, onde a principal questão abordada ou pelo menos a mais polêmica, referia-se à exploração de petróleo e gás natural em território boliviano por empresas privadas brasileiras. O tratado previa prospecção e sondagem em território boliviano, numa parceria entre empresas brasileiras e bolivianas, em sociedades de capital misto (VILARINO, 2006, p. 68).

Com a assinatura desses acordos, a exploração do petróleo boliviano em áreas antes concedidas ao Brasil foi dividida em duas, uma com 60% do terreno, para exploração da YPFB, empresa estatal boliviana, e a outra, com 40%, para as empresas brasileiras. Esta divisão gerou acentuado debate no Brasil, onde toda a polêmica estava em torno de ter sido a Petrobrás impedida de participar dos trabalhos de exploração na Bolívia.

Ademais as polêmicas internas brasileiras que eram acompanhadas de perto pelos bolivianos, pode-se destacar os méritos dos Acordos de Roboré, que permitiram ao Governo brasileiro considerar pela primeira vez a possibilidade de abastecimento energético intrarregional, por via mediterrânea (FRANÇA, 2015, 55)

Neste momento, estreitava-se a relação energética entre os dois países, que passou a ser ainda mais presente ainda no Governo brasileiro de Jânio Quadros quando em 1960 no Brasil, o Ministério do Planejamento e o Conselho de Segurança Nacional tendo à frente o então ministro Celso Monteiro Furtado se considerava a possibilidade de construção do gasoduto com a Bolívia (FRANÇA, 2015, 55).

De grande impacto nas relações entre os vizinhos, foram as discussões que passaram a existir em torno da construção do GASBOL, gasoduto que levaria gás natural da Bolívia ao Brasil. De acordo com Holanda (2001, 58), a partir de 1980, cogitou-se no Brasil a possibilidade de transportar gás argentino ou peruano. Mas esta ideia não foi levada a frente pois, segundo uma avaliação da Petrobras, “o gás boliviano, mais do que o argentino ou o peruano, num primeiro momento, era o que melhor atendia à demanda brasileira” (HOLANDA, 2001, 58).

A negociação em torno do gás natural entre os dois países, se estendeu por um longo período e chegou a ser um plano fadado ao fracasso, como afirma Fuser (2011, 90), pois esperava-se que o gasoduto entre Brasil e Bolívia, fosse uma eterna sinfonia inacabada devido ao longo período de negociação. Entre 1960 e 1990 vários acordos e debates foram vistos, no entanto, conforme França (2015) as negociações bilaterais só começaram a se tornar mais recorrentes em 1992 durante o governo de Collor de Melo, quando se estabeleceu um cronograma para a conclusão do acordo de compra e venda do gás natural boliviano.

A consolidação de uma relação energética traria benefícios para ambos os países que viam na relação à solução para problemas internos. O abastecimento energético para o Brasil e a superação de problemas econômicos para a Bolívia eram os benefícios primários trazidos pela troca energética, outros ainda estavam por vir. As vantagens para os países são apresentadas por Fuser (2011, 103):

O lado brasileiro encarava o gás boliviano como a única fonte de suprimento capaz de abastecer as usinas térmicas com as quais os governantes esperavam atrair capitais externos enfrentando assim o déficit de energia interno. Todas as alternativas imagináveis – carvão vegetal, energia nuclear, derivados da cana-de-açúcar – se mostravam inadequadas, por diferentes motivos. Já o lado boliviano precisava, desesperadamente, de um comprador para o seu gás natural diante do declínio e iminente encerramento das exportações para a Argentina, que perdeu o interesse pelas remessas bolivianas a partir da descoberta e exploração de reservas gasíferas próprias, na década de 1980 (FUSER, 2011, 103).

Todavia, as negociações acabaram sendo paralisadas por conta da crise institucional do governo Collor, encerrada com seu *impeachment*, mas ficaram

paralisadas durante um curto período. Logo foram retomadas pelo presidente Itamar Franco (BARUFI; SANTOS. IDE, 2006, 190). Segundo Fuser (2011, 90), só se chegou à decisão definitiva no dia 17 de fevereiro de 1993, pelos presidentes Itamar Franco e Victor Paz Zamora, quando se alcançou uma solução para os três desafios simultâneos com que o projeto se deparava. Sendo estes três desafios os seguintes:

Comprovação de que a Bolívia possuía reservas suficientes para atingir níveis de produção compatíveis com a escala gigantesca de empreitada; mudança da matriz energética no lado brasileiro a fim de incorporar os suprimentos crescentes de gás importados do país vizinho; e um acordo para a construção de um gasoduto ligando as reservas no leste boliviano aos consumidores finais no sudeste brasileiro (VIOTTI, 2000 *apud* Fuser, 2011, 90-91).

Assim, aos poucos, a decisão de construir o gasoduto tornou-se irreversível. O gasoduto Bolívia – Brasil (GASBOL), de 3150 quilômetros e com capacidade de transporte de até 30 milhões m³/dia (BARUFI; SANTOS; IDE, 2006, 190). O gás natural boliviano entrou definitivamente na agenda da política energética brasileira em 1992, quando Collor assinou os primeiros contratos com o governo boliviano. (BARUFI; SANTOS. IDE, 2006, 190).

De acordo com Meira (2009, 19), as obras foram iniciadas em 1996, com a primeira fase concluída no final de 1998. A inauguração oficial deu-se em fevereiro de 1999, e sua entrada em funcionamento se mostrava, portanto, como um evento promissor.

No entanto, existiam outras discussões no setor energético além das discussões sobre a construção de um gasoduto para fornecimento de gás natural ao Brasil. A necessidade dos países em gerar energia de maneira mais limpa e mais barata levou os vizinhos a ampliarem o debate cooperação energética além do gás natural como matriz energética.

Neste sentido, a construção de hidroelétricas em Cachuela Esperanza³¹ e no Rio Beni que iriam compor o complexo hidroelétrico do Rio Madeira também começaram a fazer parte da agenda dos países vizinhos.

³¹ La década de los años 80 la Empresa Nacional de Electricidad de Bolivia (ENDE), realizo sus primeros estudios sobre la posibilidad de construir una represa en Cachuela Esperanza. A partir de esta fecha, el proyecto de construir la hidroeléctrica de Cachuela Esperanza resurgió como una prioridad en los diferentes gobiernos de Bolivia y a partir del año 2000 el proyecto comenzó a formar parte de la Iniciativa para la Integración de la Infraestructura Regional en América del Sur (IIRSA) y también del Complejo Madeira en conjunto con las represas de Santo Antônio y Jirau (MORAES, 2011 *apud* COSTA, 2014, 28). En el 2008, el presidente de Bolivia, Evo Morales, contrató una empresa canadiense TECSULT-AECOM para realizar estudios y finalmente concluir el proyecto de la hidroeléctrica (ARISMENDI, 2010 *apud* COSTA, 2014, 28). Los estudios fueron completados en noviembre del 2009 y la TECSULT -AECOM anunció que el proyecto Cachuela Esperanza era económicamente viable, desde que parte de la energía fuera exportada para Brasil. La hidroeléctrica tendría la capacidad para generar 990 MW con una superficie

Na área hidroelétrica, os entendimentos entre Brasil e Bolívia foram caracterizados por padrão errático e ritmo inconstante (FRANÇA, 2015, 83). Conforme França (2015, 84), entre 1960 e 1970, por iniciativa brasileira, questões ligadas à integração hidroviária foram objeto de negociações com a Bolívia, por via diplomática e de maneira intermitente, no entanto, divergências impediram consenso entre as partes. O lado brasileiro tentava restringir os estudos aos trechos contíguos, ou seja, àqueles em que o Madeira, Mamoré e Guaporé formam a fronteira comum entre os dois países; o lado boliviano aspirava que os estudos incluíssem o trecho do Madeira e território brasileiro (até a confluência com o Amazonas), de modo a garantir condições homogêneas de navegabilidade em todo o curso do rio (FRANÇA, 2015, 85).

Estas divergências apareceram nos interesses dos países, onde o Brasil buscava um parceiro energético e a Bolívia além de parceria energética buscava uma navegabilidade para o seu país; nos estudos que deveriam ser feitos e cada país gostaria de dar recorte diferente. Mas estas divergências se destacaram principalmente na falta de um consenso entre os países quanto aos impactos ambientais que a construção da hidroelétrica causaria à Bolívia e às consequências para a população que habitava no local que seria alagado. Neste sentido, Costa (2014) aponta:

La construcción de Cachuela Esperanza, traerá serios problemas a Bolivia que no afectarán a Brasil como la necesidad de reubicación de la población local, siendo que parte de esta población está constituida por indios y pérdida de biodiversidad. Además de eso, Bolivia deberá vender a bajo costo la energía generada para poder exportar los excedentes (COSTA, 2014,34).

Os danos ambientais que também seriam acarretados com a consolidação do complexo de Cachuela Esperanza sempre formaram um ponto chave na discussão, tanto que a Bolívia chegou a pedir instalação de uma comissão binacional encarregada de analisar o tema ambiental e os impactos para o seu território.

Porém, esta comissão nunca foi levada à frente pelo Brasil. Para Sant'Anna (2012, 2) o uso compartilhado destes recursos hídricos exigiria um esforço de cooperação por parte dos países pois a forma como os utilizam poderia causar danos ao país fronteiriço e, portanto, conflitos. Talvez essa seja uma das principais razões para que as discussões entre Brasil e Bolívia nesse setor não tomasse amplitude.

alargada de 690 Km. Las obras de construcción durarían de 7 a años y requerirían de una inversión de dos millones de dólares. (COSTA, 2014, 28)

Figura 9. Complexo Hidroelétrico de Cachuela Esperanza



Fonte: COSTA, 2014.

Entretanto, para além das discussões energéticas na área hidroelétrica, se faz importante ressaltar que Bolívia e Brasil apresentaram desde os Acordos de Roboré relações bilaterais cooperativas principalmente no setor do gás natural. Negociações entre os países fomentaram acordos que serão analisados no decorrer da pesquisa.

Acordos, Memorandos de Entendimento e Declarações Conjuntas estiveram como constante nas negociações, no entanto, tais acordos que sempre estiveram para ser implementados, a realidade interna de cada país não permitia que fossem concretizados. A realidade de cada país sempre foi repleta de conflitos políticos e problemas econômicos, como veremos a seguir.

A relação entre os países passou por diversos momentos e ajustes, cada presidente brasileiro e boliviano tentou barganhar nas negociações os interesses nacionais. Partindo desta afirmação, a partir de agora, o trabalho dedica-se a explorar os acordos energéticos consolidados em cada governo, partindo de Fernando Collor e Jaime Paz Zamora na década de 1990 e até chegar aos Governos de Morales e Lula. Fazendo para isso neste capítulo, a construção de antecedente histórico com os Governos de Collor e Itamar em conjunto com os presidentes bolivianos Jaime Zamora, Sanchez de Lozada, Hugo Banzer e Jorge Quiroga até chegar a análise dos Governos de Fernando Henrique e Sanchez de Lozada.

3.1 Acordos energéticos nos Governos de Fernando Collor e Jaime Paz Zamora

Diante da redemocratização do Brasil e da Bolívia na década de 80 e especificamente durante o governo de Collor (1990 – 1992) e Jaime Paz Zamora (1989 – 1993), as relações energéticas entre os países voltam a se estreitar. No começo dos anos 1990, firmou-se um novo acordo entre Brasil e Bolívia a fim de estabelecer a compra e venda de gás natural para o Brasil (TASCA, 2017, 15).

Datado de 15 de agosto de 1990, em Brasília, por troca de Notas Reversais, foi concluído o Acordo sobre Integração Energética. O Acordo de 1990 tratava da integração energética entre os países, especialmente no que diz respeito à compra e aos mecanismos de garantia para o pagamento de energia elétrica a ser produzida na Central Termo Elétrica de Puerto Suárez.

Tal acordo foi celebrado pelos então Ministro das Relações Exteriores Francisco Rezek (brasileiro) e Carlos Iturralt Ballivián (boliviano). Durante as discussões também se fizeram presentes representantes da chancelaria, autoridades do setor energético e dos Bancos Centrais da Bolívia e do Brasil. Os participantes das reuniões deixaram claro a necessidade da criação de mecanismos contratuais que garantissem o pagamento das faturas mensais equivalentes à venda de energia elétrica pela ENDE (Empresa Nacional de Eletricidade Bolívia) à ELETROSUL (Eletrosul Centrais Elétricas S.A.).

Os resultados foram: 1) mecanismo que disponibiliza a moeda brasileira para serem utilizados de forma automática para pagamento das faturas mensais entre a ENDE e ELETROSUL 2) ajuste técnico interbancário (ATI) acordado entre os Bancos Centrais do Brasil e da Bolívia 3) 25% das faturas mensais seriam custeados e mantidos através do CCR/ALADI³².

No mesmo encontro, os Presidentes Collor de Melo e Jaime Paz Zaora divulgaram Declaração Conjunta, a fim de fortalecer os laços de amizade e cooperação entre os países, deixando transparecer confiança mútua e fraterna solidariedade. Em tal declaração, os presidentes deixaram clara a perspectiva de obter resultados práticos,

³² O Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos – CCR foi firmado em 25 de agosto de 1982, no âmbito da Associação Latino-Americana de Integração – Aladi. São signatários do Convênio os bancos centrais dos países membros da Aladi - Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela (exceto Cuba) - e da República Dominicana, no total de doze participantes. O CCR foi concebido, originalmente, com o propósito de facilitar o intercâmbio comercial da região, ao reduzir as transferências internacionais num cenário de escassez de divisas que marcou a década de 80. O mecanismo do CCR se constituiu, na prática, de um *Sistema de Compensação de Pagamentos* operacionalizado pelos bancos centrais participantes, por meio de compensações quadrimestrais, que considera os períodos janeiro/abril, maio/agosto e setembro/dezembro. (Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/Rex/CCR/resumo_ccr.asp> acesso em 05 de julho de 2018).

intensificar a relação, aprofundar seus mecanismos de cooperação e o processo de integração, dando prioridade em tudo isso a conservação do meio ambiente principalmente nas regiões fronteiriças.

Dar prioridade à conservação ao meio ambiente foi citada pelos Presidentes pois, sempre foi questão de debate para a concretização entre os mesmos no setor elétrico. Ambos discordavam sobre os impactos que a construção do Complexo Hidroelétrico de Cachuela Esperanza traria para a população do local e para o meio ambiente. Referindo-se a primeira preocupação pois, a construção da hidroelétrica traria a necessidade de locomoção das pessoas devido á necessidade de utilização de uma grande área para a construção de um lago artificial³³.

E quanto aos impactos ao meio ambiente, a Bolívia era pressionada internamente por ONG's e grupos de ambientalistas que tinham como preocupação que a construção acarretasse a separação de espécies, prejudicasse a reprodução de peixes e aumentasse expressivamente os índices de extinção de animais. Enquanto no Brasil, o Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim esclarecia as autoridades bolivianas que o licenciamento ambiental se dava em estrito respeito à legislação ambiental brasileira (FRANÇA, 2015, 235).

Mesmo com esse empasse levantado no setor elétrico, na Declaração Conjunta de 1990 ficou acertado entre os países: 1) a prioridade na integração energética tendo com prioridade a construção do Gasoduto que ligaria Rio Grande – Puerto Suárez (GASBOL) e da Central Termoelétrica de Puerto Suárez; 2) a formação de grupos de estudos para iniciar e viabilizar a comercialização de gás natural boliviano para o Brasil a serem realizados pela Subcomissão de Energia e Hidrocarbonetos e empresas setoriais dos dois países; 3) estudos para integração energética e estudos sobre a construção de hidroelétricas em Cachuela Esperanza, deixando acordada continuação das negociações entre a ENDE e a ELETROSUL para compra e venda de energia elétrica.

Além de temas energéticos, na declaração de 1990 os presidentes expressaram preocupação para o que estava acontecendo no cenário regional, deixando claro a preocupação de ambos os países com a construção de uma boa relação entre os países da América, destacando que deveriam ser montados esforços para o combate a drogas ilícitas

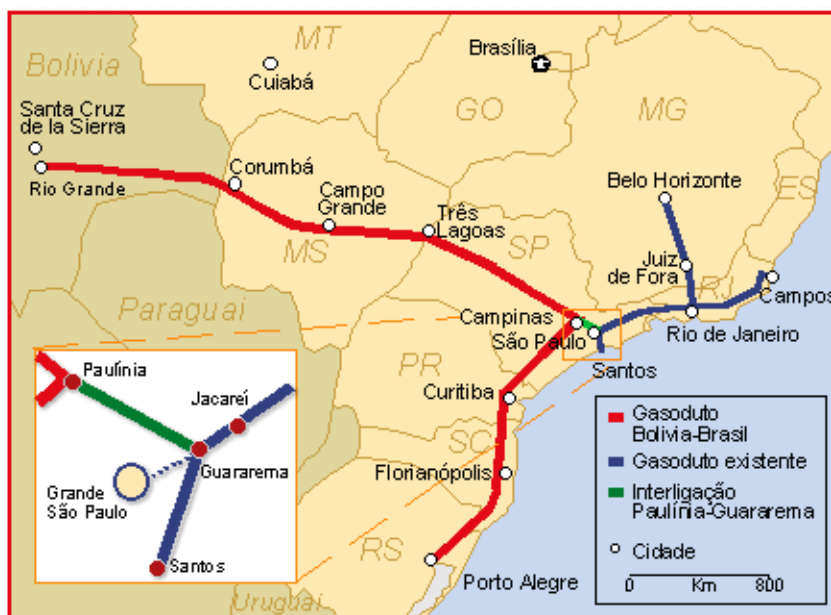
³³ Anexo a lo anterior hay otros problemas que se refieren a la necesidad de locomoción de las personas, es necesario que una gran área sea utilizada para la construcción del embalse (lago artificial) (COSTA, 2014, 25).

e a necessidade de uma concertação política, social e econômica para a integração no Cone Sul.

Novo encontro para tratar de assuntos energético entre Brasil e Bolívia ocorreu em 17 de agosto de 1992, desta vez em visita presidencial de Collor a Bolívia onde se encontrou com o presidente boliviano Paz Zamora. Neste encontro, ambos divulgaram a Declaração Conjunta reafirmando o compromisso de continuar fortalecendo e ampliando as relações entre os países, convencidos de criar benefícios para o desenvolvimento dos dois. Neste momento, fizeram uma breve avaliação do que estava ocorrendo desde o último encontro em 1990 e ressaltaram ter havido significativo avanço na área energética.

Nesse mesmo dia foram divulgadas Notas Reversais celebradas pelos Ministros das Relações Exteriores Celso Lafer (brasileiro) e Ronald Maclean (boliviano) que foi resultado da conversa dos presidentes. Nas notas, foi firmada a compra e venda de gás natural da Bolívia ao Brasil, o fornecimento teria volume inicial de 8 milhões de metro cúbicos por dia, com previsão de alcançar até 16 milhões de metros cúbicos por dia, tal como foi acordado entre as empresas PETROBRAS e YPFB. A rota do gasoduto ligaria Porto Suárez na Bolívia a Corumbá no Brasil (GASBOL).

Figura 10. Rota do GASBOL



Fonte: PASSOS, 1998.

Na Nota, os governos deixaram claro a necessidade da PETROBRAS E YPFB de estabelecer acordo preliminar com condições e termos preliminares, esclarecendo as atividades de exploração, produção, comercialização e distribuição do gás natural. Na

data, os dois governos concordaram com a formalização dos seguintes instrumentos: 1) Acordo de Alcance Parcial sobre a promoção de comércio (fornecimento do gás natural); 2) o contrato preliminar de compra e venda de gás natural entre a PETROBRAS e a YPFB.

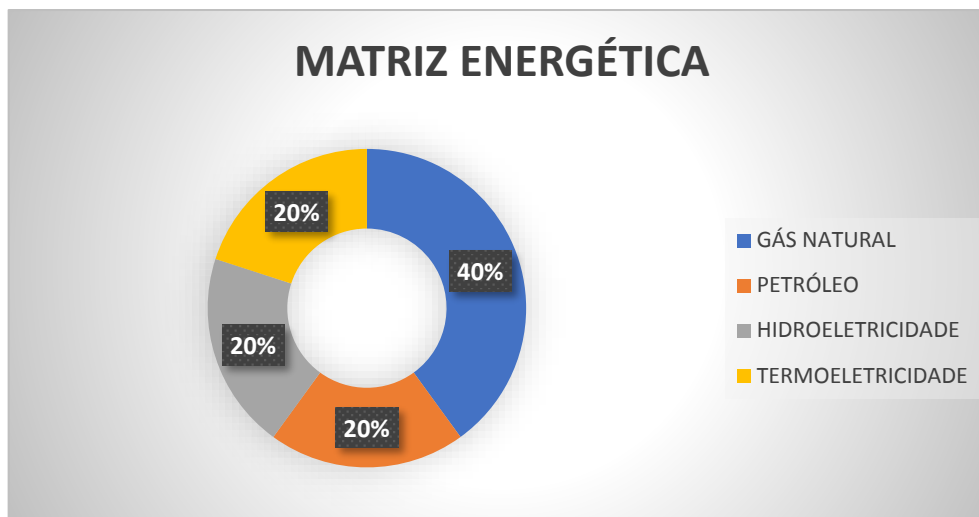
O significativo avanço dito pelos Presidentes tinha direta relação com a intensa negociação entre os dois países em torno da consolidação do GASBOL. Além de benefícios para ambos os países,

As negociações foram facilitadas por coincidência de interesses, como a decisão de planejamento energético para aumentar a participação do gás entre as fontes primárias, a conveniência de setores da indústria em dispor daquele combustível para suas atividades e a disposição da PETROBRAS em fazer avançar o projeto bilateral por razões de ordem econômica (FRANÇA, 2015, 66).

Nesse sentido, a consolidação do GASBOL também foi vista como uma questão estratégica regional, segundo a qual, conforme Holanda (2001), o mercado brasileiro poderia funcionar como âncora para a atração de investimentos produtivos para o setor energético da região. Deste modo, além de beneficiar os países envolvidos, o gasoduto atrairia investimento estrangeiro para o setor energético sul americano.

Entretanto, com a crise política no Brasil, envolvendo escândalos de corrupção remetidos ao então presidente brasileiro que culminaram em um processo de impeachment, paralisaram as negociações. Mas, de maneira geral, pode-se afirmar que as negociações energéticas do governo Collor se concentraram no gás natural como matriz, pois, nas vezes que outras matrizes foram citadas, não vinham acompanhadas de projetos mais concretos como o GASBOL.

Figura 11. Matriz Energética nas Negociações entre Brasil e Bolívia (1990 a 1992)



Fonte: Disponível em: < <https://concordia.itamaraty.gov.br> > Acesso em: 15 set. 2017.
Elaboração própria

Apesar da diversidade de discussões sobre variadas matrizes energéticas, todas com potencial para ir em frente e promover a cooperação entre o Brasil e a Bolívia, o gás natural sempre tomou lugar de destaque e foi discutido pelos governos sucessores de Collor.

Em 29 de dezembro de 1992 Collor renunciou ao governo antes da aprovação do seu impeachment e chegou ao fim o governo de um presidente que demonstrou elevado interesse em fortalecer as relações do Brasil com a Bolívia e, principalmente, interesse em consolidar a construção do gasoduto entre os países. Essa afirmação é feita com base nas análises dos acordos e na narração de outros autores, que deixam em evidência o esforço do Governo Collor para a cooperação entre os países.

3.2 Acordos Energéticos nos Governos de Itamar Franco e Gonzalo Sanchez de Lozada

Com a renúncia de Fernando Collor, Itamar Franco, então vice-presidente, assumiu o governo do Brasil. Deu continuidade as positivas relações do Brasil com a Bolívia e, em 17 de fevereiro de 1993 a convite do presidente boliviano Jaime Paz Zamora foi a Cochabamba, na Bolívia.

Neste encontro, foram divulgadas uma Declaração Conjunta e Notas Reversais. A Declaração Conjunta foi elaborada em clima de cordialidade, analisando com boa perspectiva as relações bilaterais. Na mesma, afirmaram não medir esforços para

estabelecer uma relação de cooperação na área energética dada a complementaridade natural existente entre ambos os países.

Ressaltaram naquele momento os laços de amizade e cooperação a fim de consolidar o processo de integração entre o Brasil e a Bolívia, buscando prioritariamente o crescimento econômico de ambos os países e o bem-estar de todos. Assinaram então, o contrato de compra e venda de gás natural.

Os dois presidentes manifestaram a determinação de adotar as medidas necessárias à rápida implementação do contrato de fornecimento de gás natural boliviano ao Brasil. De modo especial, acordaram quanto à necessidade de intensificar os entendimentos já definidos no contrato, com vistas à superação dos obstáculos fiscais, os quais possibilitariam a viabilidade econômica do projeto (Disponível em <<https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento/11757>>).

Com alguns problemas superados, o gás natural boliviano entrou definitivamente na política energética brasileira, com a assinatura do Acordo de Venda de gás natural ao Brasil (GSA)³⁴. Uma das cláusulas do acordo remetia à suspensão do mesmo se o projeto não se torna-se rentável, e essa cláusula foi relevante devido ao contexto econômico dos países, que estavam imersos na crise que se abateu sobre os países latino americanos a partir da década de 80 e ainda deixava marcas no período de negociação do GASBOL.

Mas, aos poucos, a decisão de construir o gasoduto tornou-se irreversível, e foi consolidado o gasoduto Bolívia – Brasil (GASBOL), de 3150 quilômetros e com capacidade de transporte de até 30 milhões m³/dia (BARUFI; SANTOS; IDE, 2006, p. 190).

Na Bolívia, a construção dos dutos no país foi favorecida pela assinatura de dois instrumentos bilaterais. O primeiro foi o Contrato de Pagamento Antecipado³⁵ e o segundo foi o Acordo para Isenção de Impostos Relativos a Implementação do Projeto do Gasoduto (este acordo foi assinado no Governo de Fernando Henrique Cardoso)³⁶(HOLANDA, 2001, 66). Já no Brasil, segundo Almeida (2010, 87), o interesse pelo gás

³⁴ O primeiro contrato de compra e venda de gás natural, o Gas Supply Agreement (GSA), estabeleceu uma cláusula suspensiva, segundo a qual o acordo só iria adiante se o projeto se mostrasse financeira e economicamente viável (NOGUEIRA, 2007, 155)

³⁵ Acordo firmado entre a Petrobras e a YPFB. Nos termos do referido contrato, a Petrobras concedeu financiamento em condições compatíveis àquelas praticadas pelas instituições multilaterais de crédito à construção do duto do lado boliviano, em contrapartida a futuros pagamentos da tarifa de transporte do gás no trecho boliviano (HOLANDA, 2001, 66).

³⁶ O Acordo para Isenção de Impostos Relativos à Implementação do Projeto do Gasoduto Brasil Bolívia, foi celebrado em 05 de agosto de 1996, e teve maior efeito sobre o lado brasileiro do gasoduto, devido ao montante maior de recursos envolvidos na sua execução, pois isentavam de impostos todos os bens e serviços utilizados na construção do gasoduto (HOLANDA, 2001, 66).

boliviano sempre existiu e refletia uma das características mais marcantes de sua matriz energética, que é a diversificação de suas fontes.

Além de tratar sobre o gás natural, os presidentes também destacaram a “Iniciativa Amazônica”³⁷ que deveria ser mais um instrumento no processo de integração entre os dois países. Jaime Paz Zamora manifestou-se receptivo à ideia e considerou um passo importante no revigoramento dos esquemas de integração na América do Sul (FRANÇA, 2015).

Durante a visita do presidente brasileiro a Bolívia, os Ministros de Relações Exteriores celebraram Acordo por Troca de Notas Reversais, dessa vez entraram em cena os ministros Fernando Henrique Cardoso (brasileiro) e Donaldo Maclean (boliviano). Nas quais reafirmaram a confiança entre as nações e a esperança na integração sul americana, pois trataram exclusivamente sobre o contrato elaborado entre a PETROBRAS e a YPF.

Nas notas foram acordados os seguintes pontos: 1) compra de gás boliviano pelo Brasil no período de 20 anos com fornecimento diários que iriam de 8 milhões m³ a 16 milhões m³; 2) a necessidade de serem firmados acordos específicos para a participação da PETROBRAS por seu intermédio ou de suas subsidiárias, nas atividades de exploração, produção, comercialização e transporte do gás natural; 3) que sejam gerados benefícios equitativos para ambas as partes; 4) comprometimento dos governos a fim de viabilizar o projeto sempre com o esforço necessário em diversas áreas como constituição, financiamento, segurança, construção e operação.

Não obstante, tais acordos deram largos passos para a consolidação do GASBOL. Em diferentes datas de 1994 os Ministros das Relações Exteriores dos países se encontraram para discutir além da matriz energética do gás natural.

Em 27 de janeiro de 1994 o Ministro das Relações Exteriores do Brasil Celso Luiz Nunes Amorim e Antônio Araniban Quiroga Ministro das Relações Exteriores boliviano encontraram-se na Bolívia após o ministro brasileiro ser convidado e recebido em audiência especial pelo Presidente boliviano Gonzalo Sanchez de Lozada, onde afirmaram que continuariam trabalhando com vistas a fortalecer e ampliar os laços de amizade e cooperação entre os países.

³⁷ Tem como objetivo promover o desenvolvimento integral da região e o bem-estar de suas populações, além de reforçar a soberania dos países sobre seus territórios amazônicos (ITAMARATY, disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/integracao-regional/691-organizacao-do-tratado-de-cooperacao-amazonica-otca> acesso em 05 de maio de 2018).

Neste momento, os representantes ressaltaram novas áreas de cooperação a serem exploradas como: meio ambiente, educação e saúde. Desta forma firmaram compromisso sobre: 1) Acordo de Complementação Econômica para o aprimoramento das relações econômico-comerciais bilaterais, tendo em vista o marco regulatório que regula matérias associadas ao comércio e integração econômica;; 2) encontrar mecanismos que viabilizem a entrada da Bolívia no MERCOSUL, perante entendimentos já registrados diante dos esforços do presidente boliviano; 3) apoio a criação da ALCSA (Área de Livre Comércio Sul Americana)³⁸; 4) ressaltaram a importância da Hidrovia Paraguai-Paraná³⁹ como iniciativa fundamental para a promoção da integração física e econômica dos países da Bacia do Prata; 5) da reforço para a institucionalização dos mecanismos do Tratado de Cooperação Amazônica, pois seriam Brasil e Bolívia os únicos países pertencentes a Bacia do Prata e a Amazônia.

Além de tudo já citado, os representantes ainda assinalaram sobre a compra e venda do gás natural, ratificando a importância e prioridade do projeto, comprometendo-se a zelar pelo cumprimento dos Acordos já estabelecidos e celebrados entre a PETROBRAS e a YPFB.

O último encontro entre Brasil e Bolívia no governo Itamar Franco ocorreu em 13 de setembro de 1994, dessa vez em Brasília entre os Ministros Celso Luiz Nunes Amorim (brasileiro) e Antônio Aranibar Quiroga (boliviano), quando os mesmos através de Declaração Conjunta registraram o progresso alcançado nas relações bilaterais e reafirmaram a vontade política de seus respectivos governos em aprofundar ainda mais os estreitos laços de amizade e cooperação existente entre os dois países⁴⁰.

Neste encontro, os ministros assinaram Acordos para o estabelecimento de um Mecanismo de Consultas Políticas bilaterais e para a Reformulação da Comissão Mista

³⁸ ALCSA - Área de Livre Comércio Sul Americana, ideia lançada pelo Presidente brasileiro Itamar Franco como contraponto sul-americano ao surgimento do NAFTA.

³⁹ O PROGRAMA DA HIDROVIA PARAGUAI-PARANÁ (PHPP), no contexto do Tratado da Bacia do Prata, surgiu da necessidade de melhorar o sistema de transporte na região devido ao incremento do comércio nela, ainda acrescentado pela criação do MERCOSUL, considerando a grande potencialidade dos rios Paraná e Paraguai como vias fluviais de usos múltiplos. Esse projeto foi proposto para facilitar a navegação e o transporte fluvial através do estabelecimento de um marco normativo que favoreça o desenvolvimento, a modernização e a eficiência das operações, simplificando e permitindo acesso aos mercados de ultramar em condições competitivas. O corredor da HPP outorga acesso a amplas áreas produtivas e agrícolas no interior do Brasil, Bolívia, o Paraguai e a Argentina, assim como aos portos do Rio da Prata, a fim de canalizar o carregamento desde ali até os mercados de exportação (Disponível em: <<http://www.hidrovia.org/pt-br/hidrovia-paraguai-paran%C3%A1>> Acesso em 05 de julho de 2018).

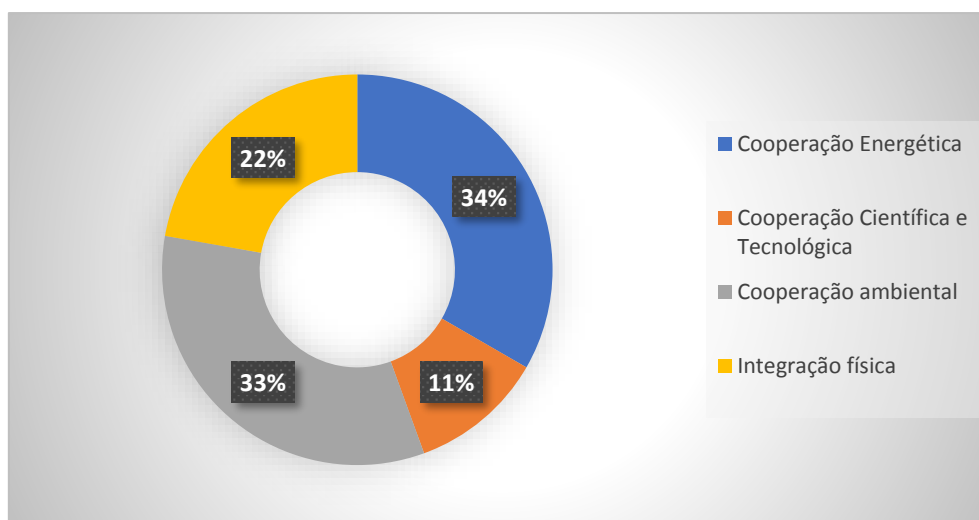
⁴⁰ (Disponível em <https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento/4060>).

Permanente de Coordenação Brasil- Bolívia. E como resultado, os Ministros chegaram as seguintes conclusões:

1) Reconheceram progresso na associação da Bolívia ao Mercosul; 2) acordo para supressão de vistos de turistas, a ser assinado entre s dois países; 3) importância do estabelecimento da cooperação na Bacia do Prata, pelo volume de sua produção agrícola, industrial, mineral, energética e por sua população e por seu grau de urbanização; 4) ressaltaram a importância da Hidrovia Paraguai-Paraná para o desenvolvimento da região do Prata e ampliação do comércio bilateral, sendo também prioridade a hidrovia para a promoção da integração física e econômica dos países da América do Sul; 5) ratificaram a adesão aos objetivos e propósitos do Tratado de Cooperação Amazônica com vistas ao desenvolvimento sustentável da região; 6) por fim, deram importância em dar seguimento a cooperação na área tecnológica e científica, registrando bom entendimento entre a EMBRATEL e ENTEL.

Diante dos encontros e acordos firmados entre Brasil e Bolívia, observa-se significativa diversificação dos temas tratados pelos representantes. Como está distribuído no gráfico abaixo:

Figura 12. Assuntos dos acordos entre Brasil e Bolívia (1992 a 1995)



Fonte: Disponível em: < <https://concordia.itamaraty.gov.br> > Acesso em: 15 set. 2017.

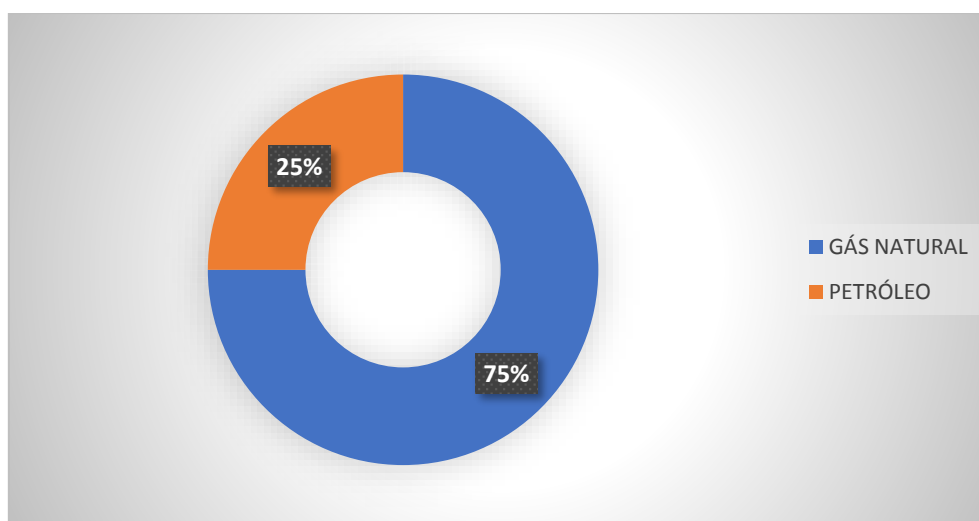
Elaboração própria

Os temas das discussões foram além da temática energética, dando espaço para a cooperação em outras áreas como a tecnológica e científica, e principalmente dando espaço também para questões ambientais com a preocupação dos países com a região fronteira na Amazônia. Além disso, a aproximação da Bolívia com outros países sul-

americanos tomou espaço nos encontros. Para tal aproximação, Brasil e Bolívia estavam atuando conjuntamente a fim de dar destaque a Bolívia na região.

No entanto, mesmo com esta variação de temas, a cooperação na área energética não foi deixada de lado, e mais uma vez a relação bilateral consolidada com gás natural como principal ligação entre eles foi comentada e reiterada. Desta forma, mesmo que o petróleo tenha sido comentado em algum momento nesses encontros, o gás natural foi o protagonista.

Figura 13. Matriz Energética nas Negociações entre Brasil e Bolívia (1992 a1995)



Fonte: Disponível em: < <https://concordia.itamaraty.gov.br> > Acesso em: 15 set. 2017.
Elaboração própria

Como se pode observar, apesar do governo Itamar ganhar uma variedade de temas, o gás natural como principal matriz energética não cedeu espaço a nenhuma outra negociação. Esta realidade será modificada no governo de Fernando Henrique, no entanto, tem como maior motivação a concretização do GASBOL no próximo governo a ser analisado.

3.3 Acordos Energéticos nos governos de Fernando Henrique e Sanchez de Lozada

Momento de concretização de toda a negociação que foi desenvolvida pelos seus antecessores, nos governos de Fernando Henrique Cardoso e Sanchez Lozada foi inaugurado o GASBOL, dando vida ao projeto de muitos e afirmando a cooperação energética entre os países.

Entretanto, mesmo com a consolidação do GASBOL, Brasil e Bolívia enfrentavam uma realidade de crise econômica e política que poderia ter colocado em risco o projeto. Prova desta crise econômica foi que o primeiro contrato de compra e venda tinha como cláusula a revogação do mesmo se o projeto não fosse vantajoso para os vizinhos.

Para superar a crise econômica Fernando Henrique lançou o Plano Real⁴¹, a fim de estabilizar e desenvolver a economia brasileira, já Sanchez de Lozada continuava apostando nas diretrizes da NPE – Novo Plano Econômico⁴². E nesse ritmo, os representantes dos países continuaram as negociações em torno da sua relação de cooperação.

Em 1996, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, a Petrobras e a YPFB definem os termos finais⁴³ do contrato que previa o fornecimento de gás natural boliviano por vinte anos e em um volume máximo de trinta milhões de metros cúbicos por dia (TASCA, 2017, 16).

Neste mesmo ano aconteceram dois encontros entre os representantes brasileiros e bolivianos. No dia 23 de fevereiro de 1996, foi o primeiro encontro oficial do Governo de Fernando Henrique, encontraram-se em La Paz, na Bolívia, os Ministros das Relações Exteriores Luiz Felipe Lampreia (brasileiro) e Antônio Aramíbar Quiroga (boliviano).

Neste encontro, o ministro brasileiro já convidou o representante boliviano para visitar o Brasil a fim de aprofundar o processo de vinculação entre ambos os países. Naquele momento, a construção do gasoduto já era uma realidade irreversível e concordaram medidas de implementação para viabilizar a entrega do gás a partir de 1998.

⁴¹ O Plano Real é um plano brasileiro criado pelo ex-ministro da fazenda Fernando Henrique Cardoso no governo de Itamar Franco – 1994 e colocado em prática no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso em 1995, que teve como medida principal a troca da moeda, transformando a URV (Unidade Real de Valor) em Real como reserva de valor. O objetivo do Plano Real foi de controlar a inflação, reduzir as taxas de juros para crescer economicamente, investindo em bases estáveis que provocasse a demanda na produção, a queda na inflação e elevando o crescimento dos investimentos estrangeiros diretos (FILGUEIRAS, 200)

⁴² Solução para superar a dificuldade econômica enfrentada pelo país veio em 1955 quando o então presidente Gonzalo Sánchez anunciou a adoção de políticas neoliberais. As políticas neoliberais transformaram radicalmente a economia dos hidrocarbonetos na Bolívia. No período que se estende da declaração do Novo Plano Econômico (NPE) em 1985 até 1997, o ano de início de construção do Gasbol, o setor de gás natural e petróleo se liberalizou em escala crescente, com o aumento dos incentivos à entrada das empresas estrangeiras e a gradual redução da presença do Estado nas atividades produtivas, até quase completa substituição da empresa YPFB por empresas privadas, todas elas estrangeiras (FUSER, 2011, 118).

⁴³ No contrato anterior o Brasil se comprometia a comprar 8 milhões de metros cúbicos de gás diários por oito anos, com previsão de dobrar este volume pelos 12 anos seguintes (NOGUEIRA, 2007, 155).

De acordo com Meira (2009, 19), as obras foram iniciadas em 1996, com a primeira fase concluída no final de 1998. A inauguração oficial deu-se em fevereiro de 1999. Conforme Fuser (2011, 127), a inauguração do GASBOL, em julho de 1999 e sua entrada em funcionamento se mostrava, portanto, como um evento promissor, ao proporcionar um aumento colossal na oferta de gás natural no Brasil.

No entanto, a concretização do GASBOL não foi o único tema debatido no encontro de 1996. Os representantes também discutiram no encontro: 1) a reforma no Conselho de Segurança da ONU que a partir daquele momento tomou espaço nas discussões a fim de dar ao conselho mais representatividade, legitimidade e eficácia; 2) democratização do sistema dando a este momento significativa importância tanto a nível regional quanto mundial e analisando a democracia como um caminho para o desenvolvimento social e econômico dos países; 3) a integração física; 4) importância do Tratado de Cooperação Amazônica acordando criar um mecanismo de apoio financeiro para o tratado, além de proporcionar um sentido mais estratégico a suas atividades; e 5) discutiram um acordo de complementação econômica.

No primeiro encontro do governo de Cardoso, vários temas foram abordados, tirando o foco da cooperação energética sem com isso diminuir sua importância, mas também dando espaço a novos assuntos de cunho político a fim de aumentar a visibilidade da região.

O segundo encontro ainda aconteceu em 1996, mas dessa vez foi em Brasília no dia 5 de agosto. Nesta data, os Ministros Lampreia e Quiroga novamente se encontraram para voltar a falar do gasoduto. Nesta vez, firmaram um acordo para a isenção de impostos relativos à implementação do GASBOL, sem neste momento discutir outros temas como já havia sido feito.

Reconheceram o papel estratégico desempenhado pelo Projeto do Gasoduto para o abastecimento energético e para a criação de oportunidades de investimentos produtivos e geração de empregos mediante a utilização do insumo energético⁴⁴. E de modo geral, delimitaram as regras tarifárias⁴⁵ para o acordo.

⁴⁴ (Disponível em <https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento/4270>).

⁴⁵ Naquele momento, levando em conta que a isenção dos impostos incidentes sobre a implementação do Projeto do Gasoduto contribuiria para consolidar as condições de desenvolvimento da produção e comercialização do gás natural, os países acordaram que estariam isentos dos impostos naquele momento vigentes quem estivesse responsável por: importação de bens e serviços destinados ao uso direto ou à incorporação na construção do Gasoduto Brasil-Bolívia; compra, fornecimento e circulação local de bens e serviços destinados ao uso direto ou à incorporação na construção do Gasoduto Brasil-Bolívia; financiamento, crédito, câmbio de divisas, seguro e seus correspondentes pagamentos e remessas a terceiros (Disponível em <https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento/4270>).

Já em 30 de março de 1998 em uma visita do Ministro boliviano Javier Murilo De La Rocha a Brasília, o objetivo principal foi criar mecanismo para avançar no desenvolvimento dos intercâmbios bilaterais em matéria de energia elétrica entre ambos os mercados, visando a complementaridade dos recursos energéticos que permitissem otimizar a segurança energética dos países.

Neste momento pensavam na construção, operação e exploração de interconexões que ligassem os sistemas elétricos entre eles, além de discutirem sobre a adoção e ampliação de normas gerais que assegurassem o livre comércio de energia elétrica, pensando sempre na integração elétrica regional.

Como resultado assinaram um Memorando de Entendimento com os seguintes princípios: 1) condições competitivas ao mercado de geração de eletricidade, sem imposição de subsídios, gravames ou outras barreiras que possam alterar as condições normais de concorrência; 2) permissão a comerciantes, distribuidores e grandes demandantes de energia para contratar livremente suas formas de suprimentos; 3) permitir e respeitar a realização de contratos de compra e venda livremente compactuados entre vendedores e compradores.

Além dos pontos já citados, também acordaram em: 4) possibilitar dentro de cada país, que o abastecimento da demanda resulte no despacho econômico de cargas, incluindo ofertas de excedentes de energia nas interconexões internacionais.5) respeitar o espaço aberto à capacidade remanescente das instalações de transporte e distribuição; 6) respeitar os critérios gerais de segurança e qualidade do suprimento elétrico de cada país; 7) garantir o acesso aberto às informações dos sistemas elétricos e dos mercados e suas transações; 8) realizar estudos necessários para uma operação conjunta dos mercados dos dois países, assim como a identificação dos ajustes necessários.

Sendo necessário diante deste novo acordo ressaltar que foi a primeira vez que os países se encontraram e não discutiram abertamente sobre o gás natural. Desta vez, as atenções e discussões foram voltadas para o intercâmbio de energia elétrica entre os países. Assim como também ocorreu no mês seguinte, dessa vez em Santa Cruz de la Sierra praticamente um mês depois, no dia 14 de abril de 1998, quando os presidentes Fernando Henrique Cardoso e Hugo Banzer Suárez se encontraram.

No encontro presidencial, ambos salientaram a evolução recente das relações entre os países ressaltando o Memorando de Entendimento assinado entre Lampreia e Javier

Murilo. E para dar vigência prática a este instrumento convidaram o setor privado brasileiro e bolivianos a ampliar e desenvolver contatos entre si, o mais prontamente possível, para plena execução dos mecanismos de cooperação⁴⁶.

O próximo encontro entre os representantes aconteceu em 26 de julho de 1999 em La Paz na Bolívia, novamente entre os ministros Lampreia e Javier Murilo, quando emitiram uma declaração conjunta reafirmando o compromisso de trabalhar no sentido de efetivar a integração binacional, particularmente nos setores de energia e transporte.

No setor energético, o compromisso foi reafirmado com a entrega do Gasoduto entre os países. Ambos os ministros destacaram que a conclusão dos trabalhos, cujas negociações foram desenvolvidas desde os anos 70, teria um papel dinamizador a curto prazo, intensificando e diversificando as relações econômicas e comerciais entre os países⁴⁷.

No que tange à integração no setor de transportes, os objetivos eram: 1) que a Comissão Mista Permanente de Coordenação Brasileira – Boliviana estudasse os trechos rodoviários entre os dois países; 2) coordenar esforços para a conclusão da rodovia entre Santa Cruz de La Sierra – Porto Suárez – Corumbá; 3) adquirir importante avanços sobre a Hidrovia Paraguai – Paraná.

Vale ressaltar que o debate sobre a infraestrutura ganha mais destaque nas discussões entre os países a partir dos anos 2000, pois em agosto deste mesmo ano foi consolidada a IIRSA⁴⁸ (Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul Americana) a qual tinha como ideia coordenar o planejamento para a construção de infraestruturas nos países sul-americanos (Costa, 2014, 26).

Por fim, neste encontro também foi discutido a participação da Bolívia no MERCOSUL. Destacando neste momento a conveniência de propiciar maior vinculação da Bolívia com o bloco, inclusive para fins de relações e negociações com terceiros países ou grupos de países.

O último encontro entre representantes dos países parceiros durante o governo de Fernando Henrique ocorreu em 27 de junho de 2001, em La Paz, na Bolívia. No qual o

⁴⁶ (Disponível em <https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento/4459>).

⁴⁷ (Disponível em <https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento/4543>).

⁴⁸ La Iniciativa para la Integración de la Infraestructura Regional Suramericana (IIRSA) coordina los gobiernos, instituciones financieras multilaterales y el sector privado, para que pueda controlar los planes y programas de inversión, priorizar los ejes de integración y el desarrollo en los sectores de transporte, energía y telecomunicaciones (SUAREZ, GUERRA, UDAETA, 2006, 45).

próprio Fernando Henrique e o Presidente boliviano Hugo Banzer assinaram declaração conjunta sobre concertação política para cooperação e integração.

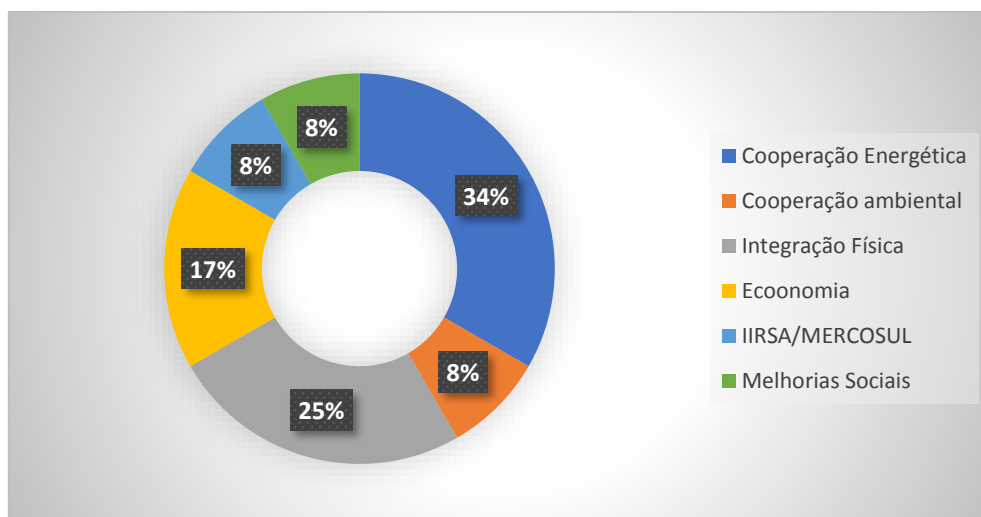
Desta vez, os presidentes além de destacar a importância do MERCOSUL e a IIRSA. Reconheceram neles um valioso aporte para a formação de um espaço econômico comercial ampliado na América do Sul e para reforçar a posição dos países sul americanos nas importantes negociações comerciais multilaterais de que participam.

Por mais, os presidentes coincidiram na avaliação de que a riqueza do gás natural deveria ser vista como fonte sustentável para ambos os países, e cuja exploração adequada e racional representa um compromisso político de Estado.

No âmbito da integração energética, os Presidentes verificaram com satisfação o adensamento contínuo e mutuamente proveitoso dos intercâmbios entre os dois países e tomaram nota de que, nos últimos doze meses, novas e promissoras oportunidades de negócios no Brasil e na Bolívia começaram a surgir em torno da produção do gás natural boliviano⁴⁹.

Portanto, após a leitura dos acordos e análise dos mesmos durante o governo de Fernando Henrique Cardoso se faz verdadeiro pontuar o surgimento de novas temáticas que foram debatidas nos vários encontros, como aponta o gráfico abaixo:

Figura 14. Assuntos dos acordos entre Brasil e Bolívia (1995 a 2003)



Fonte: Disponível em: < <https://concordia.itamaraty.gov.br> > Acesso em: 15 set. 2017.

Elaboração própria

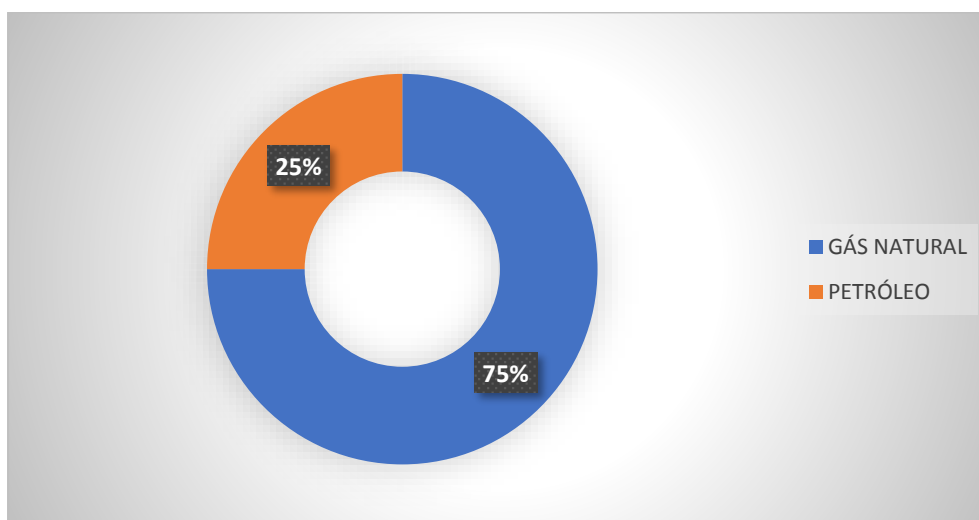
⁴⁹ (Disponível em <https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento/4728>)

Desde o governo de Itamar, foi possível pontuar diferentes assuntos debatidos entre os governos. No entanto, durante os dois governos de Fernando Henrique novos temas surgiram e ganharam força no cenário regional, como por exemplo a adesão da Bolívia ao MERCOSUL e o engrandecimento da CAN e da IIRSA. Principalmente da IIRSA que nasce na América como um caminho facilitador para a integração na região.

Na visão de Honty (2004, 124), a IIRSA é um fórum de diálogo entre as autoridades responsáveis pela infraestrutura de transporte, energia e telecomunicações dos países sul americanos. Sendo considerada “uma iniciativa multidimensional, multissensorial e multidisciplinar que envolve os países da América do Sul” (AGUIAR, 2011, 34). Foi justamente pela consolidação da IIRSA que o tema infraestrutura ganhou destaque nas discussões.

No entanto, mesmo assim a integração energética continuou com maior destaque. Pois foi durante o governo de Cardoso que o GASBOL foi concretizado, trazendo benefícios para os países e abrindo espaço para novas fontes de energia, como a energia elétrica.

Figura 15. Matriz Energética nas Negociações entre Brasil e Bolívia (1995 a 2003)



Fonte: Disponível em: < <https://concordia.itamaraty.gov.br> > Acesso em: 15 set. 2017.

Elaboração própria

A conclusão do projeto no setor do gás natural e seu até então saldo positivo, possibilitou que outros projetos ganhassem visibilidade e credibilidade. Sendo então necessário diversificar a matriz energética da relação entre os vizinhos, partindo assim para outras áreas, como foi visto durante dois encontros entre Fernando Henrique e Sanchez Lozada quando a eletricidade começou a ganhar força e discussão sobre possíveis intercâmbios.

É sobre esse novo passo da relação, sobre a diversificação da matriz energética da relação que o trabalho irá avançar. Neste sentido, a pesquisa segue para a análise dos acordos entre os parceiros durante o governo Lula e Morales, levando principalmente em consideração que os dois líderes sul americanos tinham muitas afinidades e objetivos em comum.

4 CRISE POLÍTICA BOLIVIANA E A COOPERAÇÃO COM O BRASIL

A esperança boliviana nas novas políticas econômicas⁵⁰ adotadas durante o primeiro mandato de Sanchez de Lozada (1993 – 1997) tornaram-se ainda mais fortes com a consolidação do GASBOL que poderia trazer para a população mais benefícios econômicos e com a eleição de Lozada para o seu segundo mandato que teve início em 2001.

No entanto, as expectativas de que as políticas trouxessem investimentos para a Bolívia, foram substituídas por um alto índice de decepção. De acordo com Fuser (2011, 158), na ausência de benefícios das políticas neoliberais aplicadas nos anos 90, os movimentos indígenas e sociais começaram a desafiar a aliança entre o Estado e as firmas transnacionais a fim de alterar a situação socioeconômica do país.

Pois, com a adoção das políticas neoliberais no país, a Bolívia encontrava-se em uma situação cada vez pior de pobreza e exploração de seus recursos naturais. Uma realidade triste enfrentada pela população boliviana, na qual as empresas estrangeiras estavam posicionadas como “lobos famintos” sedentos por lucros.

De acordo com Vitte (2007, 46), em 17 de outubro de 2003, houve uma rebelião popular na Bolívia que derrubou o presidente Sánchez de Lozada, que desde o início do

⁵⁰ As propostas, visavam à estabilização monetária e ao pleno restabelecimento das leis de mercado, consistiam em: 1 – disciplina fiscal; 2 – mudanças das prioridades no gasto público; 3 – reforma tributária; 4 – taxas de juros positivas; 5 – taxas de câmbio de acordo com as lei do mercado; 6 – liberalização do comércio; 7 – fim das restrições aos investimentos estrangeiros; 8 – privatização das empresas estatais; 9 – desregulamentação das atividades econômicas; 10 – garantia dos direitos de propriedade. A adoção de tais medidas, como a privatização das empresas estatais, a desregulamentação da economia e a liberalização unilateral do comércio exterior pelos países da América Latina constituiria condição fundamental para que pudessem renegociar a dívida externa e receber qualquer recurso das agências financeiras internacionais. O receituário, celebrizado como o *Consenso de Washington*, resumia-se na recomendação de que o Estado se retirasse da economia, quer como empresário quer como regulador das transações domésticas e internacionais, a fim de que toda a América Latina se submetesse às forças do mercado (BANDEIRA, 2002, 136).

seu segundo governo, em 2002, enfrentou diversos protestos populares que culminaram na renúncia do presidente.

O vice-presidente boliviano, Carlos Mesa, respeitado historiador e intelectual, assumiu o governo com a promessa de buscar as soluções negociadas entre os diversos grupos políticos nacionais, formando um “pacto de governabilidade”. Prometeu também convocar um referendo sobre os recursos energéticos, no intuito de fazer o povo escolher o modelo mais adequado para a regulação dos hidrocarbonetos. Sob pressão, Mesa aumentou os impostos sobre os hidrocarbonetos, de 18% para 50%, mas desistiu de decretar a nacionalização por temer gigantescas indenizações que poderia ser obrigado a pagar às empresas estrangeiras (ROCHA, 2006 *apud* MEIRA, 2009, 61).

Durante o seu período de governo, Mesa cumpriu a Agenda de Outubro e realizou o referendo em 18 de julho de 2004. Conforme Vitte (2007, 46), Carlos Mesa apresentou o Projeto de Lei de Hidrocarbonetos que almejava recuperar a propriedade estatal dos hidrocarbonetos, ajustar os tributos, industrializar o gás e re-fundar a YPFB. No olhar de Fuser (2011, 179), Mesa governou sob um fogo cruzado, de um lado manobrava para aliviar as pressões dos movimentos sociais e dos seus representantes parlamentares, do outro, enfrentava as empresas petroleiras, já que:

Mesa não buscava uma ruptura profunda com as políticas vigentes, nem considerava que esse fosse um caminho viável, já que desde a posse, viu-se sob pressão das empresas petroleiras e das instituições financeiras internacionais, para que preservasse a orientação adotada pelo Estado boliviano em 1985 com a Nova Política Econômica. Mesa mostrava pouca disposição a uma mudança de rumo radical. Ao mesmo tempo em que buscava um aumento da participação estatal na renda do gás e do petróleo, descartava o termo “nacionalização” e, em especial, recusava-se adotar qualquer medida que implicasse a revisão dos contratos com as empresas estrangeiras, por temor de afugentar os investidores e perder o apoio financeiro das instituições internacionais, de cuja ajuda seu governo era dependente (FUSER, 2011b, 177 – 178).

No entanto, o referendo realizado durante o governo de Mesa, em vez de produzir um consenso, acirrou ainda mais as divergências sobre os hidrocarbonetos, ao colocar o governo em aberto confronto com as organizações populares (FUSER, 2011, 181).

Em meio a esta crise política na Bolívia acontece no dia 08 de abril de 2004, o encontro entre o Presidente Lula e o presidente boliviano Carlos Mesa, em Santa Cruz de La Sierra, na Bolívia. Carlos Mesa acabara de assumir o governo boliviano e estava governando sobre um fogo cruzado.

Mesmo após seguir sua agenda, Carlos Mesa não sustentou o cenário de insatisfação popular, e em 06 de março de 2005, Mesa envia seu pedido de renúncia ao Congresso, entretanto, este foi rejeitado e a atitude foi considerado por muitos como uma manobra política numa tentativa de reverter o desagrado popular com o governo. Mas em

06 de junho do mesmo ano, Mesa apresenta seu segundo pedido de renúncia ao Congresso boliviano, dessa vez a renúncia foi definitiva.

Pela Constituição, o sucessor seria o presidente do Senado, Hormando Vaca Díez, e na sequência o presidente da Câmara, Mario Cossío, ambos integrantes da coligação partidária conservadora. Diante do risco de que o poder retornasse às mãos dos “políticos de sempre”, bolivianos de diferentes condições sociais se somaram aos protestos para exigir que nenhum dos dois assumisse a presidência (FUSER, 2011, 185).

O risco iminente de uma guerra civil levou Mesa a lançar um apelo a Vaca Díez e Cossío para que abrisse mão da presidência em favor de um acordo, sugerido pela Igreja Católica, para antecipação das eleições gerais (FUSER, 2011, p. 186). Como resultado das manifestações populares e um temor político da eclosão de uma guerra civil, foi realizada em dezembro de 2005 um referendo para escolher o próximo presidente boliviano.

Em dezembro de 2005, Evo Morales, foi eleito presidente do país. De origem indígena, Morales chegou ao poder tendo como base principalmente a promessa de que garantir aos pobres uma parte dos ganhos do país com sua principal riqueza, o gás natural. (BARUFI; SANTOS; IDE, 2006, p. 193).

4.1 Virada para a Esquerda e a ascensão de Morales

A eleição de Morales em 2005 e de Lula anteriormente no ano de 2003, aconteceu em uma época na qual conforme Anderson (2011) a América do Sul como um todo foi palco de uma guinada para a esquerda, o que a distinguiu de qualquer outra região do mundo.

A geração que chegou ao poder neste período havia sobrevivido a dois tipos de derrota: pelas ditaduras militares que esmagaram a esquerda logo após a Revolução Cubana, e pelos sistemas de livre mercado que foram em parte o resultado da democratização (ANDERSON, 2011, 40).

Naquele momento, as esperanças fomentadas pela nascente democracia inspiravam a população a acreditar ser o regime político democrático a solução para os problemas sociais aos quais vivenciavam (BARBOSA, 2012, 53). Estes problemas sociais eram advindos da frustração com a adoção das políticas neoliberais. Nos anos 1990, quase todos os países da região possuíam déficit na balança comercial, em consequência primordialmente da desregulamentação da economia e da abertura unilateral dos mercados.

Figura 16. Adesão ideológica dos Governos 2005 – 2009

Derecha	Centroderecha	Centroizquierda	Izquierda
<i>El Salvador</i>	<i>Costa Rica</i>	<i>Brasil</i>	<i>Argentina</i>
Eliás Antonio Saca (2004-2009)	Óscar Arias (2006-10)	Luiz Inacio Lula da Silva (2002-2010)	Néstor Kirchner (2003-07)
<i>Honduras</i>	<i>Guatemala</i>	<i>Chile</i>	Cristina Kirchner (2007-2011)
Ricardo Maduro (2002-06)	Óscar Berger (2004-08)	Ricardo Lagos (2000-2006)	
Roberto Micheletti (2009-10)	<i>México</i>	Michelle Bachelet (2006-10)	Izquierda del socialismo del siglo XXI
<i>Panamá</i>	Vicente Fox (2000-2006)	<i>Ecuador</i>	<i>Bolivia</i>
Ricardo Martinelli (2009-)	Felipe Calderón (2006-2012)	Alfredo Palacio (2005)	Evo Morales (2006-)
<i>Paraguay</i>	<i>Nicaragua</i>	<i>El Salvador</i>	<i>Cuba</i>
Nicanor Duarte Frutos (2003-2008)	Enrique Bolaños (2002-2007)	Mauricio Funes (2009-)	Fidel Castro Raúl Castro
	<i>Perú</i>	<i>Guatemala</i>	<i>Ecuador</i>
	Alan García (2006-11)	Álvaro Colom (2008-2012)	Rafael Correa (2006-)
	<i>República Dominicana</i>	<i>Panamá</i>	<i>Honduras</i>
	Leonel Fernández (2004-2012)	Martín Torrijos (2004-09)	Manuel Zelaya (2006-09)
		<i>Paraguay</i>	<i>Nicaragua</i>
		Fernando Lugo (2008-2013)	Daniel Ortega (2007-2012)
		<i>Uruguay</i>	<i>Venezuela</i>
		Tabaré Vázquez (2005-2010)	Hugo Chávez (2006-2012)

Fonte: FERRO, 2015, 12.

Ferro (2015) argumenta que o novo modelo econômico iniciado com as políticas neoliberais não cumpriu a promessa de crescimento econômico sustentado ao crescimento social e a frustração destas expectativas contribuiu de maneira decisiva para que houvesse eleições de presidentes de esquerda na América do Sul. E foi neste contexto que Brasil e Bolívia elegeram Morales e Lula, ambos vindos de camadas mais pobres e representando uma minoria quase sempre excluída da sociedade.

Luís Inácio Lula da Silva, nascido no Nordeste, com pouco estudo e operário da indústria metalúrgica, ingressou para o sindicalismo em 1972 e começou a tomar destaque nacional quando, no ano de 1979, após ter-se filiado ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo dos Campos comandou uma greve no ABC Paulista.

Em 1980, comandou a fundação do Partido dos Trabalhadores – PT, formado pela classe operária, sindicalistas, intelectuais, artistas e católicos ligados à Teologia da Libertação, com uma proposta socialista. A partir de 1982 deu início a sua carreira política quando se candidatou ao governo de São Paulo, não obtendo êxito na eleição. Foi eleito deputado federal no ano de 1986 e, no ano seguinte na Assembleia Nacional Constituinte Lula desempenhou atividades parlamentares na Subcomissão dos Negros,

Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias, da Comissão da Ordem Social, como suplente, e na Comissão de Sistematização, como titular (SOUZA, 2010, 14)

Durante o processo das “*Diretas Já*” conforme Souza (2010, 4) o Partido dos Trabalhadores (PT) lançaria Lula para disputar a Presidência da República anos depois, em 1989, após 29 anos sem eleição direta para o cargo. Mas perdeu a disputa, no segundo turno, por pequena diferença de votos.

No entanto, apenas nas eleições de 2002 Lula e o PT alcançaram êxito na candidatura do sindicalista. Líder sindical, estava à frente do Partido dos Trabalhadores em um momento de ascensão popular e crise econômica que provocaram o abalo da confiança hegemônica da burguesia (MECCA, 2014, 36). E no momento como descrito por Mecca, Lula foi eleito presidente do Brasil.

A política boliviana também passou para um governo de esquerda, que vinha da minoria indígena até então sem voz ativa politicamente, que alterou as políticas públicas implementadas naquele país. Por isso, a história boliviana começa a ser modificada com a ascensão indígena e principalmente com a eleição de Morales ao poder. Para melhor compreender essa ascensão e a eleição de Morales, o trabalho parte da revolução de 1952 liderada pelo MRN - Movimento Nacional revolucionário -, passando pelos governos militares e os pós democratização e da principal ênfase as lutas indígenas para garantir o seu espaço e direitos na sociedade.

No ano de 1952, a Bolívia encontrava-se ignorando os indígenas em sua sociedade, que tinham nela posição de subalternos e eram constantemente discriminados, gerando nos mesmos anseios de mudar aquela realidade. Por tal motivo, os bolivianos viveram a revolução de 1952, que tinha como principal objetivo a inclusão política de novos grupos sociais, principalmente os indígenas no Estado boliviano com a ideia de fortalecer a identidade nacional, fazendo reivindicações com forte organização sindical (CAMARGO, 2006).

Essa revolução liberou o índio do jugo semifeudal que lhe impunha o Estado liberal e concedeu-lhe a cidadania do sufrágio universal, o que contribuiu para criar condições para a afirmação de sua etnicidade e deu projeção política de sua diferença étnica e cultural (CAMARGO, 2006).

Organizados, os índios deixaram de servir de escravo para a elite e passaram a servir nos sindicatos organizados para seguirem objetos comuns aos indígenas. Neste

meio, surge o katarismo⁵¹, que foi um amplo movimento ideológico e nacionalista que auxiliou as lutas indígenas a conquistar espaço político e social.

Logo após a revolução de 1952, a Bolívia teve presidentes que tinham como objetivo promover o desenvolvimento do país. Durante o mandato desses Presidentes, com a esperança de alcançar o desenvolvimento socioeconômico, a Bolívia viveu sob Nova Política Econômica (NEP), que tinha como objetivo acabar com a hiperinflação que o país vivenciava e acabar a frustração da população (CARDOSO, 2011). No entanto, foi apenas durante o governo do índio Evo Morales que a ideia de desenvolvimento ganhou força.

Morales ganhou destaque sendo líder sindical dos cocaleros - produtores da coca na Bolívia para consumo com fundamentos culturais -, porém, Morales sempre manteve distância dos narcotraficantes e não representava ali os interesses dos mesmos. Nesta mesma época, Morales filiou-se ao MAS (Movimento al Socialismo) e seguiu sua trajetória política como representante dos cocaleros nos anos de 1994 e 1995. Em 1997, foi eleito deputado, e em 1999 auxiliou o MAS a ganhar mais espaço político.

Conforme Camargo (2006), nas eleições de 2002, Morales foi candidato a presidência e ficou em segundo lugar, mostrando força em muitas regiões como La Paz e Cochabamba e surpreendendo por ser o MAS um partido de esquerda por chegar mais longe na história boliviana, com um indígena como representante. Entretanto, Morales e o MAS ainda precisavam esclarecer para a população que não representavam os narcotraficantes e desmistificar como um indígena representante dos cocaleros poderia representar o país.

Indo em sentido contrário a esta angústia da população, em dezembro de 2005, Evo Morales foi eleito presidente do país, logo após a renúncia de Carlos Mesa. Conforme Fuser (2011) o discurso de Morales prometia o fim do modelo neoliberal e da pilhagem de recursos da Bolívia. Respondendo adequadamente ao desejo da maioria da população boliviana que desejava mudanças na condição de vida do país. Para Gonçalves (2009), o novo presidente assumiu o governo com o objetivo de reformar o Estado boliviano, por meio da recuperação de seu protagonismo em um setor importante da economia.

Ou seja, os objetivos de Morales estavam claros desde a sua eleição, promover o desenvolvimento e melhorar a qualidade de vida dos bolivianos a partir do fortalecimento

⁵¹ Movimento organizado da igreja católica, que estimulou o uso da língua e da música aimará nos ritos religiosos, bem como reflexão sobre temas sociais e políticos da Bolívia, em especial sobre questões de acesso à universidade e à representação política para as comunidades indígenas (CAMARGO, 2006).

da indústria energética nacional estavam como metas principais em muitas de suas ações. Com um discurso que atendia aos desejos da população, Morales decidiu promover o desenvolvimento por meio da nacionalização dos recursos energéticos do país.

Sendo segundo Vechia (2012), o novo Presidente um dos principais defensores da nova Lei de Hidrocarbonetos, que aumentaria os impostos e *royalties* sobre o gás para 50%, já no primeiro semestre de 2006. Tanto era defensor, que ao assumir, novo presidente boliviano iniciou seu governo com a nacionalização do petróleo e gás, anunciada em 1º de junho de 2006.

Além da semelhança de chegarem à Presidência de seus países quebrando os paradigmas das minorias antes caladas, Morales e Lula foram eleitos por uma comoção popular que tinha esperança que os mesmos pudessem proporcionar às classes mais baixas da sociedade melhoria na qualidade de vida e bem-estar, e conseqüentemente melhoria econômica para toda a nação.

No entanto, apesar das semelhanças acima citadas, é possível apontar uma diferença significativa Lula e Morales no momento em que os mesmos ainda eram candidatos. Lula tinha um tom mais brando, enquanto Morales sempre foi mais incisivo e radical. Morales que sempre teve tom radical em seus discursos durante as eleições, logo ao assumir o governo manteve suas promessas e, em 01 de maio de 2006, anunciou a nacionalização dos hidrocarbonetos bolivianos. Tomou naquele momento, uma decisão que estremeceu a relação com o Brasil e poderia ter colocado em risco a venda de gás natural boliviano ao Brasil que vinha sendo negociada desde 1970.

4.2 Nacionalização do gás natural Boliviano

Apesar da aproximação entre os presidentes, foi durante o governo Lula que a relação entre Brasil e Bolívia enfrentou seu maior momento de acirramento, quando em 2006, Evo Morales anunciou a nacionalização dos hidrocarbonetos bolivianos. No dia 1º de maio de 2006, Dia dos trabalhadores, Evo Morales determinou a retomada de todos os recursos hidrocarbonetos do país por força do Decreto Supremo nº 28.701.

O presidente boliviano Evo Morales iniciou seu primeiro governo com a nacionalização do petróleo e do gás. A nacionalização dos hidrocarbonetos em 2006 atendeu aos anseios populares manifestados claramente no plebiscito de 18 de julho de

2004, que exigiam a retomada e aproveitamento dos recursos para o desenvolvimento econômico nacional (MEIRA, 2009, 10).

De acordo com Fuser (2011, 226), o foco da nacionalização, foi a revisão dos contratos com as petroleiras transnacionais. E o conteúdo das medidas anunciadas por Morales pode ser resumido em quatro pontos:

a) reafirmar a propriedade estatal sobre o petróleo e o gás natural, conforme estipula a Constituição; b) aumentar as receitas fiscais do Estado mediante a renegociação dos contratos com as empresas estrangeiras; c) estabelecer o protagonismo estatal no setor de hidrocarbonetos com a recuperação, por meio da YPF, do controle acionário sobre os ativos das empresas “capitalizadas” durante o período neoliberal; d) criar bases para uma política de industrialização, tipicamente desenvolvimentista, que permita à Bolívia transformar o seu gás natural em produtos de maior valor agregado, como fertilizantes e plásticos. Trata-se na essência de substituir as regras do capitalismo neoliberal por outras mais favoráveis a um Estado comprometido com a aplicação de políticas redistributivas e de programas sociais voltados para o bem-estar dos cidadãos no seu conjunto, especialmente os indígenas, que constituem a maioria dos bolivianos, na cidade e no campo (FUSER, 2011, 226).

Durante seu discurso, o presidente declarou: “Acabou-se a pilhagem dos nossos recursos naturais por empresas petroleiras estrangeiras, a partir desta data, ficam nacionalizados todos os hidrocarbonetos em território nacional” (MORALES, 2007 *apud* FUSER, 2011, 236). O decreto anunciado por Evo Morales denominado “Heroes del Chaco”⁵², não era um ato arbitrário e/ou ilegal como foi colocado em diversos momentos pelas representantes das empresas estrangeiras, que a partir daquele momento tiveram como condições para continuar operando no país, que em um prazo de 180 dias, as companhias estrangeiras deveriam entregar 50% de suas ações à estatal boliviana YPF e pagar imposto de 82% sobre suas receitas.

Mesmo não sendo aceita pelas empresas estrangeiras a nacionalização dos hidrocarbonetos tem seus motivos claros. Pois, apesar de ter sido amplamente debatido e negociado entre os dois países, desde a inauguração do GASBOL foi possível ver duas realidades diferentes ao contrapor as situações do Brasil (Petrobras) e da Bolívia (YPF). O primeiro lucrava⁵³ ao importar gás a um preço baixo e também ao ter domínio sobre grandes

⁵² O decreto anunciado por Morales exigia que todas as empresas que produzem petróleo e gás na Bolívia deveriam transferir seus ativos para a estatal boliviana YPF; somente poderiam operar no país as empresas que concordassem com o presente Decreto; o Estado tomaria o controle e a direção da produção, transporte, refino, armazenamento, distribuição, comercialização e industrialização dos hidrocarbonetos do país; o controle acionário seria agora por parte da YPF (TASCA, 2017, 16).

⁵³ O Brasil comprava o gás natural a um preço médio de US\$ 3,80 por cada 28,31 m³ e vende ao consumidor final a US\$ 5,50 por cada 28,31 m³ e que a Petrobras cobra entre US\$ 7,00 e US\$ 7,50 pelo combustível que produz no Brasil, a Bolívia clamava por uma renegociação dada a disparidade de preços (CEPIK;

refinarias da Bolívia, a segunda estava apenas observando seus recursos naturais serem explorados sem com isso obter lucros financeiros significativos.

Figura 17. Preço do gás no Brasil, em US\$/milhão de BTU no city gate

Trimestre	Ano	Gás nacional	Gás boliviano	Diferença
Terceiro	1999	1,66	2,55	0,54
Quarto	1999	1,61	2,85	0,77
Primeiro	2000	1,95	2,94	0,51
Segundo	2000	2	3,13	0,57
Terceiro	2000	2,16	3,23	0,5
Quarto	2000	2,2	3,35	0,52
Primeiro	2001	2,17	3,48	0,6
Segundo	2001	1,97	3,34	0,7
Terceiro	2001	1,79	3,24	0,81
Quarto	2001	1,93	3,19	0,65
Primeiro	2002	2,3	3,04	0,32
Segundo	2002	2,07	3,01	0,45
Terceiro	2002	1,8	3,17	0,76
Quarto	2002	1,73	3,32	0,92
Primeiro	2003	2,4	3,38	0,41
Segundo	2003	2,81	3,38	0,2
Terceiro	2003	2,86	3,38	0,18
Quarto	2003	2,89	3,38	0,17
Primeiro	2004	3,01	3,4	0,13
Segundo	2004	2,92	3,4	0,16
Terceiro	2004	2,99	3,4	0,14
Quarto	2004	3,19	3,4	0,07
Primeiro	2005	3,34	3,56	0,07
Segundo	2005	3,59	3,56	-0,01
Terceiro	2005	3,88	3,72	-0,04
Quarto	2005	4,35	4,29	-0,01
Primeiro	2006	4,5	4,89	0,09
Segundo	2006	4,56	5,15	0,13

Fonte: SILVA, 2012, 98

Logo, a Bolívia só teria vantagem se conseguisse elevar o preço do gás ao máximo possível (SILVA, 2006, 98). Por isso, a nacionalização teve como principal ação a revisão dos contratos de exploração do gás natural boliviano pelas empresas estrangeiras e como resultado mais esperado pela população estavam o aumento dos ganhos econômicos do país com o insumo energético ao diminuir a exploração dos seus recursos

CARRA, 2006 *apud* TASCA, 2017, 17),). Uma terceira justificativa articula que o preço do gás que chega ao consumidor final nos EUA, um dos países que serve de parâmetro aos preços internacionais do gás natural, está entre US\$ 7,00 e US\$ 7,50 por cada 28,31m³ (CEPIK; CARRA, 2006; HUSAR; MAIHOLD, 2005 *apud* TASCA, 2017, 17), sendo, portanto, o preço que o Brasil paga à Bolívia inferior ao preço-parâmetro dos EUA.

naturais por empresas estrangeiras, obtendo assim, conseqüentemente aumento nos investimentos nacionais para melhorar a qualidade de vida dos mesmos e com isso conquistar aumento no índice de desenvolvimento nacional, como era prometido por Morales.

Para Barufi, Santos e Ide (2006, 185), embora a nacionalização já estivesse prevista, tendo sido anunciada nos vários discursos da campanha presidencial de Evo Morales, causou grande desconforto à Petrobras, ao governo do presidente Lula e a diversos segmentos da população brasileira.

De acordo com (FUSER, 2013, 238), quando os bolivianos adotaram atitudes concretas no intuito de reduzir as assimetrias, as autoridades brasileiras encararam essas atitudes como um problema e, em certa medida, como um atentado contra os interesses brasileiros. Naquele momento, a posição mais dura sobre a situação partiu dos representantes da PETROBRAS que exigia do presidente Lula uma resposta imediata, e essa reação é explicada por dois motivos principais:

Primeiramente, a partir do dia 1º de julho, a Petrobras não mais seria responsável pela distribuição atacadista (postos de gasolina e óleo diesel) assim como a importação de derivados de petróleo, estando estas funções a partir daquela data sob responsabilidade da empresa estatal boliviana Yacimientos Petrolíferos Fiscales de Bolívia (YPFB). Em segundo lugar, ainda que não tenha havido reajustes no preço do gás, os tributos aplicados para as empresas estrangeiras que atuavam na exploração do gás foram aumentados. Anteriormente à nacionalização, o imposto que incidia sobre esta atividade era de 50%, tendo sido aumentado para 82% (ESTEVEZ, 2006, p. 1).

Já a reação do poder legislativo foi branda, não aceitando a sugestão dos presidentes da PETROBRAS para apelar à justiça internacional. Seguindo de maneira conciliatória Lula aceitou as declarações de Morales⁵⁴ e sugeriu novas negociações no prazo de seis meses.

Como sugerido pelos Presidentes, as negociações transcorreram de modo discreto e ao final do prazo de seis meses determinado pelo Decreto Supremo 28.701, foram anunciados os novos contratos⁵⁵ entre a YPFB e as multinacionais petroleiras,

⁵⁴ Lula reconheceu a legitimidade de nacionalização como um “ato de soberania” e, contrariando os setores conservadores da sociedade brasileira, que propunham represálias contra a Bolívia, trabalhou para desarmar as tensões e buscar uma solução negociada (FUSER, 2013, 161).

⁵⁵ O novo marco regulatório amplia a participação do estado boliviano na receita do petróleo e do gás (government take), ao mesmo tempo em que garante, ao menos teoricamente, o controle estatal sobre as indústrias de hidrocarbonetos do país (FUSER, 2011, p. 12). O ministério de Minas e Energia do Brasil atuou em conjunto com a Petrobras nas negociações com o governo boliviano, que terminaram com o acerto de uma fórmula para reajustar o preço do combustível, com aumento de 4% no valor do gás (a reivindicação boliviana era de 25%). A YPFB se tornou proprietária e responsável por todos os ativos e passivos das refinarias, inclusive o fornecimento de derivados de Petróleo na Bolívia (FUSER, 2011b, p. 110). As

principalmente a PETROBRAS. A principal mudança nos contratos foi o preço do gás natural boliviano que conseguiu ser elevado, conforme mostra a figura 12.

Figura 18. Preço do gás no Brasil, em US\$/milhão de BTU no city gate

<i>Trimestre</i>	<i>Ano</i>	<i>Gás nacional</i>	<i>Gás boliviano</i>	<i>Diferença</i>
Primeiro	2006	4,53	4,89	0,08
Segundo	2006	4,56	5,13	0,13
Terceiro	2006	4,58	5,41	0,18
Quarto	2006	4,62	5,49	0,19
Primeiro	2007	4,72	5,28	0,12
Segundo	2007	5,73	5,14	-0,1
Terceiro	2007	6,47	5,52	-0,15
Quarto	2007	7,43	6,01	-0,19
Primeiro	2008	7,31	6,8	-0,07
Segundo	2008	8,14	7,25	-0,11
Terceiro	2008	8,85	8,19	-0,07
Quarto	2008	7,12	9,06	0,27
Primeiro	2009	6,95	7,18	0,03
Segundo	2009	7,34	6,03	-0,18
Terceiro	2009	8,22	6,14	-0,25
Quarto	2009	9,74	6,67	-0,32

Fonte: SILVA, 2012, 100.

Como bem pontua Fuser (2013) o resultado da negociação expressou um compromisso no qual as duas partes puderam contabilizar benefícios importantes. Principalmente a Bolívia que buscou o melhor acordo que podia no sentido de mostrar aos movimentos sociais o compromisso com a nacionalização e o desenvolvimento nacional (Silva, 2012, 101)

Mesmo que estremecida diante de uma ação boliviana não esperada pelo governo brasileiro, as relações entre o Brasil e a Bolívia não foram paralisadas. E o fluxo comercial entre os vizinhos seguiu e a exportação do insumo energético só aumentou.

Figura 19. Exportações de gás natural boliviano

negociações sobre os preços, se encerraram em fevereiro de 2007, quando foi acordado o pagamento pelo poder calorífico que excedesse 1.000 BTU/pé cúbico. Em 26 de junho de 2007, a PETROBRAS concordou em vender duas refinarias no país por US\$ 112 milhões, e fechou o acordo que selou a nacionalização.

	<i>Importações</i>	<i>Exportações</i>	<i>Gás para o Brasil</i>	<i>Saldo comercial</i>
2005	585,20	989,80	783,60	404,50
2006	701,60	1.448,20	1.261,40	746,60
2007	850,70	1.601,12	1.472,10	750,40
2008	1.135,60	2.857,90	2.677,20	1.722,30
2009	919,20	1.649,70	1.591,30	730,50
2010	1.162,82	2.233,08	2.132,08	1.070,26

Fonte: Silva, 2012, 104.

Pelo contrário, as negociações entre os países continuaram intensas, e de acordo com a figura 13 as exportações de gás aumentaram consideravelmente desde a nacionalização em 2006. Passando de US\$ 989,8 em 2005 para US\$ 2857,90 no ano de 2008. Sendo possível notar também o crescimento do saldo comercial com superávit de US\$ 746,60 em 2005 para US\$ 1722,30 em 2008.

Conforme Silva (2012, 104) o dinamismo do mercado de gás natural fez com que a elevação da arrecadação por conta da maior tributação sobre os hidrocarbonetos se tornasse mais consistente a partir de 2006. Logo, a Bolívia conseguiu aumentar sua arrecadação e superávit comercial.

Figura 20. Arrecadação e Superávit Fiscal da Bolívia

<i>Ano</i>	<i>Arrecadação (em milhões de bolivianos)</i>	<i>Superávit fiscal nominal (em %)</i>
2006	20.375,87	4,47
2007	23.228,94	1,76
2008	28.199,66	3,24
2009	29.391,92	0,09

Fonte: Silva, 2012, 104.

Com o aumento da arrecadação fiscal, os bolivianos conseguiram investir no *Plan Nacional de Desarrollo*⁵⁶, satisfazendo as expectativas sociais e buscando proporcionar a população do país melhoria na qualidade de vida.

Passado o maior momento de turbulência e acirramento nas negociações entre o Brasil e a Bolívia, os países deram continuidade a temática cooperação tanto na área energética como em novos setores.

⁵⁶ O *Plan Nacional de Desarrollo* foi lançado em 2006 com o objetivo de elevar indicadores sociais e econômicos do país. Para isso, apostava no maior investimento estatal e no uso do excedente gerado pela Indústria de minérios e hidrocarbonetos para diversificar a economia e desenvolver setores econômicos intensivos em emprego, tais como a indústria manufatureira, turismo, agropecuária e construção civil (SILVA, 2012, 105).

4.3 Acordos energéticos nos Governos de Lula e Morales

Depois da eleição de Evo Morales e Lula, o primeiro encontro entre os parceiros bilaterais demorou um bom tempo, principalmente devido à crise política enfrentada pela Bolívia. Novo encontro só aconteceu após a eleição de Evo Morales no dia 17 de dezembro de 2007 após a nacionalização dos hidrocarbonetos bolivianos, quando Lula mais uma vez visitou a Bolívia, onde se encontrou em La Paz com o presidente boliviano Evo Morales.

Neste momento, os presidentes divulgaram uma declaração conjunta na qual iniciaram comentado que, diante de um cenário de grandes potenciais físicos e humanos contrasta com um déficit social profundo e com índices de pobreza e exclusão, que devem ser atendidos de forma cooperativa. Por isso, a integração e cooperação constituem a força que devemos aproveitar para superar nossas carências, com o objetivo comum de propiciar o bem estar dos nosso povos⁵⁷.

Conjuntamente, os presidentes expressaram seu firme compromisso com o fortalecimento das relações bilaterais em benefício dos povos do Brasil e da Bolívia e a disposição dos governos para incrementar relações de cooperação, sobretudo na área social, educacional, agrícola, de defesa, comercial, de integração energética e integração física. Naquele momentos, concordaram: 1) compromisso em dar impulso ao processo de integração da UNASUL, sem esquecer da importância do fortalecimento do MERCOSUL e da CAN; 2) coincidiram na necessidade de fortalecer o multilateralismo mediante reformas na ONU e democratização das instâncias decisórias multilaterais, fazendo menção a apoio dos países na reforma do Conselho de Segurança, onde Lula agradeceu o apoio de Morales a candidatura do presidente brasileiro para se tornar membro permanente do Conselho; 3) expressaram apoio às ações desenvolvidas pelos membros da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica e destacaram sua responsabilidade para promover o desenvolvimento sustentável, a melhora da qualidade de vida de suas populações e a defesa do imenso rico patrimônio natural da Amazônia.

Dentre as situações já citadas, Lula e Morales pontuaram ações em áreas específicas da integração energética, financeira, infraestrutura, fortalecimento do comércio bilateral, cooperação técnica na área da agricultura, cooperação educacional, defesa, defesa civil, buscando promover ações conjuntas para prevenir e gerir riscos e

⁵⁷ (Disponível em <https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento/6008>).

desastres naturais, na área fronteiriça com acordos sobre turismo, luta contra o narcotráfico e migração.

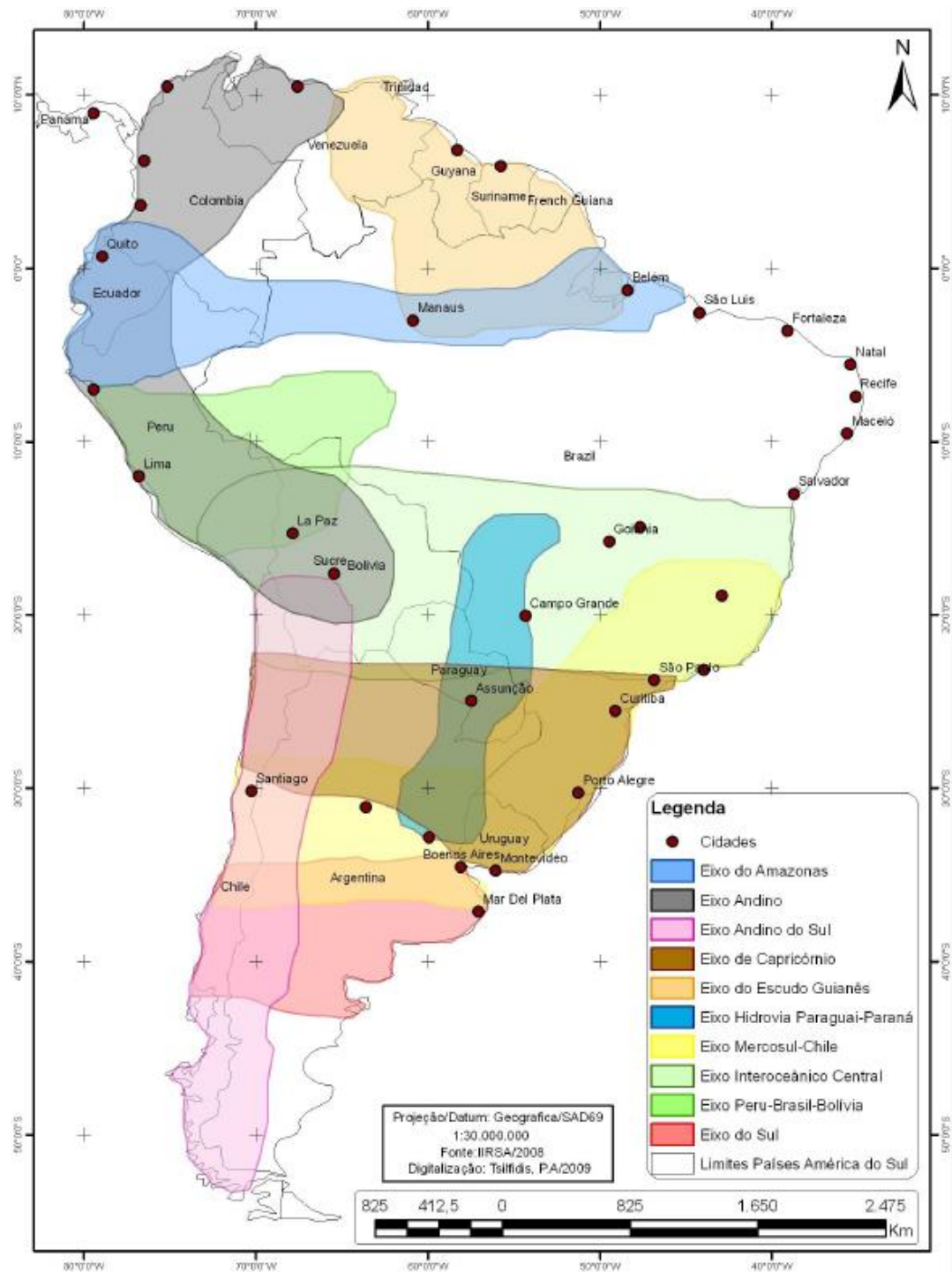
Novo encontro entre os parceiros regionais aconteceu em Riberalta na Bolívia no dia 18 de setembro de 2008. Na ocasião, novamente Lula e Morales se encontraram para discutir sobre a relação dos países e divulgaram nova declaração conjunta, a qual iniciaram afirmando o propósito de dar continuidade ao tratamento da intensa e construtiva agenda acordada entre os países. Os Presidentes também destacaram a infraestrutura como eixo da integração bilateral assinando na presente data o Protocolo sobre o Financiamento do Projeto da Rodovia “Hacia el Norte” entre os dois países. E também destacaram a futura construção pelo Brasil da ponte Guajará-Mirim-Guayaramerín.

Além de falarem sobre planos de integração física, os presidentes novamente explanaram sobre: 1) importância da UNASUL, onde Lula destacou os avanços que vem sendo realizados pelo governo boliviano para facilitar a instalação do Parlamento Sul Americano na cidade de Cochabamba; 2) o apoio às ações desenvolvidas pelo Tratado de Cooperação Amazônica; 3) deram destaque à realização do Seminário Brasil – Bolívia – Chile sobre o corredor Interoceânico, cujo permitiu avançar no sentido de concretizar os objetivos firmados na declaração de La Paz em 2007.

Sem mais, os presidentes salientaram a oportunidade histórica que constituiu a integração em infraestrutura para que, por meio de fatos concretos, se consiga unir mais seus povos e seus países. E esse destaque à infraestrutura só foi dado devido ao fortalecimento da IIRSA no ano de 2000, que sempre teve como objetivo estimular a organização do espaço sul-americano a partir da proximidade geográfica, da identidade cultural, e dos valores compartilhados entre os países vizinhos sul-americanos.

A IIRSA dividiu a América do Sul em eixos de integração como se observa na imagem abaixo. Para que se pudessem ser trabalhados projetos conforme a necessidade de cada área.

Figura 21. América do Sul: Eixos de integração e desenvolvimento definidos pela IIRSA



Fonte: OLIVEIRA, 2010, 76

A amplitude da América do Sul acarretou o planejamento de muitos projetos dentro da IIRSA. Acarretando na formação de um plano de ação. O Plano de Ação contava com propostas para o desenvolvimento de três principais categorias da infraestrutura: transporte, energia e comunicações (GRAEFF, 2015, 20).

Figura 22. Quantidade de projetos e investimentos estimados da IIRSA

Ano	Número de Projetos	Investimento Estimado
2004	335	37.424,80
2007	349	60.522,60
2008	514	69.000,00
2009	510	74.542,30
2010	524	96.119,20

Fonte: API, 2009,11.

No ano seguinte, Brasil e Bolívia tiveram três encontros para ampla discussão de suas relações e que o tema infraestrutura apareceu com tamanha evidência. O primeiro aconteceu em 15 de janeiro de 2009, no qual Lula e Morales se encontraram na fronteira Ladário – Porto Suárez na oportunidade para entregar trechos rodoviários Arroyo Concepción – El Carmen e El Carmen – Roboré, que uniram por via terrestre ambos os países.

Ademais, realizaram uma visão do amplo espectro de temas da agenda bilateral, com vistas a conseguir aprofundamento das relações, as quais passam por um excelente momento. Reiterando os outros encontros dos Presidentes, Morales e Lula: 1) reiteraram seu firme compromisso como fortalecimento e defesa da democracia, destacando a importância de aprofundar a mesma e o diálogo como meio para resolver diferenças de opiniões e conflitos; 2) manifestaram a importância do respeito e promoção dos direitos humanos e seu compromisso com Governos e povos com a defesa dos princípios da universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, ressaltando o papel significativo da UNASUL neste sentido.

Para além destas discussões, os Presidentes debateram o financiamento para a integração em infraestrutura física, cooperação fronteiriça, migração e luta contra ilícitos na área fronteiriça e matérias em investimentos e comércio como já haviam discutidos no encontro anterior e que também está no âmbito dos projetos da IIRSA.

O segundo encontro no ano de 2009 ocorreu no dia 12 de março, e foi vivenciado pelos Ministros das Relações Exteriores Celso Amorim (brasileiro) e David Choquehuanca (boliviano). Neste encontro, os Ministros reafirmaram a importância de ampliar a cooperação bilateral para aprofundar a integração física, social, integração

energética, o desenvolvimento fronteiriço, a utilização sustentável dos recursos naturais, em um contexto de respeito e harmonia entre o homem e a natureza⁵⁸.

Divulgaram na ocasião um Memorando de Entendimento mediante a necessidade de atualizar os termos de “Acordo, por troca de notas, para reformulação da Comissão Mista” e do “Acordo, por troca de notas, para a criação de um Mecanismo Bilateral de Consulta Públicas”, onde acordaram com o Mecanismo de Coordenação e Cooperação entre Brasil e Bolívia com os seguintes objetivos:

1) Aprofundar o diálogo político sobre temas de interesse bilateral; 2) examinar, avaliar e estimular ações de cooperação para o desenvolvimento de projetos de interesse mútuo; 3) elaborar recomendações e sugestões destinadas a melhorar a relação; 4) estabelecer as bases para uma programação conjunta de ações que promovam o desenvolvimento político, econômico, social e cultural de ambos os países; 5) velar pela aplicação e cumprimento das decisões tomadas por ambos os governos⁵⁹.

Último encontro a ser analisado do governo Lula está datado de 22 de agosto de 2009, aconteceu em Villa Tenari na Bolívia, quando o presidente Lula aceitou o convite Evo Morales. Na ocasião, os Presidentes confirmaram seu firme compromisso com os princípios e os valores democráticos.

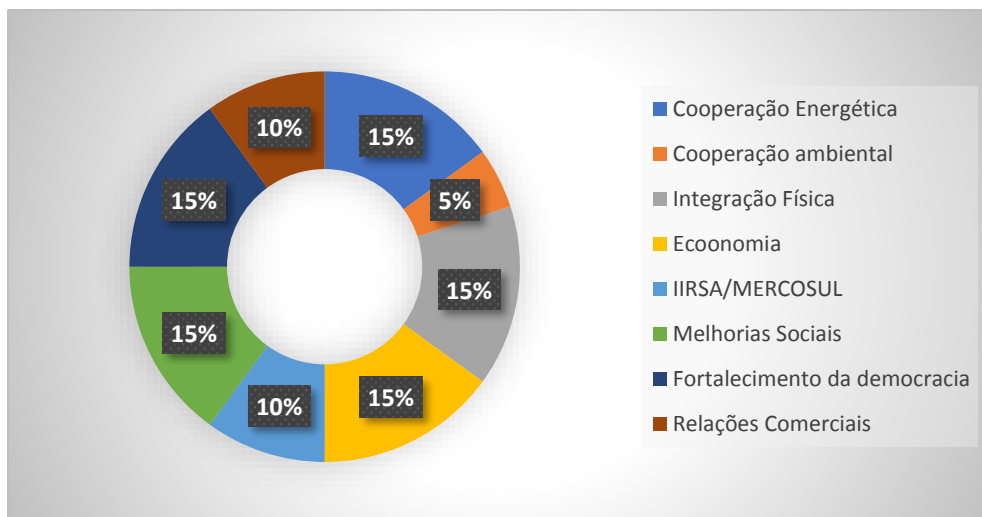
Naquele momento, os Presidentes expuseram suas opiniões sobre diversos temas, sem tocar no quesito integração energética. No momento em análise, os Presidentes falaram sobre integração física tratando a respeito do Corredor Interoceânico e decidiram intensificar as relações tendo como foco a regularização migratórias dos estrangeiros e o combate ao narcotráfico juntamente com os países da UNASUL.

Assim sendo, as reuniões e encontros no Governo Lula trouxeram para a relação entre o Brasil e a Bolívia diversificados assuntos, além do que habitualmente discutia e novas preocupações, além da integração energética como mostra-se abaixo.

Figura 23. Assuntos dos acordos entre Brasil e Bolívia (2003 a 2011)

⁵⁸ (Disponível em <https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento/6334>).

⁵⁹ (Disponível em <https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento/6334>).



Fonte: Disponível em: < <https://concordia.itamaraty.gov.br> > Acesso em: 15 set. 2017.
Elaboração própria

Nas discussões de dois governos que foram eleitos para buscar melhorar a qualidade de vida do seu país, a preocupação de seus representantes no fortalecimento da democracia que era sempre colocada com caminho para resolução de conflitos e fortalecimento da paz. Além disso, a preocupação com bem-estar e melhorias sociais sempre se fizeram presentes nas conversas entre os representantes. E essa discussão também sempre abrangeu mecanismos que fortalecessem o comércio nos países e desenvolvesse as regiões fronteiriças.

Além do mais, o Brasil se mostrou disposto a apoiar a adesão da Bolívia ao MERCOSUL, respondendo ao também apoio boliviano no pleito do Brasil em se tornar membro permanente no Conselho de segurança da ONU. E falando em movimentação além da relação já estabelecida entre os países, durante o governo Lula o multilateralismo e o fortalecimento da América do Sul se tornaram anseios frequentes, com a discussão no âmbito da IIRSA e com o fortalecimento da UNASUL.

Outro fator que merece destaque é o empenho dos Presidentes com a integração física entre os países. Deixando sempre claro, que este assunto foi incentivado pelas discussões na IIRSA. No entanto, Morales e Lula mostraram empenho e compromisso com o ideal da instituição. Pois, em todos os encontros as interligações físicas foram mencionadas e em 2009 os Presidentes entregaram as obras dos trechos Arroyo Concepción/El Carmen e El Carmen/Roboré do Corredor Bioceânico.

Figura 24. Discurso do Presidente Lula na cerimônia de entrega dos trechos Arroyo Concepción/El Carmen e El Carmen/Roboré do Corredor Bioceânico.

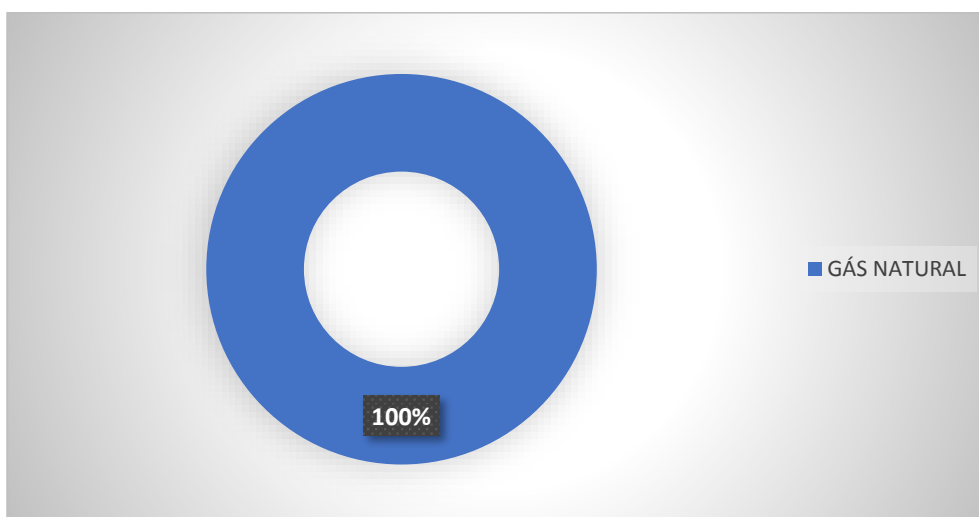


Fonte: OLIVEIRA, 2010, 119.

Mesmo com maior destaque ao tema infraestrutura e observando-se a pouca frequência da discussão sobre a integração energética, que sempre esteve tão presente nas discussões dos Governos anteriores. A questão energética não deixou de ser debatida e levada em consideração nas tomadas de decisão.

E sempre que o tema era mencionado, o gás natural ganhava lugar de destaque. Pois, o gás natural foi a matriz energética que deu início ao relacionamento entre os países e continua sendo ponto de debate pois o Brasil importa considerável número de gás natural boliviano para abastecer principalmente as suas indústrias.

Figura 25. Matriz Energética nas Negociações entre Brasil e Bolívia (2003 a 2011)



Fonte: Disponível em: < <https://concordia.itamaraty.gov.br> > Acesso em: 15 set. 2017.

Elaboração própria

Reforçando este aspecto, França (2015) pontua que o projeto no governo Morales para Cachuela Esperanza em nada se parecia com os planos técnicos discutidos entre o

Brasil e a Bolívia nos anos de 1980. Morales, após a nacionalização do gás natural estava preocupado em aumentar os ganhos boliviano em todos âmbitos possíveis e por isso, em 22 de janeiro de 2010, o presidente boliviano nacionalizou as quatro empresas do setor elétrico em favor da estatal ENDE.

Diante disso, o governo Lula pareceu enxergar na integração física entre os dois países uma saída para o fortalecimento da relação em outras situações a fim de renovar o compromisso brasileiro para com o parceiro regional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de um novo cenário mundial, no qual novos temas ingressaram no debate internacional, o debate sobre a energia também ganhou o seu espaço. A temática energética foi e é discutida sobre vários aspectos. A preocupação na área energética existe na geração de energia a partir de fontes energéticas mais limpas, menos poluentes, na preocupação em garantir o abastecimento a todos e também em garantir que todos tenham acesso à energia, sem gerar conflitos.

Essa nova realidade acarretou na formação de mais arranjos entre as nações, sejam eles regionais, multilaterais ou bilaterais. Importante é que todos os países começaram a se preocupar na geração de energia, tanto para garantir o abastecimento nacional quanto para comercializar os excedentes energéticos gerados.

Em conjunto com essa importância dada à energia, ganha força também a cooperação internacional, que de início servia apenas de assistência para os países devastados pela Segunda Guerra, mas que com o final da Guerra Fria ganhou novo rumo, a cooperação passou a visar o desenvolvimento internacional. E neste sentido, começaram os arranjos cooperacionais em diversas áreas, assim também como na área energética. A partir de então, a cooperação passou a ser utilizada para diminuir os riscos de conflitos e maximizar os ganhos dos atores nela envolvidos.

Essa realidade mundial não foi diferente na América do Sul, região analisada no trabalho. A região que apresenta abundante reservas de recursos naturais para geração de energia elétrica demonstra grande projetos de cooperação tanto na área energética como em outras áreas. Assim, as relações que são estabelecidas na região mesmo que sejam para troca de excedentes, caracterizam-se como relações de cooperação pois nela os países tem como objetivo maximizar ganhos e para isso adequam suas políticas e ações ao do outro.

Como foi visto no decorrer do trabalho, a maior parte dos projetos são firmados de forma bilateral para troca de excedentes, mas também existem acordos de cooperação multilaterais de grande sucesso como é o exemplo da usina hidroelétrica de Itaipu que abrange Brasil, Paraguai e Argentina. Falando nas relações bilaterais, a estabelecida entre Brasil e Bolívia é exemplo para os demais países da região pois os países negociam há muito tempo arranjos que tragam benefícios para ambas as nações e para isso vão adequando suas preferências.

A consolidação do GASBOL foi o auge da relação e marcou o primeiro projeto concluído após intensa negociação entre eles, que desde 1960 negociavam e por meio de Memorandos de Entendimento e Declarações Conjuntas deixavam expostos os interesses em comum para a construção do gasoduto.

A negociação entre os países vai além do gás natural, existe também a discussão para a construção do Complexo Hidroelétrico do Rio Madeira, como foi citado em muitos encontros. No entanto, a pressão exercida pelos grupos ambientalistas bolivianos, que argumentam sobre os impactos ambientais que o complexo traria para a população boliviana que vive naquela região, dificultou a realização não do projeto.

Mas mesmo assim, os encontros entre os países continuaram acontecendo de maneira amistosa durante toda a década de 90. E houve maior rendimento, ou seja, mais encontros e mais disposição para a concretização de acordos, quando foram eleitos os Presidentes Lula e Evo Morales pois, os dois compartilhavam alguns ideais similares, como, por exemplo, a preocupação em promover a igualdade social e o desenvolvimento econômico nacional.

Esta proximidade ideológica levou a pensar que durante o mandato dos Presidentes tudo transcorreria de maneira tranquila e a cooperação entre os países tenderia a aumentar. Entretanto, existiu um leve no meio do caminho, quando, em 2006, Evo Morales anunciou a nacionalização do gás natural boliviano. Naquele momento, a Bolívia nacionalizou o gás natural e passou a comandar as reservas de gás natural do país com o objetivo de ampliar seus benefícios econômicos e utilizar dos mesmos para garantir também melhorias sociais para a sua nação. No entanto, deixou o Brasil em uma situação delicada ao retirar da PETROBRAS elevados lucros que a empresa brasileira tinha obtido até então sobre os recursos bolivianos e ao deixar claro o risco iminente sobre a interrupção no fornecimento de gás boliviano para as indústrias do estado de São Paulo, que eram as principais consumidoras daquele produto em território brasileiro.

Neste cenário, o Governo brasileiro e a PETROBRAS não aceitaram as primeiras imposições feitas pela Bolívia, entretanto deram margem a negociações, nas quais tiveram um comportamento amigável e compreensível em relação à nacionalização boliviana. No fim das negociações, a Petrobras e a YPFB renovaram os contratos para exportação do gás boliviano até o ano de 2019, com medidas que beneficiaram e satisfizeram ambos os países.

Analisando esta postura amigável e compreensível do governo do Brasil e por conseguinte da Petrobras, considera-se legítima a aceitação brasileira de que existia a

exploração de recursos naturais de um país vizinho, na qual os maiores lucros ficavam concentrados no Brasil e não eram repassados aos bolivianos para serem destinados a melhorias no país, mesmo que as condições anteriores à nacionalização tenham sido acertadas por meio de acordos. Destarte, o decreto boliviano não pode ser considerado agressivo e/ou ditatório do presidente Evo Morales, pois a Bolívia naquele momento estava apenas reivindicando um direito que era seu e estava beneficiando apenas a sociedade brasileira.

Seguindo a análise sobre a relação energética entre o Brasil e a Bolívia, percebe-se alto grau de interdependência entre os países. Com a nacionalização dos hidrocarbonetos bolivianos, o Brasil viveu um risco de ter seu fornecimento de gás interrompido, o que levaria prejuízos enormes às indústrias de São Paulo que na época eram as principais consumidoras do insumo energético. Diante disto, assumiu uma postura branda e negociou a fim de não permitir a interrupção do fornecimento. Desta forma, é possível testemunhar como o Brasil naquele momento era dependente do gás boliviano por não ter nenhuma medida alternativa caso o gás natural fosse suspenso.

Neste sentido, a dependência na relação era recíproca. Não apenas o Brasil dependia do fornecimento do gás natural para manter o funcionamento de suas indústrias, como a Bolívia também dependia da renda advinda da exportação do gás natural para o Brasil para a manutenção da sua economia. Não exportar gás natural para o Brasil traria para a Bolívia prejuízos financeiros, com os quais o país não saberia como lidar e nem teria uma saída alternativa.

Assim, baseando o argumento nestes fatos, a relação entre Brasil e Bolívia pelo GASBOL é caracterizada como uma relação de interdependência na qual os fatos e as decisões tomadas em um país afetaram diretamente o outro, e onde a negociação e a diplomacia pesaram positivamente para solucionar o impasse criado sobre os preços do gás natural na crise de 2006.

Mesmo diante de evidente interdependência entre os países, a cooperação entre ambos para a concretização do projeto do gasoduto e para entrarem em acordo após a crise da nacionalização deve ser evidenciada. Pois, mesmo após o momento de acirramento na relação em 2006, os países continuaram seus encontros e buscaram diversificar as áreas de cooperação, tendo como apoio para isso a IIRSA. Lula e Morales representaram entre os países a busca por caminhos diferentes para estabelecer novos arranjos de cooperação além da área energética.

ANEXOS

ANEXO 1 – TABELA DOS CONTRATOS ANALISADOS

Data da Assinatura	Bilateral ou Multilateral	País ou Organização	Continente	Parte(s)	Local de Assinatura	Recurso Energético	Tipo de Ato Assinado	Título do Documento	Representante do Brasil	Representante da outra parte	Menção à Energia	Situação	Ano de Vigência	Data Entrada em Vigor	Link para o Documento
15/08/1990	Bilateral	País	América do Sul	Brasil e Bolívia	Brasília - Brasil	Energia	Acordo	Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia, por troca de Notas Reversais, sobre Integração Energética. Complementar ao Acordo de 27 de julho de 1989	Francisco Rezek, Ministro de Estado das Relações Exteriores	Carlos Iturralde Ballivián, Ministro das Relações Exteriores e Culto	Tema Único - Implementação do projeto energético para integração energética	Substituído	1990	15/08/1990	https://concordi.a.itamaraty.gov.br/detalhamen/0/3712
15/08/1990	Bilateral	País	América do Sul	Brasil e Bolívia	Brasília - Brasil	Energia; Hidrelétrica e Hidrocarbonetos	Declaração Conjunta	Declaração Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia	Fernando Collor, Presidente da República Federativa do Brasil	Jaime Paz Zamora, Presidente da República da Bolívia	Tema Relevante - Relevante complementar energética entre os países com convergência nos propósitos de integração; prosseguimento de estudos e ações com relação a comercialização de hidrocarbonetos e continuação do Projeto da Central Hidrelétrica de Cachuela Esperanza.	Em Vigor	1990	15/08/1990	https://concordi.a.itamaraty.gov.br/detalhamen/0/3711
17/08/1992	Bilateral	País	América do Sul	Brasil e Bolívia	Santa Cruz de la Sierra - Bolívia	Menção aos Minérios de Minas e Energia	Declaração Conjunta	Declaração Presidencial Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia	Fernando Collor, Presidente da República Federativa do Brasil	Jaime Paz Zamora, Presidente da República da Bolívia	Tema Acessório - Ministros de Estado das Relações Exteriores e das Minas e Energia	Em Vigor	1992	17/08/1992	https://concordi.a.itamaraty.gov.br/detalhamen/0/3888
17/08/1992	Bilateral	País	América do Sul	Brasil e Bolívia	Santa Cruz de la Sierra - Bolívia	Gás Natural	Acordo	Acordo, por troca de Notas Reversais, sobre a Compra e Venda de Gás Natural Boliviano, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia	Celso Lafer, Ministro das Relações Exteriores	Ronald Maclean Abaroa, Ministro das Relações Exteriores	Tema Único - Fomento de gás boliviano ao Brasil	Em Vigor	1992	17/08/1992	https://concordi.a.itamaraty.gov.br/detalhamen/0/3887

17/08/1992	Bilateral	País	América do Sul	Brasil e Bolívia	Santa Cruz de la Sierra - Bolívia	Menção aos Ministros de Minas e Energia e Secretário Nacional de Energia	Declaração	Declaração Presidencial Conjunta entre o Presidente da República Federativa do Brasil e o Presidente da República da Bolívia	Fernando Collor, Presidente da República	Jaine Paz Zamora, Presidente da República da Bolívia	Tema Acessório - Ministros de Estado das Relações Exteriores e das Minas e Energia, pelo Governador do Estado do Mato Grosso do Sul, por Senadores e Deputados, pelo Secretário Nacional de Energia.	Em Vigor	1992	17/08/1992	https://concordi.a.itamaraty.gov.br/detail.html?o/3031
28/12/1992	Bilateral	País	América do Sul	Brasil e Bolívia	Santa Cruz de La Sierra - Bolívia	Gás Natural	Acordo	Acordo de Alcance Parcial sobre Promoção de Comércio entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia (Fornecimento de Gás Natural)	Celso Lafer, Ministro das Relações Exteriores	Ronald Maclean Abaroa, Ministro das Relações Exteriores	Tema Único - Gás Natural	Em Vigor	1992	17/08/1992	https://concordi.a.itamaraty.gov.br/detail.html?o/11757
17/02/1993	Bilateral	País	América do Sul	Brasil e Bolívia	Cochabamba	Hidrocarbonetos; Gás natural	Declaração Conjunta	Declaração Presidencial Conjunta	Presidente Itamar Franco	Presidente Jaime Paz Zamora	Tema Único - Cooperação Energética	Vigente	1993	17 de fevereiro de 1993	https://concordi.a.itamaraty.gov.br/detail.html?o/3906
17/02/1993	Bilateral	País	América do Sul	Brasil e Bolívia	Cochabamba	Hidrocarbonetos; Gás natural	Acordo	Acordo sobre a venda de Gás Boliviano ao Brasil	Ministro das Relações Exteriores Fernando Henrique Cardoso	Ministro das Relações Exteriores Ronald MacLean	Tema Único - Negociações bilaterais nas áreas de energia e hidrocarbonetos	Vigente	1993	17 de fevereiro de 1993	https://concordi.a.itamaraty.gov.br/detail.html?o/3907
27/01/1994	Bilateral	País	América do Sul	Brasil e Bolívia	La Paz	Gás natural	Comunicado Conjunto	Comunicado Conjunto	Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim	Ministro das Relações Exteriores Antonio Quiroga	Tema Relevante - Integração energética a partir do contrato de compra-venda de gás natural, celebrado entre a PETROBRAS S.A e a YFPB; Esforços na obtenção do financiamento internacional destinado a implementação do projeto do gasoduto Brasil - Bolívia	Vigente	1994	27 de janeiro de 1994	https://concordi.a.itamaraty.gov.br/detail.html?o/3995
13/09/1994	Bilateral	País	América do Sul	Brasil e Bolívia	Brasília	-	Comunicado Conjunto	Comunicado Conjunto entre Governo da República Federativa do Brasil e do Governo República Bolívia	Celso L. N. Amorim, Ministro das Relações Exteriores	Antonio Arambar Quiroga, Ministro das Relações Exteriores e Culto	Tema Acessório - Reiterar o o caráter prioritário de que se reveste para ambos os países o Programa de Integração Energética	Vigente	1994	13 de setembro de 1994	https://concordi.a.itamaraty.gov.br/detail.html?o/4060

1996	23/02/1996	Bilateral	País	América do Sul	Brasil e Bolívia	La Paz	Gás Natural	Comunicado Conjunto	Comunicado Conjunto	Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para Iseção de Impostos Relativos a Implementação do Projeto do Gasoduto Brasil-Bolívia	Luiz Felipe Lampreia, Ministro das Relações Exteriores	Antonio Arambar Quiroga, Ministro das Relações Exteriores e Culto da Bolívia	Tema acessório - Construção do gasoduto Brasil-Bolívia	Vigente	1996	23 de fevereiro de 1996	https://concordiã.tlamaraty.gov.br/detailament/9/4207
1996	05/08/1996	Bilateral	País	América do Sul	Brasil e Bolívia	Brasília	Gás Natural	Acordo	Acordo	República da Bolívia para Iseção de Impostos Relativos a Implementação do Projeto do Gasoduto Brasil-Bolívia	Luiz Felipe Lampreia, Ministro das Relações Exteriores	Antonio Arambar Quiroga, Ministro das Relações Exteriores e Culto	Tema principal - Iseção de impostos para produção do Gasoduto Brasil-Bolívia	Vigente	1996	05 de agosto de 1996	https://concordiã.tlamaraty.gov.br/detailament/9/4270
1998	30/03/1998	Bilateral	País	América do Sul	Brasil e Bolívia	Brasília	Energia Elétrica	Memorando de Entendimento	Memorando de Entendimento sobre o Desenvolvimento de Intercâmbio Elétrico e Futura Integração Elétrica	Luiz Felipe Lampreia, Ministro de Estado, das Relações Exteriores	Javier Murillo de la Rocha, Ministro de Relações Exteriores e Culto	Tema único - Desenvolvimento de intercâmbios elétricos	Vigente	1998	30 de março de 1998	https://concordiã.tlamaraty.gov.br/detailament/9/4452	
1998	17/04/1998	Bilateral	País	América do Sul	Brasil e Bolívia	Santa Cruz de la Sierra	-	Comunicado Conjunto	Comunicado Conjunto	República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia de 17 de Abril de 1998	Fernando Henrique Cardoso, Presidente da República	Hugo Banzer Suárez, Presidente da República	Tema único - Integração bilateral no setor elétrico	Vigente	1998	17 de abril de 1998	https://concordiã.tlamaraty.gov.br/detailament/9/4459
1999	26/07/1999	Bilateral	País	América do Sul	Brasil e Bolívia	La Paz	Energia Elétrica	Comunicado Conjunto	Comunicado Conjunto	República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia	Luiz Felipe Lampreia, Ministro das Relações Exteriores	Javier Murillo de la Rocha, Ministro das Relações Exteriores e Culto	Tema acessório - Concretização de iniciativas que incrementem o intercâmbio bilateral no campo da energia elétrica	Vigente	1999	26 de julho de 1999	https://concordiã.tlamaraty.gov.br/detailament/9/4543
2001	27/06/2001	Bilateral	País	América do Sul	Brasil e Bolívia	La Paz	Termoelétrica; Petróleo; Gás Natural	Comunicado Conjunto	Comunicado Conjunto	Declaração Presidencial de Tanja	Fernando Henrique Cardoso, Presidente da República	Hugo Banzer Suárez, Presidente da República da Bolívia	Tema acessório - Fornecimento seguro e sustentável de energia elétrica; Aumento da produção de energia termoeétrica nos dois países; Desenvolvimento de um projeto no campo petrolífero, utilizando o gás natural boliviano como matéria prima	Vigente	Dado Inexistente	Dado Inexistente	https://concordiã.tlamaraty.gov.br/detailament/9/4728

2002	07/05/2002	Bilateral	País	América do Sul	Brasil e Bolívia	La Paz	Petróleo; Gás; Energia Elétrica	Acordo	Acordo Bilateral Permanente em Matéria Energética	Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República Federativa do Brasil	Gustavo Fernández Saavedra, Ministro das Relações Exteriores e Culto	Tema único - Criar a Comissão Mista Binacional Permanente em Matéria Energética	2002	Vigente	07 de maio de 2002	https://concordi.a.itamaraty.gov.br/deal/ament0/4849
2004	08/07/2004	Bilateral	País	América do Sul	Bolívia	Santa Cruz de la Sierra - Bolívia	Energia Elétrica e Energias Alternativas	Declaração Conjunta	Declaração Conjunta de Visita de Trabalho de Lula	Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República Federativa do Brasil	Carlos D. Mesa Gisbert, Presidente da República da Bolívia	Tema Relevante - Estabelecimento da Subcomissão Binacional de Eletricidade e Energias Alternativas; Integração Física e Energética; Associação Estratégica na Área Energética; Política Energética da Bolívia.	2004	Em Vigor	08/07/2004	https://concordi.a.itamaraty.gov.br/deal/ament0/5195
2007	14/02/2007	Bilateral	País	América do Sul	Bolívia	Brasília - Brasil	Gás Natural e Energia Elétrica	Ata de Reunião	Ata de Reunião Ministerial sobre o preço do gás na termelétrica de Ciubá	Silas Rondeau Cavalcante Silva, Ministro de Minas e Energia do Brasil	Carlos Villegas Quiroga, Ministro de Hidrocarbonetos e Energia da Bolívia	Tema Único - Preço de venda de gás natural destinado à termelétrica de Ciubá com indexador do novo preço adotado no Contrato de Compra e Venda de Gás entre a Petrobras e a YPFB (GSA), com reajuste anual.	-	-	-	-
2007	17/12/2007	Bilateral	País	América do Sul	Bolívia	La Paz - Bolívia	Energia; Integração Energética e Hidrocarbonetos	Declaração Conjunta	Visita de Estado do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Bolívia. Declaração Conjunta "Brasil-Bolívia: Avançando em Direção a uma Parceria Estratégica"	Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente	Evo Morales, Presidente	Tema Relevante - No que se refere à Integração Energética. Os dois Presidentes destacaram a importância da assinatura do Memorando de Entendimento em Matéria de Hidrocarbonetos entre os Ministérios de Minas e Energia do Brasil e de Hidrocarbonetos e Energia da Bolívia, que permitirá iniciar uma nova fase de cooperação, intercâmbio de	2007	Em Vigor	17/12/2007	https://concordi.a.itamaraty.gov.br/deal/ament0/6008

2007	17/12/2007	Bilateral	País	América do Sul	Bolívia	La Paz - Bolívia	Energia e Hidrocarbonetos	Memorando de Entendimento de Energia e Hidrocarbonetos	Memorando de Entendimento em Matéria Energética entre o Ministério de Minas e Energia do Brasil e o Ministério de Hidrocarbonetos e Energia da Bolívia	Nelson José Hubner, Ministro de Estado, interno, de Minas e Energia	Carlos Villegas Quiroga, Ministro de Hidrocarbonetos e Energia	Tema Único - estabelecimento do marco geral de compromissos estratégicos para a integração e complementação energética das Partes, com a finalidade de alcançar um maior aproveitamento de seus recursos energéticos, em benefício das Partes, que compreenda as diversas atividades do setor energético, financiamento, transferência de tecnologia e capacitação.	Em Vigor	2008	18 de julho de 2008	https://concordi.a.itamaraty.gov.br/deu/entendim/0/6173
2008	18/07/2008	Bilateral	País	América do Sul	Brasil e Bolívia	Ribeirita, Beni	Energia	Visita de trabalho	Visita de Trabalho do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Bolívia / Declaração de Riberitã a Infra-Estrutura como Eixo da Integração Bilateral	Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente	Evo Morales Ayma, Presidente	Tema acessório - "Integração energética"	Em Vigor	2009	15/01/2009	https://concordi.a.itamaraty.gov.br/deu/entendim/0/6303
2009	15/01/2009	Bilateral	País	América do Sul	Brasil e Bolívia	Ladário	Energia	Declaração Conjunta	Encontro de Fronteira dos Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Evo Morales Ayma – Declaração Conjunta de 15 de janeiro de 2009	Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente do Brasil	Evo Morales Ayma, Presidente da Bolívia	Tema acessório - Realfirmaram a importância de ampliar a cooperação bilateral para aprofundar a integração social, a integração energética	Em Vigor	2009	12/03/2009	https://concordi.a.itamaraty.gov.br/deu/entendim/0/6334
2009	22/08/2009	Bilateral	País	América do Sul	Brasil e Bolívia	Villa Tunari	Energia	Comunicado Conjunto	Comunicado Conjunto - Encontro dos Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Evo Morales Ayma em Villa Tunari - 22 de agosto de 2009	Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente do Brasil	Evo Morales Ayma, Presidente da Bolívia	Tema acessório - Integração física e energética.	Em Vigor	2009	22/08/2009	https://concordi.a.itamaraty.gov.br/deu/entendim/0/6476

Fonte: Grupo de Estudos sobre Segurança Energética (GESEne)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Giane Maria Porto De. *Integração regional pela Via Energética: estudo de caso da Interligação Elétrica Venezuela- Brasil*. Tese (Doutorado em Relações Internacionais – Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

ALMEIDA, Adriano Pires de. Prós e Contras da Integração Energética na América do Sul: o caso do gás natural. *Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais*, Centro Brasileiro de Estudos Latino Americano (CEBELA), Rio de Janeiro, 2010.

ANDERSON, Perry. O Brasil de Lula. *NOVOS ESTUDOS* 91, nov. 2011.

API. Agenda de Projetos Prioritários de Integração. IIRSA, nov. 2011.

AXEROLD, Robert; KEOHANE, Robert. Achieving Cooperation under Anarchy: Strategies and Institutions. *World Politics*, vol. 38, n°. 1, oct., 1985.

AYLLÓN, Bruno. La Cooperación Internacional para el Desarrollo: fundamentos y justificaciones en la perspectiva de la Teoría de las Relaciones Internacionales. *CARTA INTERNACIONAL*, out. 2007.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. As políticas neoliberais e a crise na América do Sul. *Rev. Bras. Polít. Int.* 45 (2): 135-146, 2002.

BARBOSA, Luis Guilherme Camfield. O GOVERNO LULA E A POLÍTICA ECONÔMICA BRASILEIRA: CONTINUIDADE OU RUPTURA? *Revista Todavia*, Ano 3, n° 4, jul. 2012.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. São Paulo. Edição 70, 2010.

BARUFI, Clara Bonomi; SANTOS, Edmilson Moutinho dos Santos; IDE, Cristiane Reis. Autossuficiência Energética e Desenvolvimento: o comércio de Gás Natural entre Brasil e Bolívia. *Cadernos (PROLAM/USP)*, ano 5, vol. 2, 2006.

BIATO, Marcel; CASTRO, Nivalde J. de. *Integración Regional em Sudamérica y el Papel de la Energía Eléctrica*. Madri: Universidad Autonoma de Madrid, 25 jun. 2011.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. Secretaria de Petróleo, Gas Natural e Combustíveis Renováveis. *Boletim Mensal de Acompanhamento da Indústria de Gás Natural*. Disponível em: < <http://www.mme.gov.br/spg/menu/publicacoes.html> > .

CABRAL, Ligia Maria Martins (Coord.). *Energia elétrica e integração na América do Sul*. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil: Eletrobrás, 2004.

CAMARGO, Alfredo Jose Cavalcanti Jordão de. Bolívia - A Criação de um Novo País a Ascensão do Poder Político Autóctone das Civilizações pré-Colombianas a Evo Morales — Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2006.

CARDOSO, Guilherme Rios. A Energia dos Vizinhos: uma análise da política externa e do governo Lula na “nacionalização” do gás boliviano e nas alterações do Tratado de Itaipu. *Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais* - PUC- RIO, Rio de Janeiro, 2011.

CARO, Ariela Luiz. Puntos conflicto de la cooperación e integración energética en América Latina y el Caribe. *CEPAL*, 148, 2010.

CASTRO; Nivalde J. *et al.* de. Integração energética: uma análise comparativa entre União Europeia e América do Sul. Texto de Discussão do Setor Elétrico, nº 48, 2012.

_____. A Importância das Fontes Alternativas e Renováveis na Evolução da Matriz Elétrica Brasileira. V Seminário de Geração e Desenvolvimento Sustentável Fundación MAPFRE, 25 de agosto de 2009.

_____. Os leilões das usinas do Rio Madeira e as perspectivas para o desenvolvimento econômico brasileiro. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 10 ago. 2008. Coluna Opinião.

CEPAL. LA COOPERACIÓN INTERNACIONAL EN EL NUEVO CONTEXTO MUNDIAL: REFLEXIONES DESDE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE, 2010.

CERVO, Amado Luiz. *Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Saraiva, 2008.

_____. *Relações Internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas*, 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

CESARINO, Leticia. "Brazil as an Emerging Donor in Africa's Agricultural Sector: Comparing Two Projects". *Agrarian South: Journal of Political Economy*. Vol. 4, nº 3, 2015.

CHAVEZ REYES, Silvia. Las Asambleas Constituyentes en Bolivia. *Opiniones y Análisis*. La Paz, ed. 74, dic. 2005.

CHIANI, Ana María. La cooperación internacional: herramienta clave para el desarrollo de nuestra región. Coordinado por Juan Scartascini. - 1a ed. - Buenos Aires: Konrad Adenauer Stiftung, 2009.

COAQUIRA, Teresa. Los impactos ambientales en el complejo hidroeléctrico del Madera. In: *Hidroeléctricas en Bolivia y la necesidad de una política soberana y participativa*. Cuadernos de Coyuntura no. 2. La Paz: Plataforma Energetica, jul. 2011.

COSTA, A.K.N.; VIBIAN, C.F., Cardoso D.E.V; GUERRA, S.M.G., Brasil y sus intereses en la construcción de Cachuela Esperanza, Bolivia, *Polis*, 39 | 2014, Publicado el 06 enero 2015.

D'ARAÚJO, Roberto Pereira. *Setor Elétrico Brasileiro – uma aventura mercantil*. Brasília: CONFEA, 2009.

DAVALOS, Arturo; ESPINOZA, Lourdes. Liberalización, riesgo regulatorio e inversiones en el mercado de la generación de electricidad en Bolivia. In: JIMENEZ, Elizabeth; SEOANE FLORES, Alfredo (Coord.). *Debates sobre desarrollo e inserción internacional*. La Paz: CIDES-UMSA, 2009.

DOMÍNGUEZ, Kenneth Ramírez. Nuevo Regionalismo, Cooperación Energética y el Desarrollo de una estrategia energética global: hacia una política de transición. Tesis presentada como requerimiento para la obtención del grado de Doctor. Madrid, diciembre de 2006.

DOUGHERTY, James; PFALTZGRAFF, Robert L. Jr. *Relações Internacionais: As Teorias em Confronto*. Lisboa: GRADIVA, 2003.

ENERGY AGENDA. Towards a low-carbon energy supply. Ministry of Economic Affairs. March, 2007.

ENPE, Empresa de Pesquisa Energética. Panorama da Indústria de Gás Natural na Bolívia. Rio de Janeiro, 22 de junho de 2017.

ESTEVEES, Raphael Rezende. Consequências da Nacionalização do Gás e do Petróleo na Bolívia. *Conjuntura Internacional*, 2006.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta e PARADIS, Clarisse Goulart. “Humanism and Solidarity in Brazilian Foreign Policy Under Lula (2003-2010): Theory and Practice”. *Brazilian Political Science Review*. Vol 7, nº2, 2013.

FERNANDEZ SAAVEDRA, Gustavo. *Bolivia en el laberinto de la globalización*. La Paz: Plural, 2004.

FERNANDO Marcelo de la Cuadra, Expansión de las fronteras internas de América Latina: El papel de Brasil en la integración regional, *Polis*, 39 | 2014, Publicado el 26 enero 2015.

FERRO, Larissa Cristina de Sousa. A guinada à esquerda na América do Sul: os casos argentinos e boliviano. *Trabalho de conclusão de curso*. Universidade de Brasília. Brasília, 2015.

FILGUEIRAS, L. História do Plano Real. SP: Boitempo Editorial, 2000.

FORO BOLIVIANO SOBRE MEDIO AMBIENTE Y DESARROLLO. *Represas sobre el Rio Madera: Energia para las transnacionales y destruccion de la Amazonia*. La Paz: FOBOMADE, 2008.

FRAGA, Raiza Gomes; VIANNA, João Nildo de Souza; ARAÚJO, Carolina Lopes. Uma Análise sobre a América do Sul e a sua integração energética a partir das teorias da integração regional. *Revista Interação*, v. 7, n. 7, jul/dez 2014.

FRANÇA, Carlos Alberto Franco. Integração elétrica Brasil-Bolívia: o encontro do rio Madeira. Brasília: FUNAG, 2015.

FREI, Christoph. Global Energy Agenda: agenda, challenges, policies. *Word Energy Council*, 2010.

FUSER, IGOR. Conflitos e Contratos: a Petrobras e o nacionalismo boliviano e a interdependência do gás natural (2002 – 2010). *Tese de doutorado do Programa em Pós-Graduação em Ciência Política*, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

_____. Energia e Relações internacionais. São Paulo. Saraiva, 2013.

_____. Panorama da Integração Energética na América do Sul: impasses e perspectivas de avanço. Rio de Janeiro: CEBRI, 2015.

GONÇALVES, Fernanda Cristina Nanci Izidro. BOLÍVIA: novos rumos na política externa. *CADERNOS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS*, v. 2, n. 1, 2009.

GOSMANN, Hugo Leonardo. *Integração gasífera na América do Sul: Estudo dos casos dos gasodutos Bolívia-Brasil (GASBOL) e Lateral-Cuiabá no contexto das relações bilaterais Bolívia-Brasil*. Brasília: Universidade de Brasília, 2011. Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Relações Internacionais.

GRAEFF, Leticia Recktenvald. IIRSA e a integração sul – americana Análise dos interesses associados aos projetos regionais de infraestrutura. *Trabalho de conclusão de curso – Departamento de Relações Internacionais*. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2015.

HAGE, Jose Alexandre Altahyde (Org.). *Energia, a política internacional e o Brasil: conflitos e propostas no século XXI*. Curitiba: Instituto Memória, 2008.

HESTER, Annette; PRADO, Veronica R.; WEINTRAUB, Sidney (Org.). *Cooperação energética nas Américas: entraves e benefícios*. Tradução de Donaldson Garschagen. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

HOLANDA, Francisco Moura Brasil de. *O Gás Natural no Mercosul: Uma Perspectiva Brasileira*. Brasília, FUNAG, 2001.

HONTY, Gerard. *Energía em Sudamérica: una interconexión que no integra*. *Nueva Sociedad*, 2004.

ITAMARATY, disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/integracao-regional/691-organizacao-do-tratado-de-cooperacao-amazonica-otca> acesso em 05 de maio de 2018.

JACOBS, Noah B. *Energy Policy: economic effects, security aspects environmental issues*. Nova Science Publishers, ISC. New York, 2009.

JERVIS, Robert. 'Cooperation Under the Security Dilemma'. *World Politics*, vol. 30, nº 2, January 1978.

JEMIO, Miriam Telmo. “Cachuela Esperanza apuesta por una megarepresa”. *Página Siete*. La Paz, 26 jun. 2011, p. 14-6.

JESUS, Diego Santos Vieira de; JACOMO, Júlio Cesar Pinguelli. O Complexo Hidrelétrico do Madeira e o ‘grande projeto amazônico’: a liderança brasileira e a integração da infra-estrutura regional sul-americana. *Comunicação & Política*. Rio de Janeiro, v. 27, n. 3 p. 109-29, set.-dez. 2009.

KAUL, Inge; GRUNBERG, Isabelle e STERN. *Bens públicos globais: Cooperação internacional no século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2012.

KLEIN, Herbert. *Historia de Bolivia*. La Paz: Editorial Juventud, 2002.

LANCASTER, Carol. *Foreign aid: diplomacy, development, domestic politics*. Chicago: The University of Chicago Press, 2007.

LAVADO, Ana Luísa Catarré. Os actuais desafios da energia. Implementação e utilização das energias renováveis. *Dissertação de mestrado em Ciências Tecnológica e do Ambiente*. Universidade de Lisboa, 2009.

LEITE, Iara Costa; SUYAMA, Bianca; POMEROY, Melissa. 2013. “Africa-Brazil cooperation in social protection. Drivers, lessons and shifts in the engagement of the Brazilian Ministry of Social Development”. WIDER Working Paper, Nº. 2013/022. United Nations University.

LIMA, Maria Regina Soares de; MILANI, Carlos R. S.; MUÑOZ, Enara Echart. Cooperación sur-sur: política exterior y modelos de desarrollo en América Latina. CLACSO, 2009.

LOAIZA Mariaca, Armando. Política Exterior de Bolivia. In: *Comercio y Política Exterior Boliviana: evaluación de su desempeño y desafíos para el futuro*. La Paz: Fundacao Konrad Adenauer/Presencia, 2009.

MARCHIONI, Alessandra. Usinas hidrelétricas do rio Madeira: política, direito e meio ambiente nas relações transfronteiriças. São Paulo, 25 out. 2010.

MECCA, Andréia Cordeiro. O governo Lula: política, governabilidade e hegemonia. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências – Marília, 2014.

MEIRA, Rodrigo Santos. Brasil, Bolívia, Hidrocarbonetos e o Processo de Integração Energética na América do Sul. *Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais*, Universidade de Brasília – UnB, Brasília, 2009.

MILANI, Carlos S. R. “APRENDENDO COM A HISTÓRIA: críticas à experiência da Cooperação Norte-Sul e atuais desafios à Cooperação Sul-Sul” *Cadernos CRH*. Vol. 25, maio/ago, 2012.

MME. Energia na América do Sul. Ministério de Minas e Energia, 2016.

MOLINA CARPIO, Jorge; MOLINA CARPIO, Patricia (Coord.). *Bajo el Caudal: el impacto de las represas del rio Madera en Bolivia*. La Paz: FOBOMADE, 2009.

MOLINA CARPIO, Silvia (Comp.). *Relaciones Energéticas Bolivia -Brasil*. La Paz: FOBOMADE, 2004.

MONTEIRO, Telma. *As hidrelétricas do Madeira: as lições não aprendidas que se repetem em Belo Monte*. Brasília: INESC/Observatório de Investimentos na Amazonia, dez. 2011.

MOREIRA, Paula Franco (Ed.). *O Setor Elétrico Brasileiro e a Sustentabilidade no Século 21: Oportunidades e Desafios*. Brasília: Rios Internacionais, 2012.

MOTTA VEIGA, Pedro da; RIOS, Sandra Polônia (Org.). *O Brasil na América do Sul: promovendo a integração e a cooperação regionais*. 2º ed. Rio de Janeiro: CINDES, CEBRI, 2008.

NEVES, José Antônio Moreira das. O Setor Elétrica no Integração da América do Sul: O Desafio da Autonomia Energética. *Dissertação de Mestrado em Ciência Política*, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

NOGUEIRA, Danielle de Albuquerque M. A Diplomacia do Gás: A Petrobrás na Política Externa de Cardoso para a Integração Energética com a Bolívia (1995 – 2002). *Tese de Doutorado* – PUC – RJ. Rio de Janeiro, 2007.

NUTI, Mírian Regina. Integração energética na América do Sul: escalas, planejamento e conflitos. *Tese (doutorado)*—*Universidade Federal do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 2006.

OLIVEIRA, Valquíria de Araújo. A infraestrutura de transportes como política governamental para o desenvolvimento regional e a integração sul-americana : uma análise sobre as Rotas Bioceânicas em Mato Grosso do Sul. Dourados, MS : UFGD, 2010.

PAIVA, Iure. As dimensões militares, econômicas e ambientais da segurança energética: análise a partir das oportunidades e desafios do Brasil no contexto internacional. *Tese (doutorado)* – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Campinas, SP: [s.n.], 2015.

PASSOS, Maria de Fátima Salles Abreu. Gasoduto Brasil – Bolívia. *Economia e Energia*. Ano II, nº 10, 1998.

PAULO, Sebastian. International Cooperation and Development. A conceptual Overview. *Discussion Paper*. Deutsches Institut für Entwicklungspolitik, 2014.

PERLATTO, Fernando. Decifrando o Governo Lula: interpretações sobre o Brasil Contemporâneo. *Revista de Ciências Humanas*, Viçosa, v. 15, n. 1, p. 256-272, jan. /jun. 2015.

PLATAFORMA ENERGETICA. *Hidroeléctricas en Bolivia y la necesidad de una política soberana y participativa*. Cuadernos de Coyuntura no 2. La Paz: Plataforma Energética, jul. 2011.

PROSAVANA. Disponível em: <<http://www.prosavana.gov.mz/what-is-prosavana/>> Acessado em nov. 2017.

QUEIROZ, Fabio Albergaria de. *Hidropolítica e segurança: as bacias Platina e Amazônica em perspectiva comparada*. Brasília: Funag, 2012.

RICO CALDERON, Gonzalo H. El Sector Electrico de Bolivia. In: *Bolívia: Potência Energética? Presente y Futuro de los Principales Recursos Energéticos del País*. La Paz: FUNDAPPAC/Konrad Adenauer Stiftung, out. 2010.

SANT'ANNA, Fernanda Mello. Análise das relações entre Bolívia e Brasil sobre recursos hídricos compartilhados na Bacia Amazônica: das relações internacionais as relações fronteiriças. VI Encontro Nacional da Anppas, set. 2012.

SATO, Eiiti. A agenda internacional depois da Guerra Fria: novos temas e novas percepções. *Rev. Bras. Polít. Int.* 43 (1): 138-169, 2000.

SILVA, Paulo Roberto. Comércio de gás entre Brasil e Bolívia – interesses e atores da nacionalização em 2006. *Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Integração na América Latina*. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

SILVEIRA, Joel; COUTINHO, Lourival. *História de uma conspiração (Bolívia, Brasil e Petróleo)*. Rio de Janeiro: Coelho Branco, 1959.

SOUZA, Sara Daniela Barbosa de. A construção da imagem de Luiz Inácio Lula da Silva a partir dos seus discursos na Assembleia Nacional Constituinte. Monografia (especialização) -- Curso de Política e Representação Parlamentar, Câmara dos Deputados, Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), 2010.

SUÁREZ, Lizett Paola López; GUERRA, Sinclair Mallte-Guy; UDAETA, Miguel Edgar Morales. Os Fundamentos Institucionais da Integração Energética da América do Sul. *V Congresso Brasileiro de Planejamento Energético*. Brasília- DF, 2006.

TASCA, Tiago. De Roboré aos anos 2000: A Bolívia como vértice da (In)Segurança energética brasileira? *Conjuntura Internacional* • Belo Horizonte, ISSN 1809-6182, v.14 n.1, p.12 - 24, abr. 2017.

TIRYAKI, Gisele Ferreira. Promovendo a Integração Energética na América do Sul: Questões Regulatórias. *III Congresso Iberoamericano de Regulação Econômica, Instituições e Concorrências em Setores Estratégicos*, 2008. São Paulo, Brasil.

UETA, Miguel Edgar Morales *et al.* Ponderação analítica para da integração energética na América do Sul. *Revista Brasileira de Energia* Vol. 12, nº 2.

VECCHIA, Aline Casagrande Dalla. O Papel da Petrobrás no Processo de Integração Energética na América do Sul. Trabalho de Conclusão de Curso na Graduação em Relações Internacionais, UFRGS, Porto Alegre, 2012.

VILARINO, Ramon Casas. Os Acordos de Roboré – Brasil, Bolívia e as questões de petróleo, desenvolvimento de dependência no final dos anos 1950. *Tese de Doutorado – Doutorado em Ciências Sociais* – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, São Paulo, 2006.

VITTE, Claudete de Castro Silva. A Questão energética na América do Sul: um estudo preliminar sobre o gás boliviano sob a perspectiva da infraestrutura, da regulação estatal e do território. *GEOSUL*, vol. 22, nº 43, Florianópolis, 2007.

WAISBICH, Laura; POMEROY, Melissa. Boa vizinhança? Relações Brasil-Bolívia e os desafios de uma parceria assimétrica. Observatório Brasil e o Sul. *Perspectivas do Território*. Nº 2, maio 2015.

ZELLY, Fariborz; PATTBERG, Phillip; STEPHAN, Hannes; ASSELT, Harro Van. Global Climate Governance an Energy Choices. *The Handbook of Global Energy Policy*. 1º edition, 2013.

Fonte para os acordos:

< <https://concordia.itamaraty.gov.br> > Acesso em: 15 set. 2017.